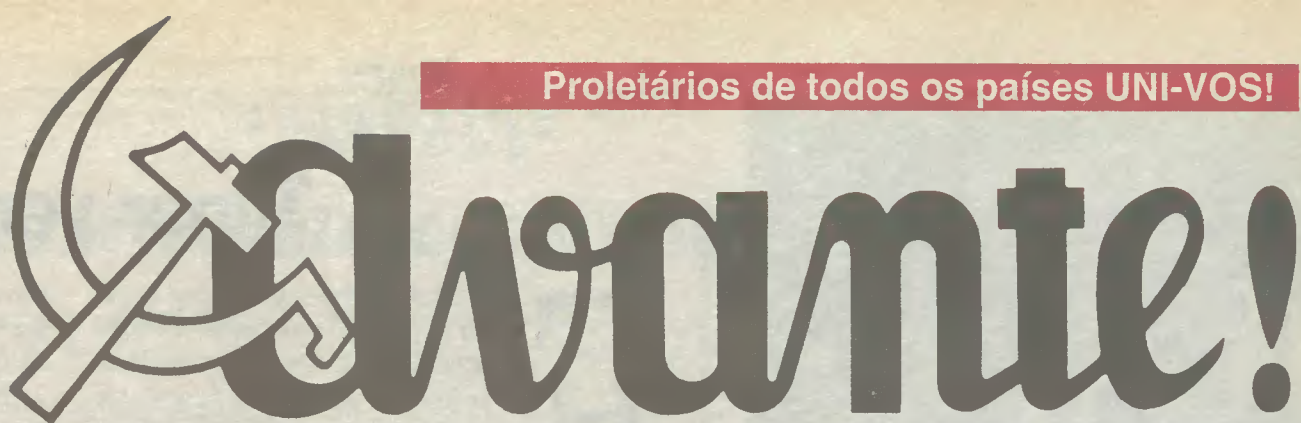


O «suhartismo» sem Suharto

O povo timorense que não se deixe enganar. Qualquer solução apoiada pelos Estados Unidos e Alemanha ficará sempre subordinada à consolidação do poder daquelas duas potências em Jacarta. É o próprio Clinton que define as prioridades ao responder ao seu conselheiro de Defesa, Samuel Berger, que «o facto de termos bombardeado no Kosovo não significa que iremos agir da mesma maneira no caso de Díli».

■ Rui Paz

Pág. 19



Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 16 de Setembro de 1999 • Preço: 180\$00 (IVA Incluído) • N.º 1346 • Director: José Casanova

solidariedade A FORÇA DE TIMOR



A PAZ NÃO PODE ESPERAR

Entrevista com João Saraiva, vindo de Díli

Págs. 10 a 12

CGTP apresenta reivindicações para o ano 2000 Dignificar o trabalho melhorar os salários

No próximo ano, nenhum trabalhador deve ter um aumento salarial inferior a cinco contos, exige a CGTP-IN, no documento sobre a política reivindicativa para 2000, aprovada dia 9 e onde, num quadro de denúncia de injustiças e desigualdades, são reclamadas medidas para valorizar e dignificar o trabalho.

Pág. 9

Aço que esmilha

Nós vimo-los surgir de diversos quadrantes e serem mais finos que o aço mais puro, a saberem tudo antes de todos, a apreenderem o sol e a lua e as ideias dos universos mais longínquos ainda era noite escura para a grande massa. Tornavam-se estrelas e cometas num instante e o mundo nunca mais era o que era.

■ Modesto Navarro

Pág. 20

PCP apresentou Programa Eleitoral

Págs. 5, 15, 16, 17 e 18



Carlos Carvalho apresenta o Programa Eleitoral do PCP

RESUMO

8
Quarta-feira

Portugal paralisa durante três minutos pela causa do povo de Timor-Leste e um cordão humano junta, em Lisboa, mais de 300 mil pessoas ■ Portugal disponibiliza-se para enviar militares para a região ■ O secretário-geral do PCP desloca-se à Madeira, onde visita zona piscatória em Câmara de Lobos ■ A Comissão Europeia atribui a Portugal 280 milhões de contos para o desenvolvimento rural no período 2000/2006 ■ O Governo de Ehud Barak aprova a nova retirada das tropas israelitas do território palestiano.

9
Quinta-feira

O PCP apresenta o seu Programa Eleitoral e apela ao voto útil na CDU ■ Em entrevista à RTP, Durão Barroso, admite adiamento das eleições legislativas ■ Militares indonésios matam o pai de Xanana Gusmão e assassinam dezenas de padres e freiras ■ Intensifica-se a pressão internacional sobre a Indonésia para aceitar força de paz em Timor ■ Os EUA ameaçam cortar apoio económico e suspendem cooperação militar com a Indonésia ■ O Governo espanhol de José María Aznar anuncia a transferência de 105 presos da ETA para prisões do País Basco.

10
Sexta-feira

O Presidente da República Jorge Sampaio manifesta-se contra o adiamento das legislativas... bem como o Gabinete de Imprensa do PCP ■ Um Encontro da CDU/Lisboa define orientações para a campanha eleitoral ■ A CGTP reivindica aumentos salariais de 6 por cento no próximo ano ■ Prossegue a barbárie em Timor, apesar da pressão exercida pelos EUA, pela ONU, pelo Vaticano e pelo FMI ■ Centenas de refugiados timorenses nos edifícios da ONU procuram fugir para a montanha, enquanto D. Ximenes Belo chega a Lisboa, onde denuncia o genocídio que se está a verificar em Timor-Leste.

11
Sábado

Uma missão do Conselho de Segurança das Nações Unidas chega a Díli, onde testemunha a destruição da capital, com muitas dezenas de casas queimadas ou arrasadas ■ A União Europeia decide o fim de venda de armas à Indonésia ■ O general Wiranto admite a cumplicidade dos militares com as milícias indonésias ■ Informações sobre a preparação de um cerco dos militares indonésios aos refugiados nas montanhas levam a Resistência a temer

uma matança generalizada ■ Durão Barroso acusa o Governo de não estar a fazer tudo o que está ao seu alcance no respeitante a Timor.

12
Domingo

A Indonésia aceita o envio de uma força multinacional para Timor-Leste ■ Em declaração pública, após o anúncio do Presidente Habibie, Xanana Gusmão apela à rápida intervenção da comunidade internacional ■ Os EUA disponibilizam-se apenas para apoio logístico à força internacional que vai restabelecer a ordem em Timor ■ Milhares de portugueses acorrem a Madrid, para participarem numa manifestação de solidariedade ao povo de Timor ■ Eleições na Turíngia remetem o SPD para terceira força e dão subida ao PDS que, pela primeira vez, fica à frente dos sociais-democratas.

13
Segunda-feira

Mais de 50 mil pessoas voltam a manifestar-se em Lisboa contra o terror em Timor-Leste ■ O Primeiro Ministro assinala na Amadora a abertura do ano escolar ■ Ali Alatas encontra-se com o secretário-geral da ONU, Kofi Annan, para negociar as condições da entrada da força internacional de paz em Timor ■ Xanana Gusmão defende a participação de Portugal na força de paz ■ A fome e a sede põem em risco de vida os mais de 300 mil refugiados timorenses nas montanhas ■ O Parlamento Europeu faz um minuto de silêncio pelas vítimas de Timor-Leste ■ Mary Robinson, alta-comissária para os Direitos Humanos, defende a criação de um tribunal internacional para julgar crimes da Indonésia em Timor ■ Um atentado à bomba num edifício de Moscovo causa mais de 70 mortos.

14
Terça-feira

O Presidente da República, Jorge Sampaio, assina o Manifesto 2000 para Uma Cultura da Paz, redigido por alguns prémios Nobel, entre os quais D. Ximenes Belo e Ramos Horta ■ O ministro das Finanças, Sousa Franco, anuncia que Portugal vai recorrer da decisão da Comissão Europeia de suspender o veto português ao negócio Champalimaud/Santander para o Tribunal de Justiça da União Europeia ■ Um avião parte de Lisboa rumo a Timor com medicamentos, viaturas e um hospital de campanha ■ O Conselho de Segurança da ONU reúne para aprovar uma resolução permitindo o envio de uma força multinacional para Timor-Leste, que será liderada pela Austrália e integrada desde logo a Grã-Bretanha e a França.

EDITORIAL

Timor vencerá

Finalmente, abrem-se perspectivas de paz em Timor: a decisão de enviar uma força de paz da ONU, tomada por unanimidade no Conselho de Segurança, é um sinal de inegável valor positivo. Este é, por isso, um momento adequado para relembrar a coragem heróica do povo maubere – para prestar homenagem aos que morreram pela sua Pátria; aos que sofrem, ainda, nas

prisões indonésias, as consequências da sua determinação patriótica; aos que, ousando enfrentar o sanguinário ocupante, continuam a lutar e a sofrer na sua Pátria pela sua Pátria. Este é também o momento de sublinhar que os sinais indiciadores de paz hoje visíveis, e que dão mais força à luta dos timorenses e dos que com eles estão solidários, não caíram do céu – em nenhum dos sentidos que esta expressão possa ter – nem decorrem de qualquer súbita e voluntária manifestação de boa vontade democrática da parte dos responsáveis por décadas de sofrimento do martirizado povo timorense. É essencialmente na luta persistente e corajosa do povo maubere e na solidariedade que ela conquistou que se encontram as raízes da esperança de paz actual e se situam as causas da cedência dos governos da Indonésia, dos Estados Unidos da América e de outros membros do Conselho de Segurança. A operação, em curso acelerado, de tentativa de branqueamento das responsabilidades dos EUA

no drama timorense – mais do que isso: de transformar Clinton numa espécie de «herói do momento» pelo facto de, depois de milhares de mortos, ter finalmente ordenado ao governo indonésio e ao secretário geral da ONU que aceitassem o envio de uma força de paz – não poderá fazer esquecer que a ditadura de Suharto nasceu na Casa Branca e ali foi sempre tratada como filha dilecta. Há 24 anos, Timor foi ocupado pela força bruta conjugada dessas duas potências. Centenas de milhares de pessoas foram assassinadas às ordens desses apóstolos da democracia, da liberdade, dos direitos humanos... Mas o povo timorense resistiu. E é por isso, exactamente por isso, que Timor vencerá.

A resistência do povo maubere contou sempre com a solidariedade concreta e activa de forças revolucionárias e progressistas de todo o mundo. Injusto seria não destacar, desse amplo movimento de solidariedade, o papel do PCP, o permanente apoio dos comunistas portugueses, em todos os momentos e em todas as situações, à luta difícil e corajosa dos timorenses – não para exibir galões e recolher dividendos mas, apenas e só, para sublinhar o que deve ser sublinhado: neste caso, a importância da coerência revolucionária traduzida na prática de uma constante solidariedade internacionalista.

Falando de solidariedade, indispensável é falar da impressionante intervenção do povo português nas decisivas semanas que temos vindo a viver, dessa sentida e comovente manifestação colectiva de um povo – o nosso! – que veio para a rua disposto a lutar até à vitória e que, na rua – em significativas manifestações, concentrações, paralisações simbólicas e mil outras inventadas formas de luta – mostrou ao mundo a força da solidariedade em

movimento, soube detectar com rigor os responsáveis directos pela tragédia timorense e conquistou, já, a decisão do envio de uma força de paz da ONU para Timor.

É também, e de que maneira!, a esta acção solidária que se deve o momento de esperança de paz que hoje vivemos.

Conquistada que está a decisão do envio da força da ONU, importa agora que tal decisão seja levada à prática rápida e eficazmente. Esta é uma questão crucial e da qual dependem as vidas de milhares de timorenses. Sabe-se que as milícias Aitarak, criadas no âmbito do sinistro plano congeminado pelo exército indonésio para o caso de os independentistas vencerem o referendo (plano que, ao que parece, era há muito do conhecimento de toda a gente, excepto do povo de Timor...) continuam a sua cruzada assassina e destruidora, aliás intensificada após a decisão do envio da força de paz; sabe-se que o governo indonésio mente descaradamente quando se afirma impotente para travar a acção criminosa das milícias; sabe-se que centenas de milhares de timorenses, refugiados nas montanhas, são alvo da furiosa perseguição do exército indonésio e das suas milícias e que um número semelhante se encontra em Timor Ocidental à mercê dos assassinos de Jacarta; sabe-se que milhares de

timorenses, particularmente crianças, estão a morrer, ou correm o risco de morrer à fome; sabe-se que os argumentos aduzidos para justificar o atraso no envio de alimentos, não colhem por razões óbvias para qualquer cidadão que veja as imagens captadas nas montanhas de Timor e transmitidas pelas televisões – e sabendo-se tudo isto é necessário perguntar: porquê as demoras no envio da força de paz e na distribuição de alimentos à população? E é necessário acrescentar que os responsáveis por essas demoras – que importa saber quem são – são responsáveis pela morte e pelo sofrimento de muitos milhares de timorenses.

As incertezas e indecisões que continuam a condicionar e a retardar a tomada das medidas indispensáveis para pôr termo ao genocídio do povo timorense, colocam-nos a exigência de não abrandar a acção solidária. A gigantesca manifestação de segunda-feira, realizada 24 horas depois dos primeiros sinais de paz, mostra que o povo português não está disposto a baixar os braços e, pelo contrário, permanece atento e disponível para dar continuidade à luta necessária. Com efeito, a experiência mostra-nos – e não é apenas de agora – que não podemos nem devemos confiar minimamente nas promessas, aliás sempre arrancadas a ferros, da Indonésia, sejam elas veiculadas por Habibie, por Alatas, por Wiranto ou por quem quer que esteja de serviço às promessas em cada momento.

Não nos deixemos embalar pelo canto dos carrascos; tenhamos sempre presente a importância da nossa acção solidária; fixemo-nos determinadamente na ideia de que, enquanto não pararem os massacres, o povo de Timor precisa de nós, que enquanto não for posto termo ao sofrimento do povo timorense, a luta continua. E venceremos. Com Timor.

É essencialmente na luta persistente e corajosa do povo maubere e na solidariedade que ela conquistou que se encontram as raízes da esperança de paz actual e se situam as causas da cedência dos governos da Indonésia, dos Estados Unidos da América e de outros membros do Conselho de Segurança.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português
Rua Socorro Pereira Gomes, 3
— 1600 — 196 Lisboa. Tel. 793 62 72

DIRECÇÃO E REDACÇÃO:
Rua Socorro Pereira Gomes, 3 — 1600 — 196 Lisboa
Tel. 796 97 25/796 97 22. Telex 18390
Fax: 795 22 64

ADMINISTRAÇÃO:
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7.º A,
— 1169-161 Lisboa
Capital social: 15 000 000\$00. CRC matriculada: 47058.
NIF — 500 090 440

DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial «Avante!», SA — Av. Almirante Reis, 90, 7.º A,
— 1169-161 Lisboa
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11
Fax: 815 34 95

Alterações de remessa:
Até às 17 horas de cada sexta-feira:
Telef. (01) 815 34 87/815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTAPRESS

Delegação Lisboa:
Tapada Nova
Capa Rota — Linho — 2710 Sintra
Telef. (01) 924 04 47

Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 — 4470 Maia
Telef. (02) 941 76 70

ASSINATURAS: Av. Almirante Reis, 90, 7.º A 1169-161 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

PUBLICIDADE: Av. Almirante Reis, 90, 7.º A 1169-161 Lisboa
— Telef. (01) 815 34 87/815 35 11 — Fax: 815 34 95

Composição e Impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 — 139 Sintra
Depósito legal nº 205/85

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões Autónomas)	EXTRA-EUROPA
50 números: 8 100\$00; 25 números: 4 200\$00	50 números: 30 600\$00
EUROPA	GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACAU
50 números: 21 850\$00	50 números: 23 000\$00

* IVA e portes incluídos

Nome _____

Morada _____

Código Postal _____

Enviar para Editorial «Avante!» acompanhado de cheque ou vale de correio.

ACTUAL

A solidariedade continua

Receio que um dos desenvolvimentos possíveis da situação de Timor-Leste seja o de transformar os carrascos em heróis. Decorre este receio do facto de se sucederem os elogios e as manifestações de apreço à Indonésia e aos EUA por terem decidido aceitar o envio de uma força de paz da ONU para Timor Leste. É claro que tal decisão é positiva e bom será que se concretize o mais rapidamente possível, na medida em que a cada hora, a cada minuto que passa, sofrem e morrem timorenses em consequência da política praticada durante vários anos, precisamente pelos governos indonésio e norte-americano. É claro, igualmente, que a decisão de Clinton e de Habibie se deve, não a qualquer arrependimento em relação aos crimes cometidos às ordens de ambos em Timor-Leste, mas à coragem e à determinação do povo maubere e à fortíssima pressão da opinião pública mundial, ao poderoso movimento de solidariedade com Timor que percorreu todo o Mundo e teve – e felizmente continua a ter! – a sua expressão maior na histórica postura colectiva do povo português, nos milhões de crianças, jovens, mulheres e homens que, por todo o País,

encheram as ruas de solidariedade com o heróico povo timorense.

Nestas circunstâncias, esquecer o passado – transformando os governos dos EUA e da Indonésia em «anjos salvadores» – seria trair o presente, este presente ainda tragicamente doloroso para o martirizado povo maubere, este presente impressivamente marcado pela determinada e fraterna solidariedade do povo português.

É necessário não esquecer que em 1965, os militares indonésios chefiados por Suharto e dirigidos pelo governo dos EUA, levaram a cabo um golpe fascista que conduziu ao massacre de um milhão de pessoas, a maioria das quais militantes comunistas. É importa ter presente que esse «terrível banho de sangue» (como então o definiu a revista «Time») seria descrito com grande entusiasmo «democrático» pela generalidade da imprensa dos EUA, chegando o «New York Times» a considerar que a carnificina representava «um raio de luz na Ásia», ao mesmo tempo que o governo norte-americano apresentava Suharto como «um moderado de bom coração».

É preciso não esquecer que foi este «moderado de bom coração» que, em 1975, em acção combinada com o governo dos EUA, mandou invadir Timor-Leste provocando o massacre de centenas de milhares de timorenses e dando início a um processo de ocupação que durante 24 anos, e nomeadamente nestas últimas semanas, se traduziu num dos mais cruéis genocídios da história da Humanidade. Genocídio que – o seu a seu dono – é da responsabilidade exclusiva de Habibie e do seu antecessor e de Clinton e dos seus antecessores.

Pelo que, neste momento em que se abre uma fresta susceptível de conduzir à paz, qualquer tentativa de transformar em heróis os verdadeiros carrascos do povo timorense, seria não só um insulto à luta heróica do heróico povo timorense como um insulto ao gigantesco, generoso e comovente movimento de solidariedade colectiva protagonizado pelo povo português.

«A solidariedade continua»: eis uma palavra de ordem de inegável actualidade.

■ José Casanova

Maioria absoluta: segurança zero

atingir a maioria absoluta tornou-se o grande alvo do PS para as próximas eleições.

Poderia perguntar-se: mas não é legítimo em regime democrático pretender uma maioria absoluta? A questão não está aí, mas sim no conteúdo da política que o partido que dela disponha se proponha seguir.

A democracia reflecte-se sempre no modo do seu exercício. É mau quando pretende reduzir-se a apelo de arautos prometendo o céu em troca de um solitário poder. Se a memória não quiser fraquejar, encontrará nesta ambição do PS uma espécie de totem herdado do poder anterior, com o mesmo certificado de origem. A experiência da maioria absoluta do PSD já levou o povo português a reconsiderar. Conceder hoje ao PS uma maioria absoluta significaria, para o eleitorado, a assinatura de um contrato leonino em que ao Governo caberia sempre a parte do leão.

O Governo de António Guterres comportou-se como um feijão frade: com duas caras.

Reclamou «uma nova maioria» - mas copiou a papel químico a maioria PSD. Prometeu o diálogo - mas praticou quase sempre o monólogo. Apresentou-se como governo socialista - mas prosseguiu empenhadamente a política cavaquista. Anunciou-se como alternativa - mas em questões essenciais conluiou-se com os partidos da direita.

Se a política de direita do governo Guterres não foi mais longe foi por não dispor na AR de uma maioria absoluta que lhe garantisse aquilo que Rafael Bordalo Pinheiro, na colorida linguagem do jornalismo parlamentar do século passado, caricaturava como «votações de cabresto».

Justifica o PS o seu apelo à uma «maioria reforçada» (absoluta) com o argumento de poder levar finalmente à prática as medidas do seu programa, sem empecilhos na AR.

Mas que programa, que medidas? Os pacotes laborais? As revisões

das leis eleitorais? A liquidação final do Sector Público? A apropriação total do aparelho de Estado pelos «boys»? As liberalidades, facilidades e benesses sem conta ao grande capital? A reverente submissão às ordens de Bruxelas e às imposições da NATO?

Embora não acompanhando de perto La Boétie no seu «Discurso sobre a servidão voluntária», no Século XVI, diremos como ele que «... todo nós nascemos não só senhores da nossa alforria, mas também com ânimo para a defendermos». Não entreguemos essa alforria, tão longamente lutada e conquistada, em mãos que já provaram não ser boas para merecer a nossa confiança.

Uma maioria absoluta para o PS significaria fazer saltar o ferrolho de segurança que, na última AR, não só barrou caminho a alguns dos propósitos mais negativos do governo Guterres como permitiu, com as iniciativas, os votos e a luta do PCP, a aprovação de algumas importantes medidas em benefício dos trabalhadores e do povo português.

Assumindo-se como oposição de esquerda numa AR que o PS quer agora controlar em absoluto, o PCP deu voz e força à luta dos trabalhadores e dos cidadãos, combateu a política de direita, manteve de pé a luta por uma alternativa a essa política, manteve uma permanente vigilância às infracções do PS aos códigos da democracia.

Uma maioria absoluta do PS deixaria o Governo Guterres mais à solta para atropelar os direitos e garantias dos trabalhadores e cidadãos, para acelerar a sua política neoliberal de fachada socialista, com roda livre para passar por cima de toda a vigilância e controlo, instalando nas vias da política portuguesa uma situação de segurança zero. Uma CDU mais forte será a melhor garantia para um reforço da esquerda contra as perigosas derrapagens de uma enganadora maioria absoluta PS.

■ Aurélio Santos

TIMOR
A não esquecer

Quando, em 1975, a Indonésia invadiu Timor-Leste, o Embaixador dos EUA na ONU era Daniel P. Moynihan. Num livro de memórias, *A Dangerous Place*, Moynihan escreveu sobre esse momento: «Os Estados Unidos desejavam que as coisas se viessem a passar como na realidade aconteceu, e agiram para alcançar esse objectivo. O Ministério dos Negócios Estrangeiros [dos EUA] desejava que as Nações Unidas fossem totalmente ineficazes em quaisquer medidas que viessem a tomar. Fui incumbido dessa tarefa, e desempenhei-a com êxito assinalável.»

Os EUA deram luz verde à invasão indonésia de Timor, que teve início poucas horas após a partida de Jacarta dos Presidente e MNE dos EUA, Ford e Kissinger. O jornalista australiano John Pilger relata (*The Guardian*, 7.9.99) as afirmações do então agente da CIA em Jacarta, Philip Liechty: «A invasão foi adiada por 48 horas para lhes dar tempo [a Ford e Kissinger] de saírem do país. Recebemos ordens para dar aos militares indonésios tudo aquilo que nos pedissem. Vi todas as informações secretas. [Timor] era uma zona de tiro ao alvo. Mulheres e crianças eram levadas para dentro de escolas às quais se ateava fogo – e tudo porque não queríamos um pequeno país neutral ou esquerdista na ONU.» O actual embaixador dos EUA na ONU, Richard Holbrooke, era, há 20 anos, responsável pela Ásia Oriental e Pacífico no MNE dos EUA, ou seja, teve responsabilidades directas de relevo na política de apoio político e militar dos EUA à Indonésia durante o genocídio de 200 000 timorenses. A ponto de o conhecido intelectual estado-unidense Noam Chomsky descrever Holbrooke como «o apologista-mor da invasão indonésia» (entrevista de 8.9.99 acessível na Internet em <http://www.zmag.org>).

O actual regime indonésio tem origem no golpe militar de 1965, um dos maiores banhos de sangue após a II Guerra Mundial. Um milhão de indonésios foram chacinados pelos golpistas, cujo objectivo central foi destruir o poderoso e influente Partido Comunista da Indonésia. Por detrás dos golpistas estavam os EUA. Até nos aspectos operacionais. É ainda Pilger que recorda: «A CIA entregou [aos golpistas] uma 'lista negra' com 5000 nomes de membros do PC (...) que foram procurados e assassinados. Em 1990, um ex-funcionário da Embaixada dos EUA revelou ter passado 2 anos a elaborar essa lista que, acrescentou, 'foi de grande auxílio para os militares'. 'Talvez tenha muito sangue nas mãos', afirmou, 'mas isso não é inteiramente mau. Há alturas em que se tem de dar um duro golpe no momento decisivo'. A lista foi aprovada pelo Embaixador dos EUA. À medida que as pessoas da lista iam sendo assassinadas, funcionários americanos riscavam os seus nomes da lista. Dean Rusk, Ministro dos Estrangeiros do Presidente Johnson enviou um telegrama de felicitações à Embaixada em Jacarta. A 'campanha contra [os comunistas]', escreveu, deve continuar pois os militares 'são a única força capaz de pôr ordem na Indonésia'. O Embaixador dos EUA respondeu que havia garantido a Suharto e aos seus generais 'que o governo dos EUA apoiava globalmente, e admirava, o trabalho do Exército'» (*New Statesman*, 22.9.95). Assim nasceu a ditadura de Suharto. E a sua impunidade durante três décadas.

Independentemente do que agora venham dizer, da evolução dos acontecimentos e da influência que neles tenha a onda de apoio a Timor – na qual tem de ser sublinhada a magnífica explosão de activa solidariedade do povo português, que urge prosseguir – é importante recordar estes factos e confissões para compreender a tentativa dos EUA de «deixar passar» os massacres destes dias em Timor, tentativa sintetizada nas célebres afirmações do Ministro da Defesa William Cohen, de que os EUA nada fariam pois «não são os polícias do mundo» e não «estavam em causa os interesses nacionais» dos EUA. Por detrás de tudo isto não há nem indiferença pela região, nem sequer dois pesos e duas medidas. Por detrás de tudo isto está a cumplicidade de sempre dos EUA com os crimes da ditadura militar indonésia, promovida, apoiada e armada, desde o primeiro dia, pelos EUA (e pela Grã Bretanha, Austrália e outros). Cumplicidade que assenta no único peso e medida com que o imperialismo conduz sempre a sua política internacional: assegurar o seu domínio sobre o mundo, criando condições propícias para os negócios e os lucros dos gigantes transnacionais, nos quatro cantos do globo.

■ Jorge Cadima

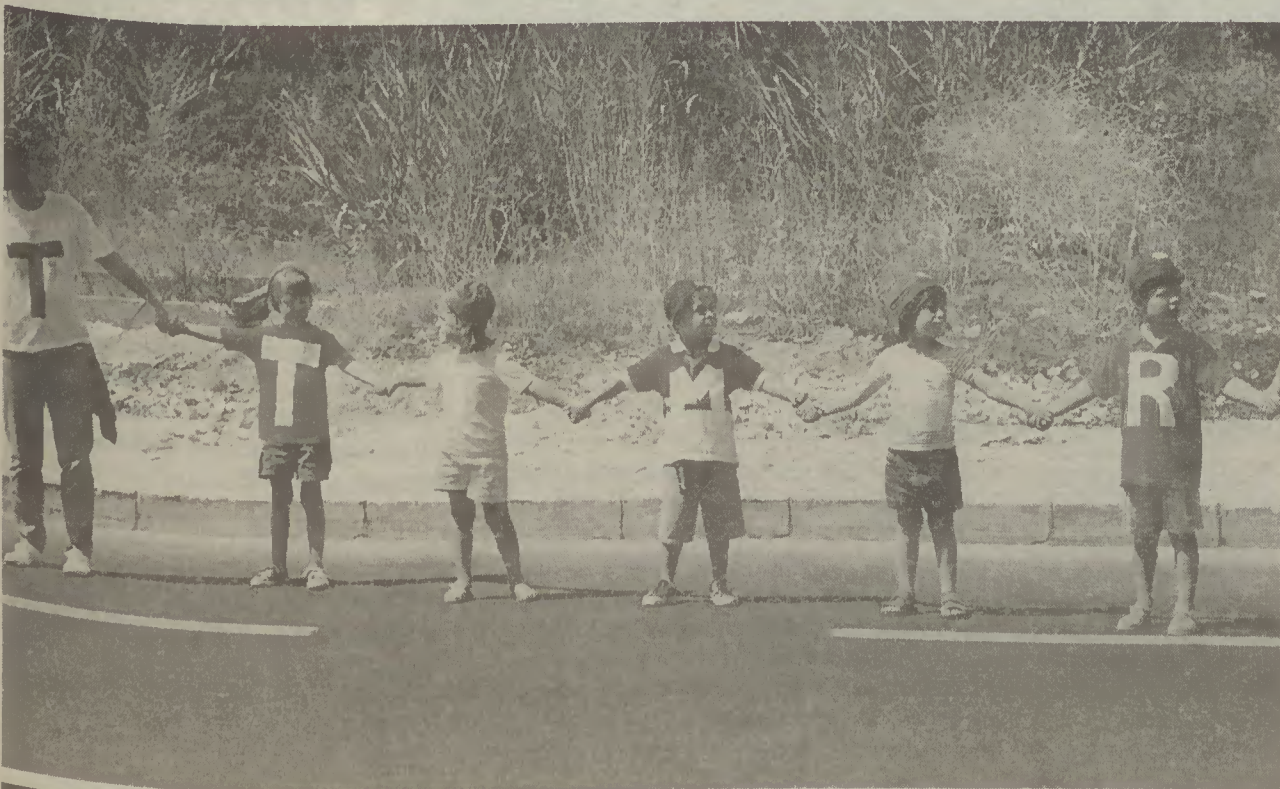


Foto: Jorge Caria

Timor – uma palavra basta

SEMANA



«Grito dos Excluídos» nas ruas do Brasil

Manifestações contra o desemprego, a fome e a política económica e social do governo marcaram em numerosas vilas e cidades do Brasil, o dia comemorativo da sua independência. Designadas por «Grito dos Excluídos», estas acções foram convocadas, pelo quinto ano consecutivo, pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), pelas igrejas evangélicas, e também por dezenas de organizações e movimentos populares.

O «Grito dos Excluídos» voltou a

mobilizar largos milhares de cidadãos um pouco por todo o país, tendo ocorrido em algumas capitais estaduais confrontos entre manifestantes e forças policiais. Foi o caso de Belém, capital do Estado do Pará (região amazónica), em que a polícia lançou granadas de gás lacrimogéneo contra camponeses do MST exigindo a reforma agrária, numa tentativa de os impedir de participar na marcha de protesto.

Um dos coordenadores nacionais do MST, Gilmar Mauro, advertiu em Aparecida do Norte que a insatisfação dos trabalhadores no campo e nas cidades atingiu níveis «insuportáveis», correndo-se o

risco de o Brasil estar a caminhar para uma situação de guerra civil. Aquele dirigente dos «Sem Terra» afirmou que os movimentos de protesto continuarão a exigir a saída de Fernando Henrique Cardoso da Presidência da República e a realização de eleições gerais.

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) propôs naquele mesmo dia um referendo sobre a dívida externa. «Consideramos que a dívida externa é imoral, injusta e ilegal», afirma um documento intitulado «Mudanças a partir de agora: Convocação do Povo Brasileiro», distribuído aos manifestantes.

Conferência de Desarmamento marca passo

Terminou na passada semana em Genebra a Conferência de Desarmamento das Nações Unidas, depois de nove meses de debates em que não foi possível sequer obter consenso sobre a agenda de trabalhos.

Foi sem dúvida um resultado pouco animador aquele que obtiveram os 66 paí-

ses membros após quase um ano a discutir o que deve ou não fazer a conferência, que até agora se limitou a pouco mais do que palavras bem intencionadas que, em caso algum, se traduziram em decisões na prática.

Urge, no entanto, que a Conferência de Desarmamento, chegue a um consenso

sobre a sua agenda de trabalhos, por forma a prosseguir o desarmamento nuclear e prevenir a corrida às armas no espaço.

Não faltaram, de resto, nestes nove meses de reuniões, vozes cada vez mais críticas pela falta de avanços concretos e pela pouca vontade política evidenciada

por vários Estados membros para um verdadeiro debate sobre os temas pendentes.

O único dado verdadeiramente positivo parece ter sido a passagem de 61 para os actuais 66 membros, com a inclusão do Cazaquistão, do Equador, da Irlanda, da Malásia e da Tunísia.



880 milhões de analfabetos no mundo

Eleva-se a 880 milhões o número de analfabetos existentes no mundo, 120 milhões dos quais são crianças. A denúncia foi feita pelo Fundo das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), a propósito do Dia Mundial da Alfabetização.

Ainda segundo dados das Nações Unidas, perto de dois terços dos adultos analfabetos são mulheres e quase dois terços dos 120 milhões de crianças que nos países em desenvolvimento não frequentam a escola são raparigas.

Isto apesar de, nas últimas décadas, se terem registado importantes progressos na educação, nomeadamente em relação ao

aumento, no mesmo período, de 21 para 47 por cento.

Paralelamente, no que se refere ao analfabetismo entre adultos, segundo o Banco Mundial, existem actualmente mais 24 milhões de adultos analfabetos que em 1980.

Preocupantes são também os dados sobre analfabetismo em Portugal, com uma taxa neste capítulo situada ainda nos 10 por cento. Em 1997, mais de 70 por cento da população adulta portuguesa não tinha o 9.º ano de escolaridade obrigatória, considerado o mínimo indispensável, quando, em muitos países, este mínimo é o 12.º ano.

O nosso País tem assim uma das maiores



acesso à escola. Em 1960, o número de crianças em todo o mundo que frequentavam a escola correspondia a menos de metade da população mundial de crianças em idade escolar. No início da década de 1990, o número de crianças inscritas nas escolas era já de 75 por cento do total. A proporção de rapazes e raparigas entre os 12 e os 17 anos matriculados nas escolas

taxas de analfabetos adultos da Europa, estando ao nível do México e do Peru. A OCDE diz mesmo que, em 2005, Portugal permanecerá nos últimos lugares: pouco mais de 35 por cento da população portuguesa entre os 25 e os 64 anos terá completado o secundário. Na mesma altura, mais de metade dos 25 países da OCDE terão 80 por cento de adultos com esse nível de ensino.

Atentado em Moscovo

Um bloco de apartamentos nos arredores de Moscovo foi alvo de um atentado à bomba que provocou, segundo o último balanço, cerca de sete dezenas de mortos e mais de 150 feridos.

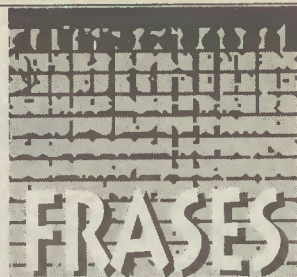
Em telefonema para a agência Interfax, o acto foi apresentado como uma resposta às operações militares russas desencadeadas no

Daguestão e Tchetchénia contra os separatistas islamistas.

As autoridades confirmaram que a violenta explosão que destruiu o prédio de oito andares, onde residiam para cima de 200 pessoas, foi de origem criminosa, tudo apontando para uma bomba de fabrico industrial. O engenheiro - com uma potência

equivalente a 300/400 quilogramas de TNT - deflagrou entre o rés-do-chão e o primeiro andar do prédio, situado num bairro operário a sudeste da capital.

Pelas suas características, este atentado parece ser semelhante ao que ceifou poucos dias antes 64 vidas na localidade de Bounynaksk (Daguestão).



“Está uma porta aberta para a resolução do problema. Agora, é preciso não perder mais tempo e evitar qualquer manobra dilatatória. A força multinacional de paz deve ser acompanhada por uma missão humanitária”

(Carlos Carvalhas - «24 Horas», 13.09.99)

“A duplicidade da política externa norte-americana, as suas complicações com os militares indonésios e o cinismo com que a Administração Clinton assiste ao esmagamento dos direitos humanos do povo timorense não podiam ser ilustrados de melhor forma”

(J.A.L. - «Expresso», 11.09.99)

“Mas a hipocrisia do paladino dos direitos humanos na questão timorense não poder servir de bode expiatório para as responsabilidades não assumidas por Portugal no território. E o abandono da missão portuguesa em Díli, ontem consumado, é um acto verdadeiramente indigno e intolerável”

(Idem, Ibidem)

“O Governo de António Guterres, que tão firme e enérgico se tem revelado na defesa da causa timorense, permitiu a saída [dos diplomatas portugueses]. E cedeu precisamente onde não podia ter qualquer hesitação. No terreno onde alastra o sofrimento e a morte, também Portugal abandonou Timor à sua sorte”

(Idem, Ibidem)

“Contamos com a Indonésia para lidar com o assunto”

(Madeleine Albright - «Expresso», 11.09.99)

“[Os timorenses são] culpados de haver acreditado que a democracia e os princípios do direito e do humanismo são um valor universal, e não somente aquilo que são, isto é, uma cortina por detrás da qual se escondem os interesses marcantis, políticos e militares dos norte-americanos”

(José Manuel Barata-Feyo - «Público», 11.09.99)

“O verdadeiro inimigo da independência de Timor não são elas [milícias]. São, como sempre foram desde 1975, os interesses americanos na região, perfeitamente coincidentes com os da Indonésia, seja ela uma ditadura, como foi até ontem, ou uma democracia de opereta, como é hoje”

(Idem, Ibidem)

“Depois de tanto horror, é tempo de os senhores do mundo perceberem que os seus amigos indonésios são uns bárbaros que só conhecem a linguagem da força”

(António Ribeiro Ferreira - «Diário de Notícias», 13.09.99)

Sismo abala a Grécia

Um violento sismo que atingiu 5,9 da escala de Richter provocou uma onda de destruição e morte na capital grega, construída sobre a placa tectónica euro-africana, gerando situações de pânico entre muitos dos seus cerca de cinco milhões de habitantes. Quando muitas pessoas estavam ainda sob os escombros, os primeiros balanços apontavam já para mais de seis dezenas de mortos e centenas de feridos, evidenciando a dimensão da tragédia, igualmente marcada por avultados danos materiais.

Mais de 700 réplicas foram sentidas após o abalo sísmico, cujo epicentro, em Menidi, a 20 quilómetros de Atenas, transformou aquela cidade numa área fantasma, devastada e sem vida.

Este terá sido o sismo mais grave ocorrido na capital grega desde 1981 e foi sentido com particular intensidade não só na

Ática, como também na parte central do país, de acordo com registos feitos em Salónica, e, a Oeste, em Patras.

De acordo com os relatos, em Atenas e no porto do Pireu, os habitantes saíram imediatamente para a rua, abandonando casas e escritórios, e fugindo para longe dos edifícios. Os hospitais, em alerta, foram igualmente evacuados e receberam numerosos pedidos de socorro, num quadro em que quase tudo deixou de funcionar, provocando engarrafamentos nas principais artérias.

A Grécia é o país da Europa de mais forte sismicidade, ocorrendo no seu território mais da metade dos sismos europeus. Violentos sismos devastaram Rodes em 1826 (8 magnitude Richter) e em 1957 (7,2 Richter), Cefalonia e Zante em 1953 (7,2 Richter), Kalamata em 1986 (6 Richter).

LEGISLATIVAS 99

PCP apresenta Programa Eleitoral Reforço da CDU é o grande factor de mudança

O Programa Eleitoral do PCP, dado a conhecer na quinta-feira da semana passada (ver páginas centrais), enuncia o conjunto dos grandes objectivos que consubstanciam a política de esquerda que os comunistas defendem para Portugal e sublinha a importância do reforço da CDU como grande factor de mudança.

Numa conferência de imprensa que teve a participação de Edgar Correia, Luís Sá, Jerónimo de Sousa e Octávio Teixeira, membros da Comissão Política, o Secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, chamou ainda a atenção para dez medidas de grande impacto na vida dos portugueses, que urge implementar no início da próxima legislatura de forma a responder a alguns problemas nacionais.

Carlos Carvalhas começou por sublinhar os riscos, problemas e desafios que o País enfrenta na União Europeia e no quadro da globalização que, sendo em parte comuns com os de outros Estados de pequena dimensão e de médio ou baixo nível de desenvolvimento, são agravados pelo conformismo do Estado português perante a concretização de uma integração desigual e de políticas comunitárias que «ou não contemplam especificidades nacionais ou penalizam claramente o País».

É possível, contudo, um outro rumo para a União Europeia e outra política interna para Portugal: «uma política de esquerda que só poderá ser construída com a participação e o reforço do PCP» e que o PCP assume com a consciên-

cia da complexidade dessa luta.

Para os comunistas, a «razoável conjuntura económica que Portugal tem atravessado e os efeitos de algumas grandes obras públicas não podem ser utilizados para iludir os grandes e graves problemas estruturais existentes» e a oportunidade da sua superação. Assim como o reconhecimento de décadas de atraso, a valorização do trabalho e das capacidades dos portugueses e das potencialidades do País, «não autorizam» que se recorra à manipulação da estatística para esconder «a enorme dimensão da precariedade laboral e do subemprego» ou ignorar «a gravidade das assimetrias regionais e do significado do crescimento dos fenómenos da pobreza e da exclusão social».

Mudar o rumo político

O Governo PS dispôs de «todas as condições políticas e parlamentares, económicas e sociais» para cumprir os compromissos que assumiu nas legislativas de 1995, se fosse esse o seu verdadeiro propósito, disse Carlos Carvalhas. Porém, passados quatro anos, «o capital de expectativa e de benefício da dúvida» concedido por largos sectores do eleitorado ao Governo e ao Primeiro-Ministro, «deu lugar a um alargado sentimento de frustração resultante do incumprimento de grande parte das promessas feitas», em particular a da realização de uma política diferente da do PSD.

Aliás, em alguns domínios, como é o caso, entre outros, das privatizações e dos direitos dos trabalhadores, o Governo de António Guterres «tomou mesmo a iniciativa de desferir golpes» que o último Governo de Cavaco Silva já não teve condições para concretizar e as suas concepções e procedimentos foram, nos aspectos substanciais, semelhantes às dos governos do PSD: «ocupação do aparelho do Estado por critérios de compadrio político e partidário», «promiscuidade entre o poder político e o poder económico», apresentação do partido do Governo como o «único referencial de estabilidade», ou qualificação das oposições como só «sabendo dizer mal».



A persistência dos principais problemas não resulta «do insucesso de uma política de esquerda» mas da renovada «aposta numa política de direita», garantiu Carlos Carvalhas

Carlos Carvalhas sublinhou, assim, que «a persistência dos principais problemas com que a sociedade portuguesa está confrontada e a frustração suscitada pela experiência governativa do PS» não resultam «do insucesso

de uma política de esquerda» mas assentam na renovada «aposta numa política de direita», contra a qual os eleitores portugueses, em 1995, votaram maioritariamente.

O PCP tem, pois, a profunda

convicção de «que a solução dos problemas e desafios com que Portugal está confrontado impõe a realização de uma política de esquerda só possível com o reforço do PCP e da CDU nas próximas eleições».

Desenvolvimento e Ambiente Conceitos indissociáveis

Para o desenvolvimento económico equilibrado que defende, o PCP considera indispensável a realização de uma política de pleno emprego e de defesa dos direitos dos trabalhadores — nomeadamente com o reforço do papel da OIT e das normas internacionais de trabalho — e uma redistribuição dos rendimentos mais favorável aos trabalhadores, com vista a uma maior coesão social. Como indispensáveis são as medidas de combate à fraude e à evasão fiscal, designadamente através da eliminação do sigilo bancário para efeitos fiscais, da justa tributação dos rendimentos das profissões liberais e dos empresários em nome individual e da inversão do ónus da prova quando as empresas declaram prejuízos para efeitos fiscais.

Ao mesmo tempo, os comunistas defendem o alargamento da base tributária, mantendo um regime de benefícios apenas para situações económica e socialmente justificáveis, a eliminação dos privilégios concedidos aos rendimentos do capital e uma política de apoio às pequenas e médias empresas, nomeadamente com programas de incentivos comunitários adequados às suas características.

Quanto à política agrícola, é necessário aumentar a produção agro-alimentar nacional, reconverter os sistemas produtivos, ordenar a floresta naci-

onal com diversificação das espécies, criar um novo Seguro da Produção Agrícola e Pecuária e, naturalmente, defender uma reforma da Política Agrícola Comum. Em relação às pescas, o PCP quer ver consagradas as 12 milhas (mar territorial) para o exclusivo exercício da frota pesqueira nacional e o direito preferencial da ocupação da área adjacente das 24 milhas pela nossa frota, assim como defendida a pesca artesanal como sector estratégico das pescas nacionais.

Há ainda que elaborar Planos Regionais de Turismo que defendam os recursos e produtos turísticos existentes, diversificando e complementando a oferta, e reforçar a transparência de meios financeiros a atribuir ao sector, tendo em vista, particularmente, o III Quadro Comunitário de Apoio.

Por fim, o PCP defende que o solo e os recursos naturais sejam encarados não como uma fonte de especulação mas como bens escassos, orientados para o uso do interesse público, e a elaboração de um Programa Nacional de Política e Ordenamento do Território e de um Plano Nacional de Ordenamento. E como desenvolvimento e ambiente são, para o PCP, conceitos indissociáveis, a perspectiva ambiental tem de estar sempre presente nas políticas sectoriais.

Dez medidas urgentes

Desenvolvimento económico e social; direito ao ambiente e à qualidade de vida; trabalho com direitos e emprego de qualidade; reforma do sistema fiscal; reforma democrática do Serviço Nacional de Saúde; mais e melhor Segurança Social; educação, ciência e cultura à altura dos desafios do novo milénio; reforma democrática do Estado; reforma da justiça; concretização do direito das mulheres à igualdade; novo rumo para a integração europeia; e realização de uma política de soberania nacional, de paz e de cooperação internacionais, são para os comunistas as travessuras de uma política de esquerda.

No quadro da luta por estes objectivos, o PCP apresenta dez medidas concretas:

- a elevação do Salário Mínimo Nacional sujeito a um aumento anual não inferior a 3% acima do valor da inflação (de 2%), para um valor não inferior a 75 000\$00 até ao final da legislatura;

- uma elevação de pensões que contemple prioritariamente as de valor mais baixo mas atenda também às diferenças de situação existentes e aos direitos adquiridos pelos beneficiários, acabando com pensões inferiores a 31 100\$00 (pensão social, que é também referencial para o Rendimento Mínimo Garantido) e situando as pensões mínimas do regime contributivo entre pelo menos os 42 400\$00 (menos de 15 anos de contribuições) e os 66 300\$00 (para 40 anos de contribuições);

- o reforço do financiamento do sistema público de Segurança Social, com a garantia dos direitos adquiridos e em formação dos beneficiários/contribuintes e a melhoria das prestações sociais e a elevação continuada dos seus valores;

- o alargamento da base contributiva do regime geral dos trabalhadores por conta de outrem, acrescentando às contribuições mensais sobre remunerações uma contribuição anual das entidades empregadoras, com um volume de negócios a fixar por lei, e a cujo limite é dedutível o somatório das contribuições mensais já pagas sobre as remunerações;

- o combate à precarização — designadamente dos casos de ocupação de postos de trabalho permanente — e ao falso trabalho independente e o estabelecimento de um calendário de redução progressiva para as 35 horas, sem redução de salário nem perda de direitos;

- a gratuidade dos livros escolares no ensino público obrigatório;

- o embaratecimento e racionalização dos gastos com medicamentos, designadamente através da promoção da utilização de genéricos;

- o aumento do valor da comparticipação nos medicamentos essenciais e em próteses, ortóteses e dispositivos de compensação;

- a despenalização do consumo da droga, com a adopção de um plano de alargamento da rede pública nacional e gratuita de atendimento, tratamento e recuperação social da toxic dependência, e o reforço do combate ao tráfico de droga e ao branqueamento de capitais;

- uma Reforma Fiscal que contemple a redução da tributação sobre os rendimentos de trabalho, o combate à evasão contributiva e a tributação das operações de venda de títulos, em Bolsa ou fora dela, e das operações cambiais não suportadas em transações comerciais.



PCP recebe Rede Anti-Racista

Uma representação da Coordenadora da Rede Anti-Racista foi recebida, a seu pedido, no dia 2 de Setembro, pelo PCP.

Participaram no encontro, em representação do PCP, Henrique de Sousa, do Secretariado, e António Filipe, deputado e membro do Comité Central.

A representação da Rede era integrada por dirigentes da Associação Olho Vivo, da Frente Anti-Racista, do SOS Racismo e da Associação Luso-Senegalesa.

O encontro serviu para uma positiva troca de informações e opiniões sobre os problemas dos imigrantes e do combate ao racismo em Portugal. Como conclusão comum resultou a necessidade de ser definido um quadro político e jurídico para a legalização da situação de numerosos imigrantes em situação irregular e de se lutar pelo regulamentação e concretização plenas das leis recentemente aprovadas na Assembleia da República, com a

activa contribuição do PCP, sobre o apoio às associações de imigrantes e contra a discriminação racial e étnica.



... e Associação de Deficientes

Na dia 3 de Setembro, foi a vez de uma delegação do PCP, constituída por Domingos Abrantes, membro do Secretariado e da Comissão Política, e Bernardino Soares, deputado e membro da Direcção Nacional da JCP, receber uma delegação da Associação Portuguesa de Deficientes, num encontro que analisou a difícil situação desta camada tão desfavorecida da população portuguesa.

CAMARADAS FALECIDOS

Alfredo Oliveira Santos

Com 84 anos de idade, foi a enterrar no dia 27 de Agosto, o camarada Alfredo Oliveira Santos (Alfredo do Cobre). Com uma vida inteira dedicada à luta dos trabalhadores e do PCP, sofreu vários anos de cadeia nas várias prisões fascistas e, apesar dos maus tratos, portou-se sempre corajosamente frente à Pide. Teve um importante papel na organização do Partido em S. Pedro da Cova a partir de 1965, na luta dos trabalhadores do Porto e na solidariedade aos presos políticos. Integrou a Comissão Sindical da DORN no período de pseudo abertura marcelista, levando à conquista de direcções sindicais da confiança dos trabalhadores, designadamente dos metalúrgicos do Porto. No seu funeral compareceram muitos amigos, ex-companheiros de trabalho e camaradas do Partido que, pela voz de Joaquim Barbosa, ali lhe prestou uma última e justa homenagem.

António Camilo

Faleceu na madrugada do dia 30 de Agosto, aos 76 anos, após doença grave, o camarada António Camilo. Activista e militante do Partido desde 1944, participou activamente na organização da greve de 1958, tendo estado cinco anos preso pela Pide. Integrou durante vários anos a Comissão de Freguesia do Couço do PCP, desempenhando até à sua morte funções na direcção da Associação de Reformados Pensionistas e Idosos do Couço.

Joaquim Pereira

Faleceu no dia 28 de Agosto, com 67 anos de idade, o camarada Joaquim Pereira, natural de Portimão. Militante do Partido desde 1974, era muito estimado por quantos o conheciam.

Leonel Albino da Silva

Faleceu, no passado dia 20 de Agosto, com 83 anos de idade, o camarada Leonel Albino da Silva. Desde muito novo militante do Partido, foi membro da Comissão de Freguesia de Barcarena desde 1977 e responsável pelos Fundos e pelo Centro de Trabalho de Terceira, Barcarena.

Manuel Dias Carvalheira

Faleceu recentemente, com 78 anos de idade, o camarada Manuel Dias Carvalheira, membro do Partido há 50 anos. Era licenciado em Ciências Económicas e Financeiras, professor de matemática e director do Instituto de Luanda, onde estava no 25 de Abril. Foi colaborador da Organização Regional de Lisboa, no Controlo Financeiro, durante 20 anos.

Maria Celeste Martins Sales

Com 54 anos de idade, faleceu no dia 3 de Setembro, a camarada Maria Celeste Martins Sales, eleita na Junta de Freguesia de Santa Catarina, Bairro Alto. Era membro do Organismo de Direcção da Zona Centro de Lisboa e da Comissão de Freguesia de Santa Catarina do PCP.

Virgílio Porto

Faleceu no dia 25 de Agosto, com 70 anos de idade, o camarada Virgílio Porto, natural de Santa Iria de Azóia, onde era muito estimado por camaradas e amigos. Reformado da CAVAN, era militante do PCP desde 1974.

Virgínia Honório Cunha

Faleceu recentemente a camarada Virgínia Honório Cunha, de 72 anos de idade. Camarada muito dedicada ao Partido, fez parte durante vários anos da Comissão Concelhia do Cartaxo, terra onde residia.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Aveiro Autarcas candidatos devem suspender funções

A Direcção da Organização Regional de Aveiro do PCP exige que o ministro João Cravinho, na qualidade de candidato, ponha fim à sua «recente especialização em cortar fitas» e que, «em nome da legalidade», todos os autarcas candidatos suspendam as suas funções e desenvolvam a sua actividade eleitoral «ao mesmo nível que os restantes candidatos».

Na opinião da DORAV, os últimos meses, particularmente desde a marcação das eleições, têm sido caracterizados de forma «escandalosa» pela utilização do aparelho do Estado ao serviço da candidatura do Partido Socialista, designadamente pelo ministro João Cravinho, pelo Governador Civil de Aveiro, Antero Gaspar, e pelo Presidente da Câmara Municipal de Espinho José Mota que, desdobrando-se em actos públicos, e servindo-se obras feitas com o dinheiro de todos os contribuintes, mais não estão do que a promover-se como candidatos do PS.

Na análise que faz às primeiras declarações, intervenções e entrevistas dos cabeças de lista das principais forças políticas, o PCP observa ainda que o PS, o PSD e o CDS/PP irão neste período eleitoral procurar desviar a atenção das suas responsabilidades na manutenção dos principais problemas estruturais do distrito, não querendo sequer falar dos trabalhadores e dos seus direitos porque «assim beliscariam os interesses de quem lhes financia as campanhas», alguns deles com fortunas acumuladas à custa da exploração dos trabalhadores.

As indicações da pré-campanha, o conhecimento das restantes listas de candidatos, os resultados obtidos pela CDU nas eleições para o Parlamento Europeu e o facto de o número de deputados a eleger pelo distrito aumentar de 14 para 15, reforçam, porém, a convicção dos comunistas de que a eleição de um deputado da CDU em Aveiro - que fosse na Assembleia da República a voz dos trabalhadores e da população do distrito -, constituiria a única alteração de fundo a registar-se no dia 10 de Outubro.

Essa importante alteração vai, porém, depender não só do empenhamento de todos os militantes, simpatizantes e activistas da CDU, como da vontade dos eleitores e de um comportamento não discriminatório por parte dos órgãos de comunicação social.

LEGISLATIVAS 99

CDU/Aveiro

Prestígio e capacidade

O nosso jornal retoma neste número a publicação das listas da CDU já apresentadas nos vários círculos eleitorais. Hoje, dá-se notícia da apresentação da lista de Aveiro, ocorrida em 18 de Julho e de que António Salavessa, do Comité Central do PCP e membro da Assembleia Municipal de Aveiro, é mandatário. As intervenções políticas, a cargo de Joel Vasconcelos, candidato da juventude, Cândido Mota, também candidato, Joaquim Almeida da Silva, cabeça de lista, e Ilda Figueiredo, eurodeputada, ressaltaram a qualidade da lista apresentada, a capacidade e o prestígio dos elementos que a integram, assim como o facto de esta se apresentar mais jovem, com mais mulheres, renovada em relação a listas anteriores e com a presença de candidatos dos principais concelhos e sectores de actividade do distrito de Aveiro.



A lista de Aveiro apresenta grande renovação

Lista de candidatos

Efectivos

Joaquim Almeida
50 anos, operário metalúrgico
Membro da Comissão Executiva da CGTP-IN e Coordenador da União dos Sindicatos de Aveiro
Presidente da Mesa da Assembleia Geral do Sindicato dos Metalúrgicos de Aveiro, Viseu e Guarda
Membro do Comité Central do PCP

Manuela Silva
51 anos, professora, licenciada em História com pós-graduação em Ciências da Educação
Lecciona na Escola EB 2.3 Fernando Pessoa em Santa Maria da Feira
Membro da Direcção Central do Sindicato dos Professores do Norte e da Comissão Directiva do Instituto Irene Lisboa

Membro da Direcção Nacional do MDM
Membro do Comité Central do PCP

Cândido Mota
56 anos, natural de Espinho
Jornalista e locutor, entre outros no antigo Rádio Clube Português, RDP e RTP

Participante e responsável pela produção de programas de referência no panorama radiofónico nacional como o «Em Órbita», «O Passageiro da Noite» e «Fonografias»
Actualmente publicitário e locutor da RTP

Miguel Viegas
30 anos, médico veterinário, residente em Ovar
Membro do Movimento Cívico para a defesa da Maternidade do Hospital de Ovar e do Movimento de Cidadãos de Ovar contra a Poluição da Indupel
Membro da Direcção da Organização Regional de Aveiro do PCP

Fernando Peixinho
70 anos, médico
Foi Presidente da Direcção do Centro Social de Oia
Presidente da Comissão de Melhoramentos de Oia
Foi Presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Oliveira do Bairro
Membro da Assembleia Municipal de Oliveira do Bairro
Membro da Intervenção democrática (ID)

Manuela Caetano
44 anos, educadora de infância, residente em Aveiro
Coordenadora do Executivo Distrital de Aveiro do Sindicato dos Professores da Região Centro
Membro do Conselho nacional da FENPROF
Candidata independente proposta pelo Partido Ecologista os Verdes

Fausto Neves
42 anos, pianista, Curso Superior do Conservatório,

Prémio «Virtuosidade» do Conservatório de Genève, Suíça
Foi Director da Escola Superior de Música e de Artes do espectáculo do Instituto Politécnico do Porto
Solista das Orquestras da RDP, Clássica do Porto e Portuguesa da Juventude
Membro da Comissão da Casa da Música do Porto 2001 - Capital da Cultura
Membro da Assembleia Municipal de Espinho
Membro da Direcção da Organização Regional de Aveiro do PCP

Júlio Balreira
47 anos, metalúrgico, residente em Águeda
Coordenador do Sindicato dos Metalúrgicos de Aveiro, Viseu e Guarda
Membro da Comissão Executiva da União dos Sindicatos de Aveiro e Conselho Nacional da CGTP-IN
Membro do Conselho Consultivo do Instituto do Emprego e Formação Profissional
Membro da Direcção da Organização Regional de Aveiro do PCP

Joel Vasconcelos
18 anos, estudante do Ensino Secundário de Oliveira de Azeméis
Dirigente Associativo Estudantil
Membro da Direcção Distrital de Aveiro da JCP

João Cruz
47 anos, engenheiro electrotécnico, residente em Aveiro
Eleito durante um mandato na Junta de Freguesia da Vera Cruz em Aveiro
Membro da Comissão Concelhia de Aveiro do PCP

João de Almeida
52 anos, médico, natural de Ílhavo
Assistente graduado de cirurgia geral do Hospital de Aveiro
Candidato da CDU à Câmara Municipal de Ílhavo nas últimas eleições autárquicas
Membro da Direcção da Organização Regional de Aveiro do PCP

Isabel Freitas
51 anos, operária têxtil
Coordenadora do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis de Aveiro
Membro da Direcção Nacional da Federação dos Têxteis, Vestuário e Calçado
Membro da Direcção da União dos Sindicatos de Aveiro
Membro do Comité Central do PCP

Ricardo Jorge Cardoso
32 anos, professor, licenciado em Ensino - Educação Visual

Dirigente da Área Sindical de Santa Maria da Feira do Sindicato dos Professores do Norte
Membro da Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira
Membro da Direcção da Organização Regional de Aveiro do PCP

António Rebelo
52 anos, engenheiro técnico civil, residente em Nogueira do Cravo, Oliveira de Azeméis
Membro da Comissão Concelhia de Oliveira de Azeméis
Membro da Direcção da Organização regional de Aveiro do PCP

Sónia Duarte
26 anos, professora do Ensino Secundário
Dirigente do Sindicato dos Professores do Norte
Membro da Assembleia Municipal de S. João da Madeira
Membro da Direcção da Organização Regional de Aveiro do PCP

Suplentes
Arlindo Marco
28 anos, arquiteto, residente em Barcouço, Mealhada
Candidato independente, proposto pela Intervenção Democrática (ID)

Américo Rodrigues
33 anos, operário electromecânico, residente em Ovar
Dirigente sindical na YAZAKY SALTANO
Dirigente do Sindicato das Indústrias Eléctricas
Membro da Direcção da Organização Regional de Aveiro do PCP

Francisco Costa
39 anos, metalúrgico, residente em Aveiro
Membro da Comissão de Trabalhadores da RENAULT-CACIA
Dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos

Lígia Loureiro
49 anos, licenciada em Relações Públicas e Internacionais
Residente em Espinho

Vitor Hugo Oliveira
21 anos, estudante universitário
Vocalista da banda «PRUNE»
Candidato independente proposto pelo Partido Ecologista «Os Verdes»

Setúbal

Desenvolver o distrito
combater desigualdades

Com a presença do secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, e a participação de mais de duas centenas e meia de pessoas, a CDU apresentou, no sábado passado, na Biblioteca Bento de Jesus Caraça, na Moita, o seu compromisso eleitoral para o distrito de Setúbal.

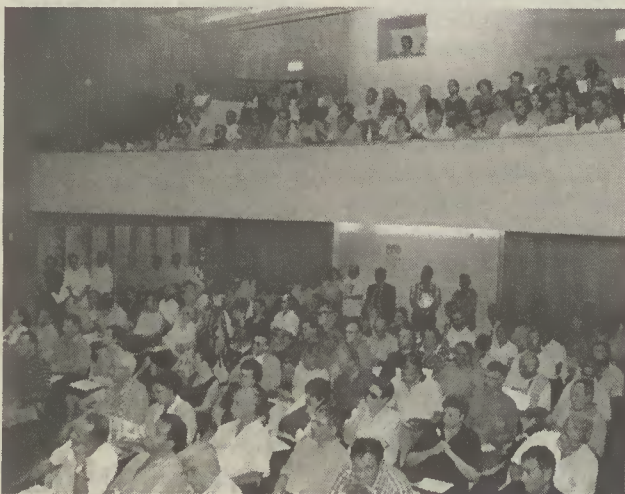
Na mesa encontravam-se ainda Jorge Pires e Octávio Teixeira, da Comissão Política, Alice Carregosa, membro da DORS e candidata, Fernando Pézinho, da direcção nacional de «Os Verdes», Maria Emília de Sousa, Presidente da Câmara Municipal de Almada e mandatária da lista, e Renata Cabridatária, candidata.

Na iniciativa, encerrada por Carlos Carvalhas, que então propôs um minuto de silêncio pelo povo de Timor, intervieram Jorge Pires, Octávio Teixeira, Fernando Pézinho, Joaquim Judas, Joaquim Matias, Odete Santos e Bruno Dias.

Subordinado ao lema «Mais CDU, mais desenvolvimento», o Compromisso Eleitoral da CDU defende um desenvolvimento integrado, harmonioso e sustentável do distrito, que assente nas potencialidades e recursos existentes na região e participação dos trabalhadores e dos cidadãos em geral e dos agentes económicos, políticos e sociais. Um desenvolvimento que exige, ainda, a diversificação e coe-rência sectorial da estrutura produtiva e uma repartição mais justa da riqueza, de forma a procurar resolver os princi-

pais problemas do distrito e combater as desigualdades sociais, a pobreza e a marginalidade.

Entretanto, a política seguida pelo PS durante os últimos quatro anos teve como resultado o aumento do desemprego e do trabalho precário e o «reforço do poderio dos grandes grupos económicos», cujos interesses



«são enganosamente apresentados» como tratando-se de interesses nacionais.

Setúbal sofre naturalmente essa política: persiste uma elevada taxa de desemprego, muito acima da média nacional - e ainda maior nos quatro concelhos do Litoral Alentejano -

mantêm-se os baixos salários, aumenta o trabalho precário e intensifica-se o desrespeito pelos direitos dos trabalhadores, agravados pela ausência de medidas governamentais.

Mas o Governo PS continua a penalizar Setúbal, considera a CDU, nomeadamente ao recusar a localização do Novo Aeroporto no distrito, ao manter uma política de portagens discriminatórias, ao não financiar com fundos comunitários a Construção do Sistema de Tratamento de Águas Residuais, ou ao atrasar durante quatro anos a abertura do Concurso Público para a

concessão, construção e exploração do Metro Sul do Tejo.

Entretanto, os deputados do PCP e do PEV foram na Assembleia da República a voz dos trabalhadores e das populações, não se limitando à oposição pela oposição. Propuseram e fizeram aprovar leis, apontaram políticas alternativas e soluções para problemas reais, defenderam o interesse nacional e da região.

Lisboa

Campanha na rua

Discutir a campanha eleitoral para as eleições legislativas e perspectivar a intervenção dos seus candidatos, foi o objectivo do Encontro realizado pela CDU, na sexta-feira passada, em Lisboa. Na mesa, a que presidiu Paulo Sucena, mandatário da lista, encontravam-se, para além de Luís Sá, Jerónimo de Sousa e António Andrez, da Comissão Política do PCP, de Blasco Hugo Fernandes e Irene Crespo, da Intervenção Democrática, e de Dulce Arrojado, do Partido Ecologista «Os Verdes», o deputado Bernardino Soares e Helena Serôdio, da DORL do PCP.

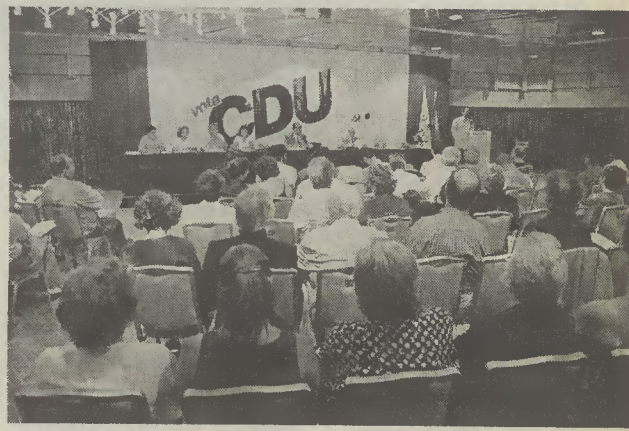
A abrir o Encontro, António Andrez manifestou a satisfação da DORL com a intensa campanha de esclarecimento e de contacto directo com os trabalhadores e as populações, já realizada e a realizar, com o objectivo de valorizar as propostas da CDU e elucidar sobre a natureza de classe da política do PS. Uma campanha para a qual os comunistas de Lisboa já contribuíram com cerca de 58 mil contos, dos 85 mil que se propuseram atingir na Campanha Nacional de Fundos.

Luís Sá, depois de denunciar as muitas promessas que agora o PS e o PSD «vendem a pataco», para fugir às suas responsabilidades, e o populismo do CDS/PP, sublinhou que as propostas da CDU «têm por trás uma prática coerente e constante, com conteúdo de classe, virada para os interesses do povo português».

Enunciando algumas das principais propostas do Programa Eleitoral do PCP, em coe-rência com as quais foi elaborado o programa de Lisboa, o dirigente comunista lembrou a necessidade de dar uma maior atenção aos problemas regionais que nestas eleições vão ter um grande peso.

A pobreza e a exclusão social foram abordadas por Bernardino Soares que lembrou ser Portugal o país da União Europeia onde é maior o fosso entre os mais ricos e os mais pobres.

O PS gosta de agitar o Rendimento Mínimo Garantido - pela primeira vez proposto pelo PCP - como sua grande bandeira mas,



afinal, ao contrário da CDU, que quer acabar com a pobreza, a sua política é de assistencialismo mínimo, diz o deputado comunista.

António Filipe falou sobre fiscalidade, «um sistema duro para quem paga» pois, como alertou, enquanto 50 por cento do IRS é pago pelos trabalhadores por conta de outrem, 50 por cento das empresas declaram prejuízo.

Ana Avoila considerou, por sua vez, que o sistema de Segurança Social tem viabilidade mas exige uma reestruturação do seu financiamento e Arménio Carlos demonstrou que «os partidos não são todos iguais», como alguns pretendem fazer crer. Basta observar, sublinhou, a importante actividade dos deputados do PCP

na última legislatura, designadamente contra o Pacote Laboral.

O resultado do referendo sobre a despenalização do aborto e outras questões sexuais foram abordada por José Neves, enquanto Helena Serôdio lembrou a necessidade de tratar a Educação como uma prioridade e de o Estado se responsabilizar pela vertente cultural, «sem que isso signifique dirigismo cultural ou restrições à criatividade artística».

Blasco Hugo Fernandes enunciou os dois grandes objectivos da CDU: evitar o empobrecimento da democracia - cujo conteúdo seria esvaziado por uma maioria

absoluta - e substituir a política neoliberal que tem vindo a ser seguida por outra mais justa sob o ponto de vista social, ou seja, por uma política de esquerda. Por seu turno, Dulce Arrojado expressou o empenhamento de «Os Verdes» na concretização das propostas da CDU e enumerou uma série de iniciativas parlamentares tomadas por este partido na Assembleia da República.

Coube a Luís Sá, na ausência de Carlos Carvalhas - nesse momento a participar numa reunião do Conselho de Estado sobre Timor -, encerrar o Encontro da CDU com uma curta intervenção onde, mais uma vez, ressaltou a necessidade do reforço da CDU para imprimir um novo rumo à política portuguesa.

Porto
Governo PS
falhou

No Porto, a CDU marcou o arranque da campanha eleitoral com uma jornada sobre o progresso e o desenvolvimento no distrito, aberta a sugestões e propostas para a intervenção futura dos candidatos.

João Amaral, cabeça de lista da CDU pelo Porto, encerrou o encontro, que teve a presença de candidatos, dirigentes das forças políticas que integram a coligação, apoiantes e convidados de diversas áreas e começou com a aprovação de uma moção de solidariedade com o povo de Timor e de exigência da rápida intervenção de uma força de paz internacional no território.

Considerando que os problemas do distrito do Porto resultam de uma «inaceitável discriminação» quanto ao investimento público, João Amaral diz que o governo PS falhou. Falhou na política da saúde, falhou na justiça, falhou na política de reformas e pensões, falhou na política de trabalho, falhou, afinal, nas promessas de «governar para as pessoas» e de adoptar «medidas sociais que efectivamente dessem resposta às aspirações dos portugueses».

A CDU fará, entretanto, uma campanha pela positiva, centrando-se em duas questões: no desenvolvimento e robustecimento do tecido produtivo e na melhoria da qualidade de vida das populações.

A CDU propõe ainda o reforço do papel da Área Metropolitana do Porto com a eleição directa da Assembleia Metropolitana e a eleição por esta da Junta Metropolitana, a transferência de meios financeiros e competências da Administração Central e o seu alargamento a outros municípios, nos termos do princípio do consenso.

João Amaral considera, por fim, que a forma de contribuir para uma mudança de política é reforçando a CDU, uma ambição que os seus activistas e apoiantes possuem.

Emigração

Medidas para uma nova política

Os candidatos da CDU pelos círculos da Emigração divulgaram simultaneamente no Brasil e em França «o seu compromisso programático em defesa dos portugueses da diáspora». E com vista a uma nova política, apontaram dez medidas indispensáveis, a primeira das quais a definição de um programa de expansão e qualificação do ensino da língua e da cultura portuguesa.

Entretanto, muitas personalidades têm vindo a dar o seu apoio aos candidatos da CDU, nomeadamente aos dois candidatos do Brasil que integram a lista da CDU pelo círculo eleitoral «Fora da Europa». Um

deles, José Saramago, Prémio Nobel da Literatura 1998, explica esse apoio como «uma acção natural» em si mas também porque Davide Quintans e Maria Cerqueira lhe merecem «toda a consideração e respeito».

E, apelando a que «não se perca uma só voz», afirma que o desejo de mudar está ao alcance da mão que é o voto. O seu desejo vai ainda para que, no fim da votação, Davide Quintans e Maria Cerqueira possam chegar a duas conclusões: «que cumpriram o seu dever e outra, igualmente necessária, que os eleitores também cumpriram.»

Carlos Carvalhas em Palmela e na Madeira



Carlos Carvalhas em Palmela

O Secretário geral do PCP, Carlos Carvalhas, visitou no passado dia 6, as Festas das Vindimas, em Palmela e, no dia 8, deslocou-se à Madeira onde, acompanhado de dirigentes, deputados e candidatos da CDU contactou a população piscatória de Belém, em Câmara de Lobos.

Aproveitando a sua deslocação à Madeira, Carlos Carvalhas visitou o Bairro Social da Quinta do Leme, em Câmara de Lobos, onde participou num almoço-festa com a população, e a Zona da Corujeira, mantendo, ao fim da tarde, um encontro com activistas da CDU na Sala Cidade, no Centro de Trabalho do PCP no Funchal.

TRABALHADORES

Carrefour

Impedir a actividade sindical de dirigentes do CESP/CGTP, que distribuíam informação aos trabalhadores do Carrefour, em Telheiras, foi um objectivo que acabou por ser frustrado. O sindicato anunciou, na semana passada, que os responsáveis do hipermercado não conseguiram impedir a acção no local de trabalho e que contra o Carrefour e a sua Segurança decorre já um processo por tentativa de impedimento da actividade sindical e por agressão a um dirigente.

Na loja de Oeiras daquela cadeia, dirigentes do CESP foram impedidos de entrar, para distribuir informação aos trabalhadores, mas mantiveram-se na placa de vendas, ao que os responsáveis da empresa respondeu com ameaças de chamar a polícia para os expulsar.

STCP

Quem abdicar dos direitos vai ser premiado pela Sociedade de Transportes Colectivos do Porto, que decidiu instituir este incentivo, para os motoristas, alegando como objectivo o combate ao absentismo. Esta medida foi denunciada pelo secretariado da célula do PCP na empresa, que cita os relatórios de gestão dos últimos três anos, onde se regista uma descida das faltas injustificadas para menos de metade (de 2,9 por cento para 1,2 por cento). «Não parece ser o absentismo que preocupa a administração, mas sim a pronta resposta dos trabalhadores às suas arbitrariedades», acusam os comunistas. O relatório de gestão do ano passado reconhece a falta de motoristas na empresa, o que é visto como prova da incapacidade da administração para adoptar uma política de pessoal que reponha o número necessário de trabalhadores naquela área, problema que se arrasta desde 1997. O PCP considera o prémio como uma provocação aos motoristas e aos seus representantes, pois incentiva a que sejam relegados para um plano secundário direitos e deveres de assistência familiar, prestação de testemunho em julgamento, participação activa em campanhas eleitorais e mesas de voto...

Entroncamento

Realiza-se amanhã à noite, no Centro Cultural do Entroncamento, uma sessão comemorativa do 29.º aniversário da CGTP-IN, promovida da União dos Sindicatos de Santarém e com a participação de Manuel Carvalho da Silva. A sessão é antecedida de uma marcha de solidariedade com o povo de Timor-Leste, que tem concentração marcada para as 21 horas, junto da estação da CP. Para as 22.30 está anunciado um espectáculo de solidariedade, com Jorge Rivotti.

Promessas e realidade na Função Pública

Sindicato edita «Livro Rosa-Negro»

Entre o «ramalhete de promessas» e a «realidade de espinhos», ficaram quatro anos de lutas de trabalhadores do Estado, a provar que «as ideias-chave do programa eleitoral do PS, em 1995, não tiveram qualquer concretização prática» - diz o Sindicato da Função Pública do Sul e Açores.

Na quinta-feira passada, dirigentes e activistas do STFPSA, da União dos Sindicatos de Lisboa, da CGTP-IN e da Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública confluíram para o Terreiro do Paço onde, numa tenda instalada entre edifícios ministeriais, foi feita a apresentação de um folheto que vai ser amplamente distribuído entre os trabalhadores, para que «leiam e votem em consciência», como disse Paulo Trindade.

Falando sobre o livro e a governação que ele retrata, o sindicalista apontou alguns factos que hoje contrariam as promessas e compromissos do

PS e do Governo de António Guterres e Jorge Coelho: o índice 100 afastou-se ainda mais do valor do salário mínimo nacional; cerca de um terço dos funcionários com vínculo precário ainda não foram integrados no quadro, enquanto foram admitidos mais 30 mil pessoas com recibos verdes e contratos a prazo; com a «aberrante solução» do ano passado foram criadas ainda mais injustiças e ainda maior caos nas carreiras e no sistema retributivo.

Paulo Trindade acusou o Governo de prosseguir a privatização de bens e funções do Estado, citando mesmo um projecto-

-lei que vem, a um mês das eleições, preconizar o desmantelamento da Direcção-Geral do Património, e que esteve na base de uma greve de 24 horas, no dia 9, com concentrações junto ao Primeiro-Ministro e ao Presidente da República. Quanto às mesas negociais, o Governo violou todos os prazos acordados com os sindicatos, enquanto se prepara para legislar em catadupa, como tem feito desde Junho - acusou o dirigente do sindicato, da federação e da Frente Comum.

A expressão «função pública», já nas promessas eleitorais do PS, cederá o lugar ao «serviço público, muito perto de serviço ao cliente», notou Sérgio Ribeiro, que interveio como trabalhador da Função Pública. Além do economista e ex-deputado no Parlamento Europeu, falou também o escritor Modesto Navarro, que saudou a iniciativa «do nosso sindicato, que veio colocar os olhos e os dedos

de todos nós nas feridas da Função Pública».

Inquérito no pé

As conclusões já conhecidas do inquérito sobre recrutamento de novos efectivos para a Administração Pública «contrariam em absoluto as teses até agora defendidas pelo Executivo», que deu assim «um autêntico tiro no pé», comenta a Federação da Função Pública.

Numa nota distribuída antontem, a FNSFP/CGTP começa por notar que «não só é reconhecido pelos dirigentes dos organismos da Administração Pública inquiridos que são necessários mais efectivos, como os grupos profissionais mais solicitados são o administrativo e o auxiliar». A federação concorda que, «atendendo ao envelhecimento dos efectivos e à sua consequente aposentação em número significativo, torna-se imperiosa a admissão de novos trabalhadores, em número que por certo não estará longe do que foi divulgado».

Perante os resultados obtidos com o inquérito, o Governo «deve reconduzir-se na sua política relativa à Administração Pública», defende a FNSFP, que concretiza: «Por um lado, impõe-se que a política de privatizações cesse, já que está a ser subvertido o papel do Estado, designadamente porque ficam em causa as funções sociais que o mesmo desempenha. Por outro, a política de recursos humanos deve corresponder às efectivas necessidades da Administração Pública».



Os trabalhadores da Função Pública protestam com conhecimento de causa (foto de arquivo)

Indispensável para combater a sinistralidade

Acabar nas obras com o trabalho clandestino

Acabar com o trabalho precário e clandestino é a primeira de sete medidas, apresentadas sexta-feira pelo Sindicato dos Trabalhadores da Construção, Madeiras, Mármore, Pedreiras, Cerâmica e Materiais de Construção do Norte e Visu, com o objectivo de combater a sinistralidade laboral no sector. Bastará uma viragem determinada nesta linha de actuação para diminuir os acidentes e aumentar a qualidade da construção, com o que também os consumidores sairão beneficiados, salienta o sindicato.

Num documento intitulado «Tolerância zero ao trabalho clandestino», a estrutura sectorial da CGTP afirma que o trabalho clandestino e precário ultrapassa actualmente 70 por cento da mão-de-obra e é a causa de mais de 80 por cento dos acidentes. Ao mesmo tempo, provoca também a perda de 25 milhões

de contos por ano aos cofres da Segurança Social.

Por outro lado, gera instabilidade e distorce as condições de concorrência. Enquanto uma empresa que cumpre as suas obrigações tem custos de 2250 escudos por hora, por trabalhador, este valor baixa para valores entre 500 e 800 escudos, no caso de «pseudo-empresas» que não cumprem. A situação não é nova e «já devia ter sido combatida com frontalidade, pelo Governo actual e pelo anterior, pois, se tal tivesse sido concretizado, muitos trabalhadores não teriam morrido ou ficado incapacitados para toda a vida».

Mas, apesar de promessas e declarações de preocupação, nem a capacidade de intervenção da Inspeção do Trabalho se alterou. «Há inspeções pedidas pelo sindicato, que só passado um ano foram realizadas», diz-se no documento que foi entregue aos cabeças-de-lista do

PCP e do PSD (os únicos que compareceram ao encontro pedido pelo sindicato), na esperança de que as propostas e o tema sejam discutidos no parlamento, no início da próxima legislatura.

Além do combate ao trabalho precário e clandestino, o sindicato defende:

- a obrigatoriedade de carteira profissional;

- a criação de escolas profissionais para formação de raiz, de modo a aumentar o desenvolvimento das capacidades técnico-profissionais e a garantir melhor desempenho das tarefas;

- a obrigatoriedade de utilização exclusiva de pranchas metálicas no exterior das obras, para evitar o aumento de acidentes por queda em altura;

- a suspensão, durante dois anos, da actividade das empresas onde se verifiquem «homicídios

voluntários por não utilização dos meios de protecção»;

- a instituição, a 15 de Dezembro, do Dia Nacional contra a Sinistralidade, para combater o largo número de acidentes nas obras, privadas e públicas, onde se tem verificado maior frequência de casos;

- e a criação de um tribunal específico para resolver questões relacionadas com acidentes de trabalho.

Ao apresentar estas propostas aos partidos, num período pré-eleitoral, o sindicato afirma que «interfere na acção de forma pedagógica, para prevenir e evitar os acidentes, não ficamos à espera que eles sucedam». «O sindicato luta por mais e melhor qualidade de vida, e também por mais segurança no trabalho, porque só assim será possível atingir uma sociedade moderna e civilizada, onde a vida humana será valorizada», sublinha-se no documento.

Informáticos

Começou com cem por cento de adesão a semana de greve no centro informático do serviço sub-regional de Segurança Social de Castelo Branco, convocada até às 24 horas de amanhã. A federação da Função Pública manteve esta paralisação, por o Governo ainda não ter dado resposta às reivindicações de valorização e reestruturação das carreiras de informática. As greves de uma semana, sectoriais, iniciaram-se em Julho e já abrangeram a Segurança Social, a Saúde, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, o Tribunal de Contas e o SEF. Até à primeira semana de Outubro poderão ainda entrar em greve os trabalhadores informáticos das Finanças, da Justiça e das autarquias locais.

Professores

Uma marcha nacional de docentes contratados e desempregados foi convocada pela Fenprof para dia 22 de Setembro, como forma de protesto contra a falta de resposta do Governo, apesar de sucessivas promessas, à reivindicação de estabilidade de emprego para milhares de professores e educadores que, assegurando há vários anos necessidades efectivas do sistema educativo, continuam com vínculo precário. Além de serem confrontados, no final de cada ano lectivo, com a ameaça de desemprego, estes docentes ainda não viram aprovada a prometida legislação que lhes concederia o direito a subsídio de desemprego. A federação anunciou esta marcha - antecedida de uma campanha de esclarecimento e mobilização - depois de serem conhecidos, na semana passada, os resultados da última fase de concursos para preenchimento de vagas nas escolas do Ensino Secundário e do 2.º e 3.º ciclos do Ensino Básico.

Enfermeiros

Uma semana de luta, a nível nacional, foi promovida, entre os dias 6 e 10, pelo Sindicato dos Enfermeiros Portugueses, que assim procurou «denunciar extrema carência de enfermeiros nas instituições de saúde, a falta de condições de trabalho e as consequências que esta situação acarreta, quer nos cuidados de saúde prestados às populações, quer no aumento das situações de risco e penosidade a que os enfermeiros já estão, em condições normais, sujeitos», refere uma nota do SEP, cuja direcção reuniu na sexta-feira anterior ao início da luta. Em vários hospitais e centros de saúde, por todo o País, foram realizadas reuniões com enfermeiros, para aprovação de moções de protesto contra a não concretização dos compromissos assumidos pelo Governo.

TRABALHADORES

CGTP apresenta reivindicações para o ano 2000

Dignificar o trabalho melhorar os salários

No próximo ano, nenhum trabalhador deve ter um aumento salarial inferior a cinco contos, exige a CGTP-IN, no documento sobre política reivindicativa para 2000, aprovado dia 9 e onde, num quadro de denúncia de injustiças e desigualdades, são reclamadas medidas para valorizar e dignificar o trabalho.

O documento, saído da reunião do Conselho Nacional, começa por lembrar os resultados positivos obtidos pela luta dos trabalhadores contra o pacote laboral, processo de revisão da legislação do trabalho que o Governo desencadeou e onde figuravam «disposições inaceitáveis de clara cedência ao patronato». Esse é o quadro que leva a central a defender que «a valorização do trabalho exige uma participação activa dos trabalhadores, com vista, quer a um maior equilíbrio nas relações com o empregado, a nível do local de trabalho, quer para impedir que se verifique uma desregulamentação que ponha em causa os direitos adquiridos».

Em final de mandato governativo, a Intersindical Nacional «reafirma que manterá o mesmo combate, caso qualquer Governo que saia das próximas eleições legislativas reponha os projectos legislativos gravosos aos trabalhadores ou introduza novos», considerando que «a contratação colectiva constitui a sede privilegiada para as adaptações necessárias face à evolução dos conteúdos e das condições de trabalho».

Na actual situação do mercado de trabalho, a CGTP vê com

particular preocupação o forte aumento da precariedade de emprego e o «escasso grau de efectividade das leis». Estas são, para a Inter, «algumas das causas determinantes do agravamento das discriminações no trabalho», que têm nas mulheres as principais vítimas, mas atingem também jovens, trabalhadores mais velhos, imigrantes e representantes dos trabalhadores». A definição e aplicação com rigor de uma política global de igualdade no trabalho é, assim, uma questão prioritária.

Deve ser invertida a «situação intolerável» de desrespeito da legislação do trabalho, que radica em fenómenos como a generalizada «ética» de incumprimento das leis; a tolerância face à aplicação da legislação protec-



A luta dos trabalhadores e dos sindicatos foi determinante para derrotar graves atentados aos direitos, para defender o emprego e para impedir perdas salariais (foto de arquivo)

tora dos trabalhadores; a sobrevalorização, no discurso político e nos meios de comunicação, da competitividade das empresas, com concepções redutoras; a falta de meios e outras deficiências na intervenção da Inspeção do Trabalho; a elevada precariedade de emprego, que leva muitos trabalhadores a não reclamarem os seus direitos; a excessiva

morosidade da justiça, que cons titui uma forma prática de a negar. Entre outras medidas, neste campo, a CGTP defende a atribuição de legitimidade activa às organizações sindicais, no âmbito do processo de trabalho (permitindo assim o desencadeamento de processos em casos onde os trabalhadores se sintam inibidos de actuar).

A CGTP aponta medidas para que seja levada a cabo uma política macroeconómica mais favorável ao emprego, reclama o desenvolvimento da formação da população activa e exige que sejam desenvolvidas as políticas sociais.

A central defende «uma reforma fiscal justa para financiar as políticas sociais» e

para solucionar «o maior escândalo de injustiça» que continua a ser a sobrecarga da tributação sobre os rendimentos do trabalho. Saudando as alterações favoráveis introduzidas no Orçamento do Estado de 1999 (por proposta comunista na AR), a Inter propõe outras medidas relativamente ao IRS, tais como o aumento da dedução específica, o alargamento da base de incidência, um maior número de escalões (para beneficiar os rendimentos baixos e médios) e a actualização em dez por cento dos limites máximos de deduções à colecta.

No documento que vai guiar a política reivindicativa para o próximo ano, a CGTP inclui ainda linhas de acção para «preservar a sustentabilidade financeira da Segurança Social», para alcançar «um sistema de Saúde centrado nos cidadãos», para «melhorar a reparação dos acidentes de trabalho e das doenças profissionais», para promover «uma escola de sucesso para todos».

Viver melhor é justo e é possível

A tradução mais directa da valorização do trabalho e dos trabalhadores na sociedade verifica-se em quatro dos capítulos do documento da CGTP sobre política reivindicativa para o ano 2000: o combate à precariedade, a redução do horário máximo de trabalho, a negociação colectiva e a melhoria do nível de vida.

Na década de 90, constata a Intersindical Nacional, as desigualdades agravaram-se e a convergência com a União Europeia limitou-se aos indicadores de convergência nominal (inflação, défice e dívida públicos, taxas de juro), deixando de parte os indicadores da convergência real (onde se inclui a produção e o nível de vida).

A redução das desigualdades é apontada como objectivo central da CGTP, que para tal defende o crescimento dos salários.

Este é «um elemento fundamental para a melhoria do nível de vida», num quadro caracterizado por um baixo nível de salários (28,5 por cento da média europeia e menos de metade da média na vizinha Espanha), uma fraca participação dos salários na distribuição do rendimento, uma elevada proporção de trabalhadores com salários baixos.

No documento é refutada a tese oficial (defendida no Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social) sobre os

atrasos da produtividade portuguesa face à UE. «A razão essencial das diferenças de produtividade reside mais na organização do trabalho e no equipamento disponível, do que nas capacidades e na formação de base dos trabalhadores», afirma a CGTP, que imputa a maior responsabilidade às empresas, «que não investem seriamente na sua modernização, preferindo manter a competitividade baseada nos baixos salários».

Para a Inter, «existem condições económicas para uma melhoria do poder de compra dos salários» de forma significativa no ano 2000. As reivindicações salariais são assim definidas:

- os aumentos salariais devem assegurar um aumento de seis por cento, tendo em conta «adaptações a realidades sectoriais e de empresa»;

- simultaneamente, deve ficar garantido que nenhum trabalhador veja o seu salário actualizado em menos de cinco contos;

- partindo deste princípio, o salário mínimo nacional deve ser fixado em 66 300 escudos, a partir de 1 de Janeiro, caminhando progressivamente para um valor equivalente a dois terços do salário médio (conforme recomendação do Conselho da Europa).

Também devem ser melhoradas as prestações da Segurança Social, designadamente a pensão mínima de invalidez e velhice, do regime geral dos pensionistas com 13 anos de carreira

contributiva, que deve ser fixada em 63 por cento do salário mínimo líquido.

Horários e direitos

Apesar de alguns progressos conseguidos na redução da semana de trabalho, Portugal mantém uma elevada média. A CGTP reafirma como prioridade a meta das 35 horas semanais, que «deve ser concretizada, sobretudo, por via da contratação colectiva, mas tal não limita o papel da lei, por forma a estender os ganhos obtidos a todos os trabalhadores».

É classificada como «profundamente negativa» a intervenção do Governo PS na área da negociação colectiva. A CGTP fundamenta a acusação em três pontos principais:

- «A revisão da legislação do trabalho e o seu conteúdo em áreas essenciais traduziu-se no incentivo ao patronato para endurecer a sua posição de intransigência na negociação, com vista a «provar» que eram necessárias alterações legislativas»;

- o Governo «recorreu a medidas que representam graves atentados ao direito de contratação colectiva, de que é bem representativo o Acordo de Concertação Social de Curto Prazo»;

- e o Governo «não recorreu aos instrumentos legais e normais de resolução dos conflitos colectivos, adoptando uma posição de suposta «neutralidade», já que, na prática, beneficiou a parte patronal, não sancionando

as práticas bloqueadoras da negociação».

Para combater a grave situação da sinistralidade laboral (os índices mais elevados da UE), a CGTP propõe a elaboração de um plano de emergência para os sectores mais atingidos.

Emprego estável

Retomando a denúncia do «forte agravamento da precariedade de emprego» nos últimos anos, a CGTP exige que os trabalhadores com contratos a prazo, mas que exercem funções de carácter permanente, passem a ter contratos sem prazo, tal como nos casos abusivos de contratos de prestação de serviços (recibos verdes).

A par da exigência geral de respeito pela lei (com profundas alterações na fiscalização e no sancionamento dos prevaricadores), a Inter defende que os contratos a prazo devem restringir-se a trabalhos de natureza objectivamente temporária e que deve ser revogada a norma legal que instituiu a contratação a prazo de jovens e de desempregados de longa duração.

Impõe-se um controlo do trabalho temporário, já que «a maioria das empresas de trabalho temporário são ilegais» e «existem empresas legais que fomentam empresas ilegais». Por outro lado, é necessário combater «práticas abusivas relativas a empregos a tempo parcial, que se traduzem em empregos, de facto, a tempo inteiro, com salários mais baixos».

Debate alarga-se

Várias reuniões sindicais foram anunciadas para aprofundar, a nível distrital e sectorial, as reivindicações para o próximo ano, bem como a intervenção dos sindicatos no quadro pré-eleitoral.

Hoje à tarde reúne, na Capriço Setubalense, o plenário da União dos Sindicatos de Setúbal. Para ontem foram convocados plenários distritais no Porto e em Aveiro, enquanto em Évora ia realizar-se um encontro de quadros sindicais do Alentejo. Anteontem, em Braga, as reivindicações para 2000 iam ser debatidas pela direcção da Inter-Reformados.

Para ontem foi também marcada a cimeira de sindicatos da Frente Comum da Administração Pública, que ia aprovar a proposta reivindicativa para 2000, definir a estratégia de negociações com o Governo e perspectivar eventuais acções de luta.

Valores do salário mínimo nacional

País	Euro	Escudos
Luxemburgo	1 162	234 156
Holanda	1 078	216 156
Bélgica	1 074	215 407
França	1 049	210 327
Irlanda	958	192 011
Grã-Bretanha	920	183 053
Grécia	458	90 636
Espanha	416	83 465
Portugal	306	61 300

Números divulgados pela CGTP, a partir de dados do Eurostat e IDE

Redescobrir a força da solidariedade

Não será exagero dizer que uma onda de solidariedade com Timor atravessa o País e envolve os mais diversos sectores da população, assumindo formas diversificadas.

Aqui tentamos dar uma breve síntese de um conjunto de acções cuja riqueza não nos é possível reflectir.

Não passa um único dia sem que, de alguma forma, essa solidariedade se manifeste. Nas ruas, com acções simbólicas, com a aprovação de uma moção, panos brancos nas janelas, vigílias. Sindicatos, câmaras, associações, tomam posição assumem iniciativas. Protesta-se pelo atraso na urgente

intervenção, no terreno, em Timor. Preparam-se já formas de auxílio à reconstrução. Alerta-se, por todo o lado, para o profundo dramatismo da situação. Porque cada dia, cada momento, conta.

Em Lisboa, os monumentos foram enfaixados de negro, e sucedem-se iniciativas de soli-

diedade, concentrações frente à embaixada dos EUA e à representação da ONU, espectáculos, a participação na recepção ao bispo Ximenes Belo.

Iniciativas que contam com apoios múltiplos, envolvendo nomeadamente sindicatos e associações. Dia 12, os bombeiros do distrito organizaram um desfile pelas ruas da capital.

No Porto, domingo, inúmeras pessoas participaram numa concentração/manifacção de solidariedade. Os três minutos por Timor, uma iniciativa que partiu dos sindicatos, mobilizou

gente por todo o país. A CGTP-IN calcula que, só no distrito de Lisboa, participaram nesta acção de solidariedade centenas de milhares de trabalhadores.

Ainda no quadro das iniciativas sindicais, merecem destaque as propostas da CGTP-IN de solidariedade para a concretização da independência e reconstrução de Timor-Leste.

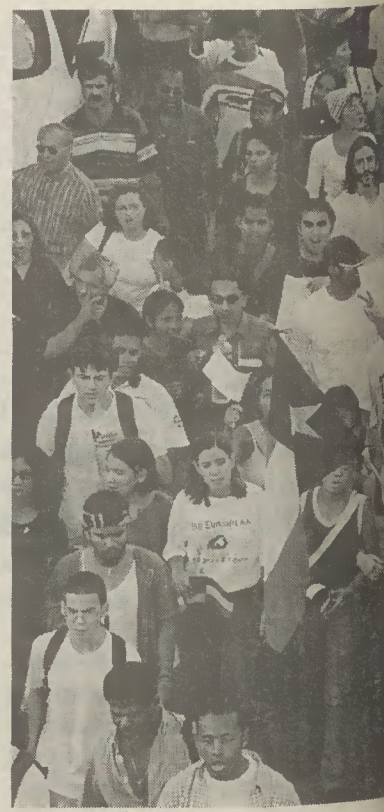
A CGTP-IN propõe nomeadamente que os trabalhadores contribuam com o vencimento de um dia de trabalho, contributo que deverá ser organizado a nível de empresa. Muitos milhares de pessoas têm entretanto

participado em vigílias um pouco por todo o país, de Faro ao Barreiro, de Évora a Guimarães e Viseu. Para referir apenas alguns exemplos esparsos.

O esforço de solidariedade tem vindo também a ser desenvolvido a nível internacional.

Os deputados portugueses no Parlamento Europeu concertaram posições para tornar convergente a sua intervenção política em torno da questão de Timor-Leste.

A Fenprof enviou à Internacional da Educação, de que é membro fundador, um apelo de solidariedade internacional.



Manifestação em Lisboa

«Os portugueses não baixarão os braços»

Mais de 50 mil pessoas saíram à rua, na segunda-feira, em Lisboa, em mais uma manifestação de solidariedade com Timor Lorosae, respondendo ao apelo de 35 organizações, entre os quais o PCP, «Os Verdes», a

CGTP-IN, o Conselho Português para a Paz e Cooperação, a Associação Académica de Lisboa, a Federação Portuguesa das Colectividades de Cultura e Recreio e numerosos sindicatos.

A iniciativa teve início às 18 horas, junto à Embaixada dos

EUA, passando por Entrecampos, Avenida da República, Praça do Saldanha e terminando em Picoas, em frente à Sede da Representação das Nações Unidas.

A manifestação teve lugar um dia depois da Indonésia aceitar a presença de uma força de paz em Timor Lorosae, decisão considerada por todos como um passo em frente, mas, como considera a CGTP-IN, que «não permite descanso». Isto, «por um lado, porque é indispensável

manter desconfiança sobre as informações indonésias». E, por outro, «porque a diplomacia internacional desenvolve-se muitas vezes de forma que os interesses económicos não poucas vezes se sobrepõem à dimensão humana».

Escrever a palavra liberdade

Na manifestação, Paulo Suce-

na, representante da Fenprof, fez uma intervenção emocionada em que relembrou os últimos acontecimentos e reclamou o envio imediato de uma força da ONU para Timor Lorosae.

«Alguém disse que ninguém é mais velho do que uma criança morta. Se assim é, não é possível dar total confiança a quem deixou assassinar a frio o passado e o futuro da humanidade. Por isso, exigimos forças de paz para Timor já!», exclamou.

«Sacrificado povo irmão de Timor Lorosae, os portugueses

não baixarão os braços enquanto a paz não chegar à vossa terra tão bárbara e absurdamente destruída pela brutalidade do invasor», afirmou o dirigente sindical.

«Quase tudo está desfeito - vidas, famílias, casas, aldeias, tudo menos o vosso amor à liberdade e a Timor. Por isso, todos nós sabemos que ao rés do muito pouco tempo que os bárbaros vos deixaram irão crescer, por maiores que sejam as dificuldades, os alicerces de um país livre e fraterno.»

«A ferocidade dos tiranos,

ontem e hoje, está presente em todos nós que vislumbramos sem custo as mãos desamparadas, os olhos vazios, as faces mortas de todos os timorenses que disseram adeus à vida sob o formidável impulso do amor à liberdade. Será que Paul Eluard pressentiu que a luminescente palavra "liberdade" se escreveria um dia, em Timor, com o sangue da própria vida?», interrogou Paulo Suce-

na. «Isso, mais do que inaceitável, é para todos nós insuportável», declarou. «Não é possível a indiferença perante tanto san-

gue derramado. Nenhum de nós esquecerá o silêncio dos mortos e o murmúrio dos vivos, aferrados a uma esperança que nenhuma violência destruirá.»

«Tristes mortos desse martirizado Timor, daqui vos afianço que o mundo inteiro vos contempla - atónitos e nus, puros e silenciosos, perfilados no tempo, sombreando a terra clara onde para sempre ficará escrito: nós fomos assassinados!», afirmou.

«Nenhuma razão enxugará a nossa indignação e o nosso propósito de hoje e amanhã de nos mantermos mobilizados e solidários com o povo timorense, até que a paz volte à sua terra e os caminhos da liberdade e da

independência sejam claros e inequívocos como o foi a votação de 30 de Agosto», assegurou.

«Mesmo que muitos queiram, ninguém apagará a memória da vossa luta, porque nós repudiamos a brutalidade assassina que tem assolado o tão fraterno solo de Timor, hoje banhado pelo choro inúmeras ondas. E aqui proclamamos que não encerraremos um processo solidário de luta, fiados em palavras que podem não passar de vãs promessas e muito menos em silêncios, reticências, exigências e ambiguidades que de modo algum nos deixam descansados nem muito menos ao povo timorense.»

independência sejam claros e inequívocos como o foi a votação de 30 de Agosto», assegurou.

«Mesmo que muitos queiram, ninguém apagará a memória da vossa luta, porque nós repudiamos a brutalidade assassina que tem assolado o tão fraterno solo de Timor, hoje banhado pelo choro inúmeras ondas. E aqui proclamamos que não encerraremos um processo solidário de luta, fiados em palavras que podem não passar de vãs promessas e muito menos em silêncios, reticências, exigências e ambiguidades que de modo algum nos deixam descansados nem muito menos ao povo timorense.»

«Mesmo que muitos queiram, ninguém apagará a memória da vossa luta, porque nós repudiamos a brutalidade assassina que tem assolado o tão fraterno solo de Timor, hoje banhado pelo choro inúmeras ondas. E aqui proclamamos que não encerraremos um processo solidário de luta, fiados em palavras que podem não passar de vãs promessas e muito menos em silêncios, reticências, exigências e ambiguidades que de modo algum nos deixam descansados nem muito menos ao povo timorense.»

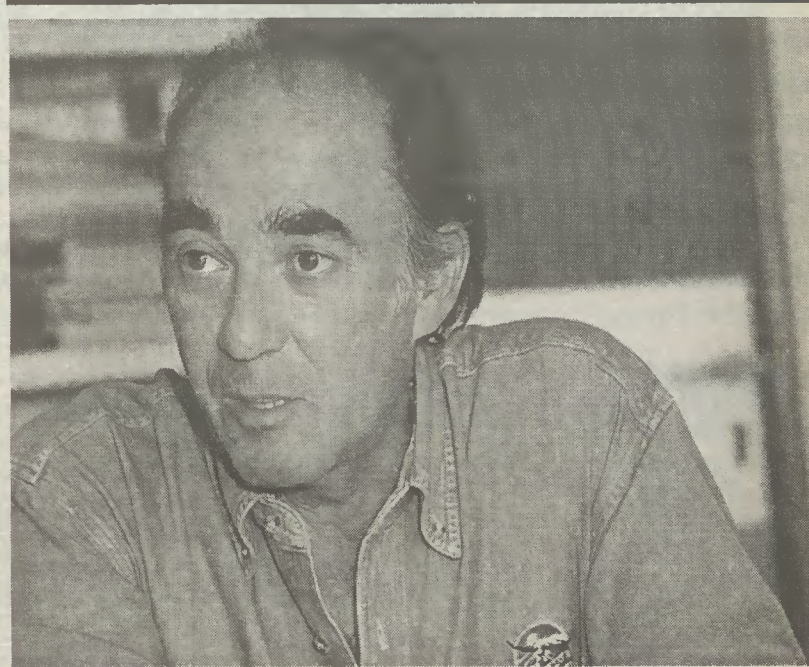
«Mesmo que muitos queiram, ninguém apagará a memória da vossa luta, porque nós repudiamos a brutalidade assassina que tem assolado o tão fraterno solo de Timor, hoje banhado pelo choro inúmeras ondas. E aqui proclamamos que não encerraremos um processo solidário de luta, fiados em palavras que podem não passar de vãs promessas e muito menos em silêncios, reticências, exigências e ambiguidades que de modo algum nos deixam descansados nem muito menos ao povo timorense.»

«Mesmo que muitos queiram, ninguém apagará a memória da vossa luta, porque nós repudiamos a brutalidade assassina que tem assolado o tão fraterno solo de Timor, hoje banhado pelo choro inúmeras ondas. E aqui proclamamos que não encerraremos um processo solidário de luta, fiados em palavras que podem não passar de vãs promessas e muito menos em silêncios, reticências, exigências e ambiguidades que de modo algum nos deixam descansados nem muito menos ao povo timorense.»

Um testemunho vivido Terror em dia de festa

João Saraiva, membro do CC do PCP, foi um dos cinco representantes de partidos com representação parlamentar que integraram a missão de observadores portugueses em Timor. Da conversa, informal, realizada na redacção do «Avante!», aqui fica o breve relato de uma experiência marcante, entre a permanente ameaça e o terror das milícias e do exército, e a corajosa afirmação de liberdade do povo timorense.

Entrevista com João Saraiva



João Saraiva esteve em Timor entre 18 de Agosto e 6 de Setembro. Um período que abarca três momentos diferentes deste dramático processo eleitoral - os últimos dias de campanha, o próprio acto eleitoral, o terror e a destruição que se lhe seguiram.

Uma experiência vivida, entre Gleno e Dili, sob um clima permanente de grande tensão, «encurralados de um lado para outro», como referiu o nosso entrevistado. Testemunho de uma realidade que, nestes mesmos dias, se repetiu por todo o país.

Ir às urnas sob ameaça de morte

Dez dias antes da votação, na chegada a Dili, «já havia uma grande tensão, e a presença das forças armadas e das milícias era ostensiva», relata o nosso entrevistado.

Em Gleno, cidade do distrito de Ermera, o ambiente era um pouco mais calmo, mas nas visitas da delegação de observadores a outras povoações, ressaltava o peso das acções de intimidação, das ameaças de morte, para levar as pessoas a não votar.

Histórias de intimidação não faltam. As milícias iam, porta a porta, ameaçar de morte quem votasse pela independência. Um padre da zona, um líder local, foi mesmo obrigado a fugir, por total ausência de condições de segurança.

Era de pavor o espírito que se tentou impor e que se foi agravando à medida que se aproximava o dia de ir às urnas. Até ao encerramento da campanha, a tensão foi sempre crescendo, com as milícias ostensivamente armadas, pelas ruas, numa demonstração de força e total impunidade.

Entretanto, dia 30, às cinco horas da manhã, em Gleno, como por todas as outras povoações da zona, «a maioria ou

mesmo a totalidade dos votantes» já estava à espera, no local da votação.

«Para nós foi uma surpresa, esta tão grande afluência», comenta João Saraiva. A determinação de votar era inequívoca, mesmo que já com projectos de fuga, para evitar represálias.

Sucedem-se então os incidentes. À hora do almoço, grupos armados espalham a ideia de que a Unamet estaria a «forçar o voto na independência». Seguem-se os tiros, as baragens para não deixar ninguém passar. A votação é suspensa. As milícias atacam, a tiro e à pedrada, a escola onde decorria a votação, sem entretanto conseguirem danificar as urnas.

Após um período de negociações, na polícia, a votação é retomada às três da tarde.

Com o encerramento das urnas, pouco depois das cinco, iria ter início uma outra fase de obstáculos e ameaças.

Seladas as urnas, começam a chegar notícias de barricadas erguidas pelas milícias. A delegação de observadores portugueses é escoltada pela polícia, primeiro para o quartel e depois para a casa onde estava instalada. Toda a noite se ouviram tiros. Na madrugada de 31 de Agosto, sob escolta policial, os observadores portugueses são conduzidos para as instalações da Unamet. Por razões de segurança... Dez minutos depois começa o tiroteio. As milícias tinham iniciado o ataque à Unamet.

«Não tenho quaisquer dúvidas - afirma João Saraiva - todas as acções das milícias eram do conhecimento da polícia. Havia mesmo coordenação».

Uma certeza que outros factos viriam con-

firmar. Quando o helicóptero, para transportar as urnas, aterrou em Dili, as milícias atacaram, perante a «total falta de vontade de intervir» por parte da polícia, que «seria perfeitamente capaz» de acabar com tal acto de agressão.

Dili cidade fantasma

Nas instalações da Unamet, em Gleno, viveram-se horas de instabilidade e grande tensão, com muita gente acumulada num pequeno espaço. Observadores, funcionários da Unamet, refugiados timorenses, penderes de um arrastado processo de negociação com as milícias, de permeio com tiros e ameaças de ataque.

Era claro o interesse deles «em evacuar os estrangeiros para poderem actuar mais à vontade», comenta João Saraiva.

Ao fim da tarde, foi finalmente possível chegar a acordo sobre a constituição de um comboio de automóveis, que ainda viria a deparar com mais obstáculos. Barricadas erguidas pelas milícias, ameaças do exército barrando a estrada - ninguém sai daqui. Exército e milícia, sempre juntos, em acção claramente concertada.

Pelo caminho, casas incendiadas, tiros. «A própria montanha estava a arder», sublinha o nosso entrevistado.

Chegar a Dili, que deveria estar em festa, pela grande vitória eleitoral do povo timorense, foi um choque para os observadores portugueses.

«Uma imagem dramática», comenta João Saraiva. «A cidade estava deserta e nas ruas só se viam os militares e as milí-

cias». O cenário era «surrealista - ruas vazias, silêncio total». Inúmeros focos de incêndio. Tiroteio por todo o lado. É neste quadro que decorre o processo - acelerado - de contagem de votos.

Entretanto, a sede da missão portuguesa é atacada pelas milícias. «Tudo nas barbas da polícia.» Novas negociações - com os polícias como porta-vozes das milícias. Duas horas particularmente difíceis, para se conseguir a deslocação para a Unamet. Mais negociações para conseguir a saída dos observadores portugueses rumo ao aeroporto. Novas barricadas pelo caminho. Por fim, o regresso por Jacarta.

Por toda a parte, em cada momento, «a omnipresença do poder do exército».

ONU

Provável envio de força multinacional

«A violência e a destruição em Timor-Leste são muito maiores do que se podia prever. O que aconteceu poderá enquadrar a definição de crimes contra a Humanidade.» As palavras são do secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan.

Mas se nesta declaração está vinculada a gravidade dos acontecimentos das duas últimas semanas, pouco ainda se sabe sobre o futuro. A Indonésia aceitou, no domingo, a entrada de uma força multinacional de paz para Timor, mas, ao fecho da nossa edição, nada se sabia sobre a sua composição ou a data de partida.

Annan já afirmou que cabe à ONU e ao Conselho de Segurança decidir quem integra a força e ontem o Conselho de Segurança aprovou o seu envio, especi-

cando que se trata de uma força-para impor a paz. O Governo de Jacarta diz que não colocará nenhuma condição na sua constituição.

Na segunda-feira, o porta-voz de Kofi Annan referiu que há preferência por uma força multinacional sobre uma força de paz, por ser «uma solução mais simples e mais rápida».

Fred Eckhard explicou que uma possível força multinacional será organizada por um grupo de nações autorizadas pela ONU, sendo a logística da responsabilidade do país líder da missão e os custos divididos pelos países participantes.

Eckhard admite que esta força possa ser mais tarde substituída por capacetes azuis, caso as condições de segurança melhorem, o

que veio a ser considerado na resolução aprovada. Em relação ao tempo que demorará o envio das tropas para o território, o

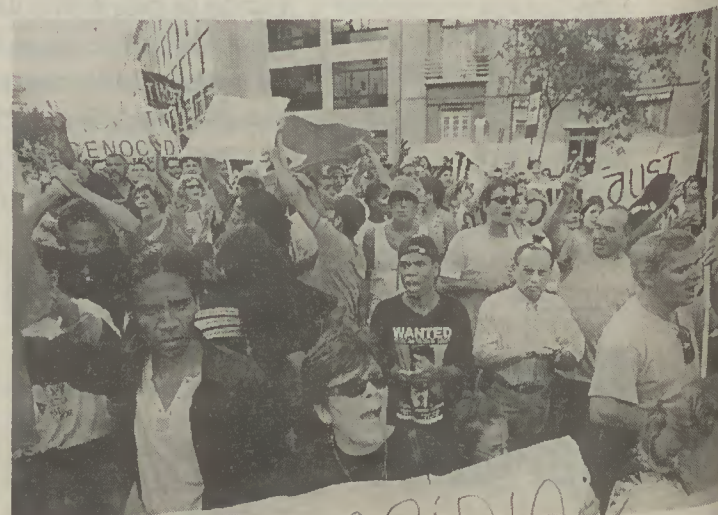
Solidariedade sempre!

O PCP manifestou-se claramente pelo envio de uma força de paz da ONU para Timor. Não se trata de dar luz verde ao «direito de ingerência». Primeiro, porque as Nações Unidas nunca reconheceram a soberania da Indonésia sobre Timor.

Em segundo lugar, porque tem estado a decorrer um processo de autodeterminação conduzido pela ONU, com um referendo em que a esmagadora maioria da população escolheu a independência.

É por isso incompreensível a posição tomada pelo embaixador de Cuba nas Nações Unidas, à qual manifestamos o nosso firme desacordo. A nossa solidariedade de sempre com os povos em luta, nomeadamente com o povo de Cuba, é clara e tudo faremos para a intensificar e reforçar.

porta-voz afirmou que «dado que os países já ofereceram e têm prontas tropas, presumo que estamos a falar de dias».



A embaixada dos EUA tem sido um dos pontos de concentração dos protestos contra os massacres em Timor



Duas ideias a sublinhar

Ao longo de todo este processo, ressaltam dois elementos fundamentais. Do lado da afirmação de Timor Lorosae, a vontade, a coragem de um povo. Do outro, do lado da intimidação e do terror - as milícias.

Sobre este binómio - sem dúvida esquemático numa tão complexa situação - João Saraiva dá-nos a sua opinião. Em discurso directo.

«As milícias são fruto da criação do exército. Criação feita em ligação com as pessoas e os interesses que o exército foi criando ao longo da sua permanência em Timor.

«Creio que a grande maioria dos líderes das milícias são homens que detinham algum poder económico. Homens que têm, por exemplo, rebanhos, enquanto a população timorense, na sua grande maioria, alimenta-se de arroz e pouco mais.

«Os interesses económicos, os terratenentes de Timor, estão assim em grande parte presentes nas milícias.

«Penso que, ultimamente, começou a aparecer a ideia de que a acção das milícias teria também como sentido e como objectivo a luta contra as Falintil, "a luta contra os comunistas", como eles dizem.

«Assim se interligam a questão da defesa de interesses económicos e o medo de que tais interesses possam vir a ser ameaçados.

«A guerra não é tão só uma luta contra pessoas que têm um ideia diferente. Há ali também claramente uma luta de interesses de classe. Uma luta que terá uma base ideológica e que tem por detrás toda a estrutura fascista ou cripto-fascista do exército.

«As milícias, no essencial, não foram um corpo criado numa perspectiva de integração de Timor na Indonésia.

«É mais do que isso. Ao nível dos seus dirigentes, é toda uma estrutura que defende interesses e que joga fundamentalmente com o apoio-tremendo - do exército.»

«Outra ideia a realçar - a extraordinária capacidade de dádvia de um povo e a sua profunda consciência, que se afirmou, mesmo nas condições terríveis de uma campanha de intimidação como as pessoas aqui nem podem imaginar. Apesar disso, tomam a decisão de se recensear e de ir votar e fazem a sua escolha.

«Tudo isto apesar de sabermos que o futuro é extremamente incerto e de possivelmente terem a noção de que a sua vida não irá ser muito profundamente alterada - a curto prazo - pela nova situação.

«O povo timorense é um povo com uma grande experiência de luta pela sobrevivência. Assim, por exemplo, antes das eleições, a maioria das casas, pelo menos em Gleno, tinha a bandeira da Indonésia hasteada. Aceitaram uma situação de dualismo. O que não os impediu de irem votar, em força, pela independência.

«Penso que, mais do que tudo, mais do que uma vontade grande de independência e de liberdade, há também um ódio muito grande à opressão indonésia.

«Este estado de espírito e esta vontade colectiva foi também a expressão deste ódio à opressão.»

Timor Lorosae

Intervenção internacional é urgente

Uma explosão de alegria seguiu-se, em Díli, ao anúncio pelo presidente da Indonésia de que Jacarta aceita o envio de uma força internacional para Timor. É a esperança renascida, depois das ruas devastadas, do massacre, da fuga. Uma «porta aberta para a resolução do problema», como considerou Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP. Mas que se impõe passar decididamente. Porque o tempo urge. E a morte continua a ser uma presença permanente em Timor Lorosae.

Aberta a porta para uma solução, a situação da população timorense continua a ser dramática. Cada dia que passa sem a intervenção de uma força de paz e do auxílio humanitário, é mais gente que morre de fome, por falta de água ou de assistência médica, ou vítima das milícias pró-integracionistas, que continuam a actuar.

Os refugiados timorenses que se encontram nas montanhas

Em Timor-Ocidental, mais de 120 mil deslocados estão concentrados em campos de «refugiados», em situação precária, com falta de água e de condições sanitárias.

O Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), lançou mesmo um alerta para a crise em que vivem os refugiados, que está a atingir «proporções dramáticas», com milhares de

Indonésia. Segundo o «Washington Post», o governo indonésio estaria a construir campos junto à fronteira de Timor-Leste para acolher as milícias anti-independência que, desses locais, poderão levar a cabo uma campanha de guerrilha dentro do território.

Ameaças reais ou receios que bem se justificam quando a própria missão do Conselho de Segurança da ONU reconhece que grandes grupos do exército e da polícia da Indonésia estão por detrás da organização da violência vivida em Timor-Leste. Neste quadro, ressalta, mais ainda, a urgência de uma intervenção. Para Carlos Carvalhas, «mesmo que entrasse de imediato uma força internacional de paz em Timor-Leste, já seria tarde».

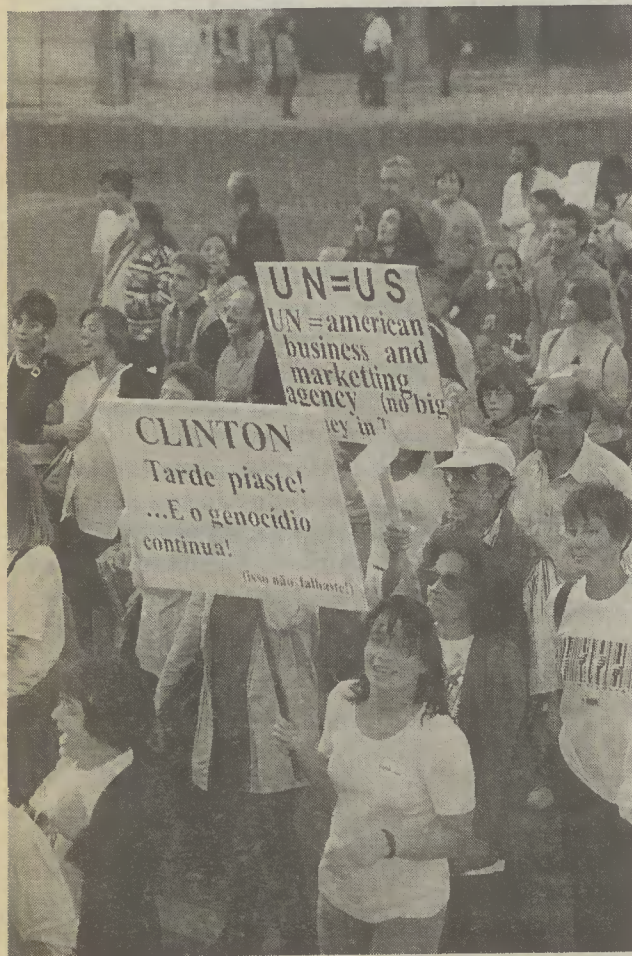
Entretanto, o Conselho de Segurança (no momento em que este texto é escrito) continua a falar de um prazo de dias para a resolução que determinará o envio de uma força interna-



cional, com o argumento de que esta intervenção tem de ser eficaz. Por outro lado, associações humanitárias de direitos humanos colocam em dúvida a imparcialidade e a eficácia de uma força de paz composta predominantemente por países da região, dada a sua dependência, económica e político-militar em relação à Indonésia.

Apesar de já ter sido dada autorização pelo governo indonésio, o lançamento de produtos humanitários por para-que-das tem vindo a sofrer atrasos. Várias organizações que tentam prestar auxílio aos refugiados têm-se deparado com muitas dificuldades, sobretudo porque as milícias dificultam o acesso aos campos onde se concentram

os civis vindos de Timor-Leste. Nada é simples mas a urgência é imensa. Como alerta Roque Rodrigues, da resistência timorense, «a guerra continua, há timorenses a morrer, temos de estar vigilantes e o papel da comunidade internacional é mais do que nunca vital para evitar a continuação do genocídio».



«não vão aguentar mais 72 horas» pela ajuda humanitária, alertava, domingo passado, um dirigente da resistência no interior, enquanto os acantonamentos da Falintil estão cercados pelas milícias e em Díli e noutras cidades, prosseguem ainda os tiroteios.

Segundo cálculos da Assistência Médica Internacional (AMI), existem actualmente em Timor mais de 600 mil refugiados, dos quais 500 mil estão em Timor-Leste e cerca de 100 mil em Timor-Ocidental.

Dados da equipa da AMI no local apontam para cerca de 20 mil pessoas aglomeradas a oeste de Ermera, sem comida há vários dias, o mesmo número a sudoeste de Bobonaro, igualmente sem comida, 50 mil dispersas a sul de Manatuto, que sobrevivem do que a floresta proporciona, outras tantas dispersas a sudoeste de Baucau nas mesmas circunstâncias e número idêntico em Dare, com carências por determinar.

personas a serem deportadas à força, famílias a ser separadas, enquanto as milícias pró-indonésias continuam a intimidar tudo e todos.

A FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura, avalia em 7000 o número de mortos em Timor-Leste e mais de 200 000 pessoas em risco de fome.

Segundo esta organização da ONU, 300 000 a 400 000 pessoas foram desalojadas, obrigadas a fugir das suas casas, e «mais de um quarto dos cerca de 900 000 habitantes» de Timor-Leste «deixaram de ter acesso a alimentos e água potável».

«Há muita gente a desaparecer», denunciam fontes da resistência que referem a existência de «30 campos de concentração» na zona de Atambua, onde se encontram timorenses forçados a sair do Leste.

Receia-se uma acção de «antecipação» à chegada de uma força internacional, por parte das milícias e do exército da

PCP denunciou em 1975 Invasão de Timor

Em 1975, quando a Indonésia invadiu Timor Leste, o PCP tomou posição e exigiu o fim da ingerência armada. Uma tomada de posição que aqui relembramos, reproduzindo o texto que então saiu nas páginas do «Avante!».

Presente e será cumprida porque está rabalhador de Portugal.

AGRESSÃO IMPERIALISTA EM TIMOR

Num acto típico de agressão fascista, a Indonésia interrompeu pela violência o processo de descolonização de Timor Leste. Exigir o fim da ingerência armada é dever dos povos do mundo inteiro

Para forçar a integração da ex-colónia portuguesa na Indonésia, o governo de Jacarta invadiu Timor Leste ocupando a capital onde a FRETILIN declarou a independência. Henry Kissinger, secretário de Estado americano, afirmava, oportunamente que «os Estados Unidos compreenderam a posição da Indonésia em relação a Timor e não reconhecerão a República Popular de Timor-Leste».

Consumada a invasão, a Indonésia cortava relações com Portugal e chamava o seu embaixador a Jacarta, onde foi mandada encerrar a embaixada portuguesa. Segundo fontes indonésias, a resistência da FRETILIN terminou. Portugal cortou, por sua vez, as relações diplomáticas com o governo indonésio.

Enquanto isso, o presidente americano Gerald Ford viajava de Pequim para Jacarta, depois de cinco dias de conversações na capital chinesa que ele próprio classificou de «amistosas, francas, substanciais e construtivas». Funcionários americanos afirmaram que o chefe de Estado americano conseguiu em Pequim que a China não intervisse no sistema de segurança americano.

Adam Malik, ministro dos Negócios Estrangeiros indonésio,

confirmava, entretanto, que a FRETILIN pôs termo à resistência, acrescentando que «estamos a ajudar a manter a paz na área» e não a agredir Timor Leste.

Reuniu para tratar da questão, o Conselho de Ministros português condenou a agressão indonésia, decidiu cortar relações com Jacarta e pediu a intervenção da ONU para a libertação de 23 militares portugueses em poder dos movimentos fantoches pró-indonésios.

Em Díli, a maioria da população abandonou a cidade perseguidos pelos invasores, os dirigentes da FRETILIN ter-se-iam refugiado nas montanhas para continuar a luta.

José Ramos Horta, ministro dos Negócios Estrangeiros da nova República de Timor, partiu, entretanto, para a Austrália, Moçambique, Portugal e Estados Unidos, a fim de explicar os pontos de vista da FRETILIN e obter o apoio das Nações Unidas.

As recentes conversações em Roma entre os ministros dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Melo Antunes, e da Indonésia, Adam Malik, não evitaram a invasão. O imperialismo recorre à agressão militar em Timor Leste com a ajuda dos movimentos fantoches, um dos quais, a

UDT, para maior clareza nos objectivos que persegue contra os trabalhadores timorenses, passou a chamar-se MAC (Movimento Anti-Comunista).

A guerra «poderá ser longa, sangrenta e destruidora», como advertiu Xavier do Amaral, presidente da FRETILIN, em telegrama para Gerald Ford, pedindo-lhe que a evitasse.

Condenar essa agressão, essa ingerência armada nos assuntos de outro país, que vai contra todos os princípios admitidos até pelos próprios imperialistas, é dever que cumprirão os povos de todo o mundo. O nosso Partido, a classe operária e todos os trabalhadores portugueses exigem que sejam respeitadas os princípios de autodeterminação e independência que devem presidir à descolonização. A Indonésia de Suharto, chefe de um regime responsável directo por uma violenta repressão anticomunista, que ainda há poucos anos levou à morte e à tortura mais de cem mil camaradas e trabalhadores indonésios, não tem qualquer direitos sobre o povo e o território de Timor Leste. Todos os meios devem ser utilizados para que cesse a invasão do regime de Jacarta e para que as tropas invasoras abandonem imediatamente o país.

- Pág. 5
ções da

Pág. 5
- Pág. 8

? - Pág. 3
Pág. 5

Córsega debate novo estatuto

O Governo francês iniciou um debate sobre o novo estatuto de autonomia da Córsega, procurando responder às aspirações da ilha. Em contrapartida exige o fim da violência. Mas o primeiro-ministro francês já afastou qualquer ideia de independência: «A Córsega faz parte da nação francesa e a nação francesa estaria incompleta sem a Córsega», afirmou na Assembleia Regional. Contudo, apesar do Governo estender a mão ao diálogo, a violência prossegue. Durante os dias que precederam a visita de Jospin à ilha, duas bombas explodiram no território.

Violento sismo em Atenas

Pelo menos 117 pessoas morreram e mais de 1500 ficaram feridas em sequência de um violento sismo que abalou a Grécia, na semana passada. Com uma magnitude de 5,9 graus na escala de Richter, o terremoto destruiu mais de 50 edifícios e fábricas. O epicentro foi localizado a 20 quilómetros a norte de Atenas. Grande parte da população abandonou as cidades e mudou-se com as suas famílias para as praias da zona da capital. Teme-se que as réplicas provoquem a queda dos edifícios danificados. Os especialistas afirmam que é provável a ocorrência de um outro grande terremoto, visto o subsolo das zonas sísmicas da Grécia e da Turquia se estar a fragmentar.

Presos da ETA transferidos

O Governo espanhol anunciou recentemente a transferência de 105 presos acusados de pertencerem à ETA para penitenciárias do País Basco ou das suas proximidades. Esta é uma das principais reivindicações da organização separatista e, segundo analistas, o executivo de José Maria Aznar procura assim impedir a ETA de voltar atrás com o cessar-fogo indefinido, anunciado há um ano.

Bombas em Istambul

Duas bombas explodiram em Istambul, na Turquia, na sexta-feira, ferindo 23 pessoas e tendo por alvo dois edifícios governamentais. Segundo a Lusa, a acção foi reivindicada por um grupo de extrema-esquerda, a Frente Popular Revolucionária, em protesto contra a reforma do sistema de segurança social (recentemente adoptada pelo parlamento) e exigindo o fim das relações da Turquia com o FMI.

Alemanha Novos desastre eleitorais do governo Schröder

A série de actos eleitorais que desde o início de Setembro se têm realizado na Alemanha e que se prolongarão até Outubro confirmam o agravamento da impopularidade do actual governo do chanceler Schröder. No Brandeburgo o SPD perdeu 14,3 pontos percentuais e a maioria absoluta. No Sarre foi afastado do governo estadual que detinha há quinze anos. Na Turíngia baixa de 29,6 para 18,4 passando para terceira força política uma vez que é ultrapassado pelo PDS que obtém 21,6.

Ainda mais graves pelo seu significado foram os resultados obtidos nas eleições autárquicas na Renânia do Norte - Vestefália, o Estado federado mais populoso da Alemanha com 17 milhões de habitantes e desde a fundação da República Federal considerado como o coração da social-democracia. Aqui a social-democracia perde a maioria em quase todas as grandes cidades como Colónia, Düsseldorf, Bona, Krefeld, Mönchengladbach e Münster. Particularmente na região do Ruhr de forte implantação sindical registam-se perdas dramáticas em cidades há dezenas de anos governadas pelo SPD como Dortmund ou Essen. Todos os comentadores são unânimes em atribuir à política anti-social de Schröder as causas do desastre. Os eleitores que há cerca de um ano, desiludidos pelo governo de Helmut Kohl, deram uma vitória histórica ao SPD, fogem agora das urnas como o diabo da cruz,

aterrorizados pela orientação neoliberal do novo chanceler. A desorientação e abstenção do eleitorado social-democrata é a principal causa dos resultados catastróficos da coligação governamental. Mas é evidente que também os Verdes do ministro dos Negócios Estrangeiros Fischer vêem o seu eleitorado derreter-se nalguns casos para metade e são afastados dos parlamentos estaduais onde se encontravam, como no Sarre. A candidata dos Verdes à câmara de Düsseldorf comentava na WDR a derrota do seu partido afirmando que «o apoio à guerra contra a Jugoslávia foi-nos fatal». A democracia-cristã sem fazer nada beneficia da dramática quebra do número de votantes. O PDS consegue igualmente motivar o seu eleitorado e regista subidas significativas como no Brandeburgo (de 18,7 para 23,5) ou na Turíngia onde passa a segunda força política à frente do SPD (de 16,6 para 21,6). Mas não é só

no Leste da Alemanha que as forças de esquerda registam sucessos. O PDS consegue eleger pela primeira vez representantes para as Assembleias municipais de grandes cidades como Colónia, Düsseldorf ou Essen. Em Duisburg o PDS

atinge 4,5 e em Bötrop o Partido Comunista Alemão, DKP, 4,4.

Particularmente grave é a entrada dos neonazis do multi-milionário de Munique Gerhard Frey, DVU, para o parlamento do Brandeburgo

com 5,5, o que mostra claramente um dos grandes perigos da política neoliberal da social-democracia num país em que a perseguição aos valores e ideais da esquerda e o anticomunismo constituem doutrina oficial do Estado.

Situação explosiva no SPD

A situação no interior do SPD é explosiva. A verificarem-se novos desastres eleitorais na Saxónia no próximo domingo em Berlim, em Outubro não se poderá excluir a queda de Schröder, o fim da coligação ou mesmo a cisão do partido. Mesmo se para Schröder a vitória da democracia-cristã em vários Estados aparece como uma ajuda à sua política de direita - na medida em que lhe permite mostrar ao SPD que uma outra orientação não é possível por falta de maioria no Bundesrath (Conselho dos Estados federados) - a amplitude do desastre está a reforçar a contestação ao chanceler que desde há meses não cessa de crescer. Os comentários de numerosos membros e candidatos do SPD à comunicação social após serem conhecidos os resultados eleitorais demonstram-no inequivocamente. O candidato da social-democracia à câmara de Mönchengladbach explicava que «a democracia-cristã pode agradecer a vitória a Schröder». Joseph Krings, ex-presidente da câmara de Duisburgo (SPD) confirmava que «a luta vai continuar e intensificar-se no interior do partido» e que «isso da terceira via não é nada para nós». Vários sindicalistas social-democratas de Duisburgo afirmavam abertamente aos microfones da WDR que «os trabalhadores são agora explorados e enganados

pelo próprio partido». Entretanto a luta dos sindicatos contra a política do governo intensifica-se. Na terça-feira de manhã milhares de trabalhadores manifestavam-se em Berlim contra a política de austeridade de Schröder seguindo o apelo da DGB e do sindicato dos Funcionários do Estado.

Sindicalistas como Hermann Kirkes, membro do conselho de empresa da Thyssen viram as costas ao SPD e candidatam-se como independentes nas listas do PDS. Em Frankfurt os membros do SPD recolheram assinaturas e forçaram a realização de um congresso extraordinário da região sul do Estado do Hessen. Cerca de 85 por cento dos delegados condenaram a política do governo Schröder.

O ministro do Trabalho Riester, um ex-sindicalista adorado pelo patronato que se atreveu a intervir naquela assembleia foi muito atacado e desmascarado pelos congressistas. «Oferecer ao patronato oito mil milhões de marcos com o argumento de que assim se criam postos de trabalho não passa de um conto do vigário científico», respondeu o vice-presidente daquela organização do SPD, Gernot Grumbach e concluiu afirmando que o documento Blair-Schröder é «um atrevimento» e que «conduz ao domínio do mercado sob a componente social».

Médio Oriente

O regresso à «paz dos bravos»

Yasser Arafat e Ehud Barak assinaram finalmente a aplicação «corrigida» do acordo de Wye Plantation, na localidade egípcia de Charm el-Cheikh, depois de meses de indecisões e adiamentos. Nas palavras do líder palestino, trata-se do regresso à «paz dos bravos». «Já não há mais oportunidades», acrescentou, no passado dia 4.

«Há que estar à altura do momento. Entramos no século XXI e devemos dirigir os nossos povos a um cenário comum de paz e segurança», declarou o primeiro-ministro israelita. Barak reafirmou ainda a sua intenção de relançar as negociações com a Síria e o Líbano.

Uma das grandes inovações dos acordos assinados no Egipto diz respeito ao estatuto definitivo, tendo sido decidido que os próximos seis meses serão dedicados à sua discussão. O acordo final deverá estar pronto até 10 de Setembro de 2000. Até lá, nenhuma das partes pode tomar decisões unilaterais. Os acordos de Wye Plantation não previam datas para o estatuto.

Apesar do documento assinado em Charm el-Cheikh resolver questões importantes, muitas outras continuam em aberto e serão discutidas por palestinos e israelitas até Março. Entre elas conta-se a criação do Estado palestino, a delimitação das fronteiras definitivas de Israel, o estatuto da cidade de Jerusalém, a situação dos refugiados palestinos, a repartição das águas e os colonatos israelitas.

Na lista de decisões acordadas por Arafat e Barak, encontram-se dossiers fundamentais para o futuro do Médio Oriente como a retirada de Israel de 11 por cento da Cisjordânia. Sete por cento foram já entregues na sexta-feira e estão previstas mais duas retiradas em 15 de Novembro e em 20 de Janeiro.

Outra questão resolvida é o estatuto da cidade mista de Hebron. Os documentos prevêem a abertura ao trânsito em duas fases da rua Shuhada, na linha de demarcação. A primeira já foi concluída e a segunda será executada até ao fim de Outubro. Uma comissão estabe-

lecerá como se fará a coexistência de palestinos e israelitas no Túmulo dos Patriarcas, lugar santo tanto para muçulmanos como para judeus.

Em relação à segurança, a Autoridade Palestiniana reafirma o seu compromisso de prender os criminosos presentes numa lista apresentada pelos israelitas, recolher armas ilegais e reduzir a força policial.

Por seu lado, o Governo de Ehud Barak liberta 350 presos políticos, entre eles acusados de cumplicidade na preparação de atentados contra civis israelitas, mas que não participaram activamente na sua execução. Na manhã de sexta-feira, foram libertados 199 presos. Os restantes devem ser entregues dia 8 de Outubro.

Quanto às comunicações

rodoviárias entre as parcelas actualmente sob soberania palestina, ficou assente que a passagem de Gaza para a área de Hebron será aberta em Outubro. Serão reabertas negociações sobre a ligação de Gaza para Ramallah.

Por fim, a construção do porto marítimo de Gaza será iniciada em Outubro, sem a intervenção de qualquer comissão.



Libertação de prisioneiros palestinianos



Deputados comunistas prestam contas

Leis da República com origem em projectos de lei

Infância, Juventude, Direitos Humanos

A Assembleia da República aprovou, na legislatura que chega ao fim, três leis de importância fundamental para as crianças, os jovens, as mulheres, e para os casais. Todas essas leis resultaram de Projectos de Lei do PCP.

Lei nº 75/98

– Garantia dos Alimentos devidos a menores. Projecto de Lei do PCP n.º 340/VII

Foi saudada pelo próprio Governo, a aprovação do diploma.

Lamentável é que em declarações produzidas por responsáveis governamentais na comunicação social, nem uma palavra fosse dita sobre a autoria do Projecto de Lei. Foi a revista *Máxima* quem, afinal, viria a fazer justiça ao PCP, estranhando que nem sequer numa falha das notícias se tivesse referido que tinham sido os comunistas a propor soluções para uma das mais candentes questões que toca o próprio direito à vida das crianças. E que diz especialmente respeito às mulheres, pois a estas ficam nomeadamente confiados os filhos no caso de separação do casal.

De facto, fixada em Tribunal uma pensão de alimentos para os menores, o Estado alheava-se das consequências para o bem-estar e para a saúde das crianças, resultantes da falta de pagamento da pensão.

As soluções que a lei, até à aprovação do diploma, continham, eram manifestamente insuficientes, e deixavam por executar muitas das sentenças, ou determinavam delongas de meses e mesmo de anos até ao recebimento das pensões.

Lei nº 120/98

– Reforça as garantias do direito à saúde reprodutiva – Projecto de Lei do PCP 632/VII

Após o referendo do aborto, calaram-se praticamente as vozes dos que, sendo partidários do «não» à despenalização do aborto (e que encontramos na altura da discussão da Lei 3/84 entre os que se opunham à educação sexual e ao planeamento familiar) utilizaram os mesmos como manobra de recurso para ganhar o referendo.

Entretanto (não renunciando à reapresentação do projecto de lei sobre despenalização do aborto) foi o PCP quem, através do Projecto de Lei 632/VII, veio a propor medidas de reforço do direito à saúde reprodutiva através de novas garantias do direito à educação sexual e ao planeamento familiar.

Como já se esperava foi dos partidários do «não» que novos clamores se levantaram, demonstrando a hipocrisia dos argumentos utilizados no referendo do aborto.

Através da Lei 120/99, que não tendo acolhido infelizmente todas as propostas do PCP, representa no entanto mais um passo na luta contra o obscurantismo (quem diria que num dos Estados dos EUA se proibiu o estudo das teorias evolucionistas de Darwin a poucos meses do século XXI?), através dessa lei impõe-se a inclusão, nos estabelecimentos de ensino básico e secundário, em várias disciplinas, de um Programa para a promoção da saúde e da sexualidade humana.

Afastou-se assim, a possibilidade de a educa-

Lei nº 10/97

– Reforça os direitos das Associações de Mulheres – Projecto de Lei n.º 163/VII

O PCP entende que na luta contra as várias formas de discriminação de que as mulheres continuam a ser vítimas, as Associações de Mulheres assumem um papel fundamental.

Dá que tivesse proposto através do Projecto de Lei 163/VII que às Associações de Mulheres fosse reconhecido o estatuto de Parceiro Social através de representação no Conselho Económico e Social, e do direito de antena na Televisão e na Rádio. E ainda, para as Associações de Mulheres de âmbito regional e local, através do direito de

Floresta de requerimentos apresentados em Tribunal, para desconto das pensões nos vencimentos dos incumpridores, esbarravam nos recibos verdes (relativamente aos quais a lei não permite descontos) na precariedade dos contratos que provocaram sua cessação e o desconhecimento do paradeiro dos faltosos, no desemprego destes, e mesmo no desemprego de longa duração.

A generalizada instabilidade nos contratos de trabalho a reflectir-se duramente na vida das crianças de pais separados...

Com a Lei 75/98, já regulamentada através do Decreto-Lei 164/99 de 13 de Maio e que por isso produzirá efeitos a partir de 1 de Janeiro do ano 2000, determinou-se que o Estado adiante pensões de alimentos às crianças carenciadas (que não usufruam de um rendimento líquido superior ao salário mínimo nacional) relativamente às quais haja dificuldades em obter o cumprimento da sentença que tenha fixado as pensões.

Será depois o Estado a encarregar-se do cumprimento da sentença.

ção sexual ser ministrada apenas numa disciplina de carácter facultativo.

Consagrou-se a distribuição de preservativos através de meios mecânicos, nos estabelecimentos de ensino superior e secundário, visando-se também desta forma, a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, nomeadamente a prevenção do que constitui um flagelo dos nossos tempos – a Sida. Determina-se ainda, na lei, que os jovens possam ser atendidos nas consultas de planeamento familiar de qualquer centro de saúde ou de qualquer centro hospitalar, mesmo que não sejam da sua área de residência.

Impõe-se a criação de consultas de planeamento familiar nos locais de trabalho onde existam serviços de saúde. Obviando-se, desta forma, à impossibilidade, para muitas mulheres, de aceder a consultas nos centros de saúde, pois que tal implica faltas ao trabalho com as consequências que se conhecem relativamente à perda de vencimento e outras regalias.

Na lei estabelecem-se ainda regras relativamente a estatísticas sobre o número de abortos constatados nos estabelecimentos hospitalares, por forma a poder avaliar-se mais correctamente a realidade do aborto clandestino.

Realça-se que o PS recusou a introdução de um mecanismo que tornaria possível o método de planeamento familiar constituído pela pílula do dia seguinte (contraceção de emergência).

serem ouvidas nos planos de desenvolvimento. O que consta da Lei 10/97. Mais se consagrou, na mesma lei, o direito das Associações de Mulheres ao apoio da Administração Central, Regional e Local, em termos a regulamentar.

E foi ainda, através de propostas de alteração apresentadas pelo PCP a uma proposta de Lei do Governo, que se melhorou a representação das Associações de Mulheres no Conselho Económico e Social – Lei 128/99 de 20 de Agosto.

Atentado ambiental em Vermoim CDU ao lado da população

Os candidatos Agostinho Lopes e Sílvio João Sousa, acompanhados por dirigentes locais da CDU, encontraram-se domingo passado com habitantes da freguesia de Vermoim, Vila Nova de Famalicão, de quem ouviram relatos sobre o grave problema ambiental existente no lugar da Breia de Baixo, provocado pela Estação de Tratamento de Águas Residuais (ETAR) e pelo depósito a céu aberto de resíduos sólidos da fábrica de Carnes Isicar.

Dois anos após a instalação residencial e junto a caminho desta unidade industrial, implantada muito perto da área público municipal, têm-se acentuado os maus cheiros que inco-

modam a população, suspeitando-se que as águas de um dos tanques da ETAR estejam a infiltrar-se no solo, contaminando os lençóis freáticos.

Depois de constatar a inexistência de adequadas condições de protecção ambiental, Agostinho Lopes comprometeu-se com os presentes a requerer à Ministra do Ambiente informações sobre a situação do licenciamento da ETAR e sobre a fiscalização ao seu funcionamento.



«Os Verdes» à porta da Ministra do Ambiente em protesto por mais um atentado ambiental

«Os Verdes» promovem acção Em defesa da praia de Labruge

Expressando a indignação da população de Labruge, uma delegação do Partido Ecologista «Os Verdes» entregou ao secretário de Estado do Ambiente um abaixo-assinado de protesto pelo atentado ambiental que está em vias de se concretizar naquela localidade de Vila do Conde. Trata-se de uma urbanização de moradias a situar mesmo junto à praia, em

área de protecção dunar, junto ao rio Onda.

Tal pretensão, apesar de se localizar numa área protegida onde deveria ser interdito qualquer tipo de ocupação, inexplicavelmente, parece não ter encontrado qualquer obstáculo por parte das entidades que têm responsabilidades nesta matéria, nomeadamente da Câmara Municipal de Vila do Conde e

do próprio Ministério do Ambiente.

Para os amigos e frequentadores da praia de Labruge, que subscreveram cerca de dois mil postais dirigidos à Ministra do Ambiente, numa acção de sensibilização e denúncia realizada no passado dia 28 de Agosto, este é mais um «factor de degradação e insegurança no litoral português».

CDU/Madeira defende Reforço do poder local

O candidato da CDU-Madeira, Marco Gonçalves, propôs domingo passado a atribuição de mais poderes às autarquias, por forma a que possam assegurar uma melhor qualidade de vida e desenvolvimento aos seus munícipes.

Marco Gonçalves fez a defesa

desta medida no decorrer de uma iniciativa de pré-campanha eleitoral na freguesia de São Roque, onde apresentou as propostas políticas da CDU-Madeira para o reforço do poder local.

O candidato defendeu a transferência de mais competências e

mais meios financeiros para o Poder Local, em particular para as freguesias.

Marco Gonçalves preconizou ainda a criação de mais duas freguesias no concelho do Funchal, nomeadamente a dos Alamos e a do Livramento.

Barreiro assinala início do ano lectivo

O Barreiro assinala o início do novo ano lectivo com um concerto de Sérgio Godinho. É no próximo dia 25 de Setembro, pelas 22.00 horas, no Palco das Marés, junto ao Fórum Juvenil «El Matador».

Também os professores dos Jardins de Infância oficiais e do 1º Ciclo do Ensino Básico foram

alvo de uma iniciativa de boas vindas que ficou a marcar o arranque das aulas. Esta recepção, promovida pela Câmara Municipal e pelas juntas de freguesia, realizou-se ontem, na Biblioteca do Barreiro.

Do programa, que incluiu uma sessão em que participou Pedro Canário, presidente da edilidade,

constou uma visita guiada à Parceria Geral de Pescarias, onde se processa a seca do bacalhau.

A recepção encerrou com um almoço animado pelo Grupo «Teatro Bar», que levou à cena a peça «As Amantes de Gil», com textos de Gil Vicente, seguindo-se a actuação do músico barreirense Carlos Camarão.

Programa eleitoral do PCP

As grandes linhas para uma política de esquerda

O programa eleitoral do PCP, apresentado no passado dia 15 de Setembro, com o título «Uma política de esquerda para Portugal», desenvolve, na primeira parte, as grandes questões da actualidade nacional, no contexto comunitário e global, analisa a acção do Governo PS, e define as grandes linhas para uma política de esquerda. Aqui destacam-se dez medidas urgentes (ver página 5 desta edição) para o país e sublinha-se que o reforço da CDU é «o grande factor de mudança» nas próximas eleições legislativas de 10 de Outubro.

A segunda parte do documento é dedicada por inteiro às «Propostas sectoriais e específicas do PCP», que estão divididas em cinco grandes capítulos: «Desenvolvimento económico equilibrado»; «Desenvolvimento social»; «Desenvolvimento educativo, científico e cultural»; «Aprofundamento da democracia»; «Portugal na Europa e no Mundo».

Ao todo são 270 páginas ao longo das quais os comunistas analisam o estado actual da sociedade portuguesa e avançam as suas propostas e soluções para os problemas mais prementes nas diferentes áreas.

No capítulo denominado «Desenvolvimento económico equilibrado» são tratados os temas do emprego; sistema fiscal; agricultura; pescas; indústria transformadora; construção civil e obras públicas; turismo; comércio e distribuição; sistema financeiro; energia; comunicações e telecomunicações; transportes; serviços públi-

cos; sector público; pequenas e médias empresas; cooperativismo; ambiente e recursos hídricos; ordenamento do território.

O «Desenvolvimento social» é visto na perspectiva da segurança social; saúde; saúde laboral; toxicodependência; habitação; mulheres; juventude; reformados; deficientes; crianças; imigração e estrangeiros; defesa do consumidor.

Segue-se o «Desenvolvimento educativo, científico e cultural», onde são tratadas as questões da educação; ensino superior; ensino e formação profissional; desporto; ciência e tecnologia; sociedade da informação; cultura; e comunicação social.

Sob o título «Aprofundamento da democracia» são aprofundados os temas da justiça; liberdade, democracia, participação; direitos, liberdades e garantias; sistema político; poder local; regionalização/desenvolvimento regional; autonomia regional; defesa nacional e forças arma-

das; administração interna e forças de segurança; e movimento associativo popular.

Por último, o capítulo denominado «Portugal na Europa e no Mundo» explica a visão do PCP sobre a União Europeia e Portugal; emigração; e política externa.

Objectivos para a legislatura

No horizonte temporal da próxima legislatura, o PCP propõe doze objectivos que constituem as traves mestras de uma política de esquerda para Portugal.

O **desenvolvimento económico e social** surge em primeiro lugar e pressupõe «o crescimento económico acelerado e sustentado; uma economia com um perfil produtivo valorizado, regionalmente equilibrada e preservadora dos recursos ambientais; o aumento do emprego estável e com direitos; e uma mais equitativa repartição da riqueza criada».

Paralelamente, o PCP elege propõe que «a **defesa e preservação do ambiente** e dos recursos naturais e a racionalidade da ordenação e ocupação do território sejam parte integrante da política de desenvolvimento». O ambiente e a qualidade de vida são assim «preocupações essenciais» cuja «responsabilidade deve ser par-

tilhada pelos cidadãos, autarquias locais, regiões autónomas e as mais diversas entidades públicas e privadas», devendo sobretudo «envolver o Estado e a Administração Central que não se podem refugiar em políticas ditas de descentralização ou parceria para se demitirem da sua responsabilidade ou para entregarem a sectores privados o real controlo das decisões».

Emprego com direitos

Uma base essencial do desenvolvimento e justiça social é «a defesa, efectivação e **promoção do trabalho e do emprego com direitos**». Neste sentido, o PCP «bate-se por uma política assente na promoção do emprego com estabilidade e com direitos, no crescimento dos salários reais que garanta o aumento do peso da massa salarial no rendimento nacional, na crescente e faseada valorização do salário mínimo nacional».

A redução progressiva do horário semanal de trabalho sem redução de salário, o abandono do pacote laboral do Governo PS, a paragem dos processos de desregulamentação das relações laborais e o combate à generalização dos vínculos, são aspectos essenciais nesta área.

A reforma do **sistema fiscal** preconizada pelo



Programa eleitoral do PCP

As grandes linhas para uma política de esquerda

PCP visa aliviar a carga fiscal sobre os rendimentos do trabalho e tributar os rendimentos e mais valias do capital, bem como penalizar as actividades especulativas e combater a evasão e a fraude fiscais.

Salientando que o nível da fiscalidade em Portugal é dos mais baixos dos países da União Europeia, o PCP vê a reforma fiscal com «indispensável para a concretização de outras reformas, em particular a reforma do financiamento da Segurança Social».

A defesa do **Serviço Nacional de Saúde** é assumida como a única forma de evitar a divisão dos portugueses em cidadãos de primeira e de segunda - uns com capacidade económica para usufruírem de cuidados de saúde de qualidade, e os restantes,

seus valores; e o reforço do financiamento do sistema por forma a garantir no presente e no futuro, os compromissos assumidos e permitir uma resposta mais eficaz aos riscos sociais.

Uma das principais prioridades do País é a área da **educação**, do ensino e da formação, onde o PCP atribui um papel imprescindível ao ensino público e sublinha a necessidade de um esforço financeiro em ordem a valorizar a acção educativa e a recuperar atrasos relativamente à União Europeia, propondo a aprovação de um plano de desenvolvimento da Educação, precedido de um amplo debate.

Mais democracia

A par da **reforma democrática do Estado**, em que a democracia participativa tem de ser um critério essencial - designadamente pela efectivação dos direitos de participação e intervenção das organizações de trabalhadores e de outras estruturas do movimento popular -,

o PCP considera que deve ser levada a cabo uma reforma profunda na **justiça**, com o objectivo de democratizar o acesso dos cidadãos, assegurar maior celeridade, sem prejuízo de direitos e garantias, e dar prioridade ao crime de colarinho branco e à grande criminalidade.

Uma política de esquerda passa ainda pela concretização da **igualdade das mulheres** no trabalho, na família e na participação social e política. Neste sentido, o PCP avança várias propostas e passos necessários, destacando-se a despenalização do aborto até às 12 semanas, por razões económicas e sociais.

A mudança de política pressupõe igualmente «um novo rumo para a **integração europeia**» que, na visão dos comunistas, exige um modelo específico baseado na pluralidade de identidades e de culturas, em Estados soberanos e iguais em direitos.

Uma política patriótica e nacional que assum a independência e a soberania como valores inalienáveis é entendida como «condição de uma intervenção activa e empenhada de **cooperação mundial** no plano económico, social, político e cultural. Neste âmbito, o PCP pronuncia-se pela dissolução dos blocos político-militares, nomeadamente da NATO e contra as suas ingerências na vida interna de Estados soberanos, e propõe uma nova política activa de combate às dificuldades no mundo e ao subdesenvolvimento como contribuição para a construção de um mundo mais justo, mais pacífico, mais solidário e mais humano.



Educação

A «grande prioridade» para a educação e a formação e os propósitos de humanizar a escola, democratizar oportunidades, construir a qualidade», foram as promessas feitas pelo PS há quatro anos para conseguir chegar ao governo. Era o tempo da paixão da educação.

Entretanto quanto aos principais problemas do sector — que haviam sido apontados criticamente ao PSD aquando do seu longo desempenho governativo — a verdade é que a situação, no seu conjunto, não evidenciou melhorias significativas. Saliente-se o baixo nível de instrução da população; as taxas de escolarização no 2.º e no 3.º ciclos escolares, se encontrarem ainda longe dos 100%; a baixa frequência no ensino secundário; a permanência de elevadas taxas de insucesso escolar e educativo; o abandono escolar; a dificuldade sentida por muitas escolas de encontrarem respostas adequadas aos problemas de aprendizagem dos seus alunos, seja por razões materiais, seja por motivos organizativos ou pedagógicos; os insuficientes passos dados no domínio dos mecanismos de apoio sócio-pedagógico e de orientação escolar e profissional; a sobrecarga curricular, designadamente a programática; a indeterminação

subsistente ao nível do ensino secundário, com a falta de clarificação e de aperfeiçoamento das suas vias, somada à questão da baixa frequência que continua a verificar-se no plano nacional; a insuficiência do investimento público e da intervenção ao nível do ensino superior, indispensáveis para enfrentar a falta de condições e os problemas de qualidade existentes.

Os últimos anos na área da educação acabaram, assim, por ser, fundamentalmente, de **continuidade da política anterior**. Com efeito, tem sido realmente escassa a intervenção orientada para os problemas estruturais, de cuja resolução depende a efectiva democratização e a qualidade deste bem maior que representa a educação pública.

Tem sido positiva a expansão que se regista na educação pré-escolar. Mas ainda aqui a grande novidade democratizadora, que foi a da gratuitidade da sua componente educativa, em verdade foi da iniciativa da Assembleia da República — onde se destacou o papel dos deputados do PCP — que impôs em lei tal disposição apesar dos votos contrários do PS. E a verdade, também, é que na prática o Governo não está a assegurar o cumprimento generaliza-

do da gratuitidade da educação pré-escolar, nem a garantir a suficiente e rápida expansão da rede pública que a deve suportar.

Relativamente ao ensino privado o PCP considera que é legítimo o surgimento de iniciativas privadas nesta área desde que sejam preenchidos os requisitos mínimos constantes das normas legais. Porém, é inaceitável a tentativa a que se assiste de substituição do ensino público por escolas de ensino privado financiadas pelo Estado. E esta é realmente a principal linha privatizadora da educação que tem vindo a ser desenvolvida entre nós e que o actual Governo tem prosseguido.

Em seis linhas de orientação estratégica e num conjunto de medidas concretizadoras de uma nova política educativa, o PCP elege a educação como uma das prioridades nacionais; a escola pública como opção fundamental; defende a democratização do acesso e do sucesso educativo; define medidas para assegurar o sucesso educativo e escolar dos jovens; pugna por uma escola com mais autonomia e com mais participação; preconiza um sistema não governamentalizado, dotado de autonomia democrática e com financiamento suficiente e regular.

Emprego

Contrariamente à pretensão do Governo PS, de ter atingido o objectivo de combate ao desemprego e melhoria da qualidade do emprego que se propôs, nos últimos quatro anos cresceu o desemprego de longa e média duração, aumentou a precariedade de trabalho, os contratos a prazo passaram de 11% em 1995 para 14% em 1997, existem mais falsos trabalhadores por conta própria, subiu a percentagem de trabalhadores a tempo parcial (de 7,5% para 10%) e manteve-se uma taxa de desemprego feminino superior à dos homens. Ou seja, a qualidade do emprego piorou.

Na verdade, «a avaliação do número de desempregados (e da respectiva taxa) pelo INE é feita no quadro inverosímil do aumento anual e desde 1995 da população activa agrícola em mais de 160 mil pessoas «empregadas» na agricultura», num «verdadeiro contra-senso económico e social», face ao estado da agricultura portuguesa.

Entretanto, não considerando esse crescimento do «emprego» agrícola e estimando o número de desempregados agora não contabilizados por se encontram a frequentar cursos de formação profissional ou em programas ocupacionais (45.400 em 1998), o emprego seria inferior a 1995 e a taxa de desemprego saltaria para os 9/10%!

O Governo PS manteve, afinal, a política de emprego herdada de Cavaco Silva: abandono das políticas macro-económicas e responsabilização individual e não social pelos problemas do desemprego.

Pela criação de emprego

A adopção de políticas macro-económicas, com o objectivo do pleno emprego, que tenham como componentes essenciais:

- o crescimento e o desenvolvimento económicos;
- a dinamização da procura interna por via do crescimento dos salários e das pensões;
- a dinamização do investimento, nomeadamente através da diminuição das taxas de juro reais;

damente através da diminuição das taxas de juro reais;

- o reforço do investimento público e o alargamento da prestação de serviços à comunidade;
- o desenvolvimento de uma política regional que aumente o emprego e impeça a desertificação do interior do país.

E, ainda:

- o reforço dos direitos de intervenção dos trabalhadores e das suas estruturas representativas, nomeadamente no controlo sobre a gestão das empresas e no acompanhamento dos processos de reestruturação e falência;

Pela valorização social do trabalho

A valorização, qualificação e dignificação do trabalho, de combate a divisões entre trabalhadores, de criação de condições que promovam a estabilidade e a igualdade de oportunidades e previnam o desemprego e a marginalidade.

Uma estratégia que passa por três eixos principais: o combate à precarização e à dualização do emprego, a igualdade de oportunidades, e a qualificação dos trabalhadores.

Pela igualdade no emprego

- o aumento da componente tecnológica no sistema educativo;

- o desenvolvimento e melhoria dos sistemas de transição entre a escola e a vida activa;

- o reforço da **formação de base e profissional** a todos os níveis, particularmente dos trabalhadores desempregados

- aposta na **formação contínua** e na sua ligação à actividade profissional;

Por uma estratégia europeia para o pleno emprego

O abandono das políticas neoliberais, de carácter monetarista que advogam maior flexibilização do mercado de trabalho, contém o princípio orientador da empregabilidade das pessoas numa filosofia de responsabilização individual (e não social) e têm subjacente a ideia de que os custos excessivos com o trabalho geram desemprego. Continuando nomeadamente a bater-se pela penalização, por via fiscal ou outra, dos movimentos especulativos de capitais.

Outras propostas do PCP:

- Revogação de toda a legislação aprovada do Pacote Laboral;
- moralização dos contratos a prazo - apenas aplicáveis a actividades de natureza temporária - e revogação das normas legais sobre a contratação a prazo de jovens e de desempregados de longa duração;
- fiscalização da aplicação da legislação laboral pela Inspeção Geral do Trabalho, em particular, no combate ao trabalho infantil, ao falso trabalho independente («recibos verdes»), e punição dos prevaricadores;
- criação da legislação para empresas de trabalho temporário e sua rigorosa fiscalização;
- reforço das normas sancionatórias e melhoria do funcionamento dos Tribunais de Trabalho;

- criação de comissões de acompanhamento dos processos de reestruturação e falência e combate às falências fraudulentas.

Pela qualificação dos trabalhadores

Entre outras medidas:

- a aposta no sistema educativo e numa formação de base;



- a efectiva redução do horário de trabalho para as 40 horas;
- redução do horário de trabalho para as 35 horas, sem perda de salário, acompanhando os aumentos da produtividade, nomeadamente os que resultam da evolução científica e técnica;
- a adopção de medidas de combate à deslocalização de empresas para fora do País;
- o fim ao processo de privatizações e reapreciação dos que já foram realizados em sectores estratégicos da economia nacional.

Segurança Social

Em Portugal, só a partir de 25 de Abril de 1974 a segurança social se desenvolveu como um direito que se estende a toda a população.

Mas, apesar do avanço que a criação desse sistema público representou, sucessivos governos deixaram acumular vultuosas dívidas do Estado em relação ao Orçamento da Segurança Social (referentes aos regimes não contributivo ou fracamente contributivo e à acção social), assumiram uma postura de extrema permissividade face à evasão contributiva e ao enorme volume de dívidas das empresas e mantiveram as prestações sociais num nível muito baixo.

Nos últimos anos o grande capital financeiro nacional e transnacional desencadeou sucessivas campanhas para tentar demonstrar que o sistema público de segurança social se encontra à beira da falência e que não resta outro caminho que não seja o da redução de direitos dos contribuintes/beneficiários e a privatização parcial do sistema público de modo a transferir para o mercado financeiro privado as modalidades de segurança social mais rentáveis.

O PCP não acompanha essa visão catastrófica da situação do sistema público de Segurança Social e denuncia o carácter interesseiro das movimentações privatizadoras que a têm promovido.

O PCP considera que as insuficiências do sistema de segurança social portuguesa não põem em causa o direito fundamental que ele concreti-

za nem desvalorizam as suas inegáveis realizações e muito menos o imenso património social que foi erguido com o trabalho e o sacrifício de várias gerações de trabalhadores portugueses.

O PCP sublinha também que o actual sistema público de segurança social revela potencialidades para garantir e melhorar a protecção social dos portugueses, mas para isso é indispensável que seja levada a cabo uma política de sentido oposto à que tem sido seguida.

O peso das prestações sociais nas despesas públicas nacionais, bem como no Produto Interno Bruto, mantém-se num nível baixo quando comparado com o dos outros países da União Europeia, o que evidencia a existência de uma real margem de manobra para uma maior afectação de recur-

sos nacionais em favor da Segurança Social.

Os direitos sociais e as funções redistributivas associadas à Segurança Social naturalmente absorvem recursos, mas a sua concretização tem simultaneamente efeitos positivos na actividade económica e favorece outras condições de desenvolvimento social.

A política de menos segurança social e às orientações neoliberais que invocam a insustentabilidade financeira do sistema público para justificar a sua privatização parcial (platonamento), contrapõe por isso o PCP não só a necessidade de mas a possibilidade real de defender, reforçar e aperfeiçoar o sistema público de segurança social como garante do efectivo exercício de um direito social fundamental — o direito de todos à segurança social.

Esta política é inseparável da valorização do papel da solidariedade, consagrada em direitos sociais e na sua concretização, do trabalho com direitos, de uma mais justa distribuição da riqueza e do rendimento e da necessidade de uma sociedade menos individualista. Em que possa ser realizado o dever de contribuir para o sistema da segurança social como forma de solidariedade concreta para garantir um futuro melhor para todos.

Quanto às instituições particulares que desenvolviam actividades na área social, tenham elas natureza lucrativa ou não lucrativa, o Estado deve reforçar o seu papel de tutela e proteger os legítimos direitos e expectativas dos que recorram aos seus serviços.



a grande maioria, com acesso apenas a um sistema residual e caritativo, com cuidados e outras prestações de nível inferior.

Segurança social é para todos

A defesa, reforço e aperfeiçoamento do sistema público de segurança social é para o PCP não só uma necessidade, mas uma possibilidade real. Neste sentido, condena as orientações neoliberais que invocam a insustentabilidade financeira do sistema público para justificar a sua privatização, e defende a concretização de três linhas fundamentais: A garantia dos direitos adquiridos e em formação dos contribuintes/beneficiários e a recusa da aplicação de condições mais desfavoráveis que as vigentes; a melhoria das prestações e a elevação continuada dos

Programa eleitoral do PCP

Justiça

Na área da Justiça, continuam por resolver problemas e bloqueamentos de toda a ordem que corroem fundamentos do Estado de direito democrático, como são os direitos, liberdades e garantias constitucionais dos cidadãos.

As imagens de marca do Governo do PS, na área da Justiça, são: a lentidão da Justiça, ou a sua denegação objectiva; a desigualdade no acesso aos Tribunais e na aplicação da Justiça; o desconhecimento ou conhecimento incompleto dos seus direitos por muitos cidadãos e em particular por trabalhadores e pelos mais desfavorecidos, e a incapacidade real de os fazer valer; a impunidade do crime económico; a crónica insuficiência de meios afectos à investigação criminal e à modernização do aparelho judiciário; as disfunções de um sistema prisional, incapacitado para o cumprimento da sua função re-socializadora; a conflitualidade permanente entre os agentes judiciários e os conflitos de interesses tornados aparentemente insanáveis.

Os cidadãos, particularmente os de mais fracos recursos, quando se trata de fazer valer direitos, liberdades e garantias, continuam confrontados com uma Justiça lenta, cara e distante, com quase total ausência de informação judiciária e com um apoio judiciário, na maioria dos casos, de menor qualidade.

O arrastamento infundável dos chamados mega-processos envolvendo alguns criminosos de «colarinho branco», a excessiva morosidade dos processos e das próprias investigações dos casos de corrupção, favorecimento e tráfico de influências, grande tráfico de droga e

branqueamento de capitais, etc., estão na base da descredibilização crescente de um sistema de Justiça que favorece objectivamente as classes dominantes e os poderosos.

Os Tribunais continuam, de ano para ano, mais atulhados de processos e querelas que aí não deveriam ser dirimidos, ao mesmo tempo que é objectivamente descurada a atenção aos casos judiciais mais importantes e em risco de prescrição.

Com a chamada reforma legislativa, de reconhecida importância e necessidade, o Governo e a maioria socialista que o apoia, não logrou, em muitos casos, por manifesta inépcia e impreparação, alcançar os consensos indispensáveis à confiança jurídica que se deve impor e que deve resultar das novas soluções e da evolução dos instrumentos legislativos.

Já no final da legislatura a fúria privatizadora do Governo atingiu os notários e conservadores, privando o Estado de recursos e adulterando princípios que conferem um manifesto carácter público a estes sectores.

Na próxima legislatura o PCP apresentará iniciativas legislativas que contribuam decisivamente para tornar a Justiça mais célere, mais próxima dos cidadãos, mais igualitária. Entre várias outras, destacamos as seguintes propostas:

- criação dos Julgados de Paz, previstos na Constituição, como Tribunais para o julgamento de pequenas causas, tendo o duplo objectivo de descongestionar os Tribunais e alcançar uma Justiça de maior proximidade aos cidadãos, ao nível de freguesia ou de conjuntos de freguesias;



- criação da figura do Defensor Público, destinado a garantir aos cidadãos de menores recursos uma Justiça de maior qualidade;

- incremento de estruturas e formas de mediação familiar que permitam subtrair aos tribunais algumas formas de litigiosidade a esse nível;

- rápida modernização e desburocratização do aparelho judicial e melhoria das condições de trabalho dos operadores judiciários;

- melhoria da assessoria técnica e dos meios informáticos e tecnológicos ao dispor dos magistrados, que permitam melhorar a celeridade da sua actuação e a informação disponível;

- concretização de alternativas às penas de

prisão e ao excesso de prisão preventiva, dignificação da situação dos reclusos e medidas de efectiva reinserção eficazes na prevenção da reincidência no crime e na delinquência;

- organização de um programa de divulgação sistemática da função social do Direito e dos Tribunais, começando pelas escolas e através de outros meios;

- criação de um Observatório da Administração da Justiça, junto da Assembleia da República, com a participação de elementos vindos dos Tribunais e das instituições representativas dos profissionais de Justiça, das universidades, da comunicação social e outros.

União Europeia e Portugal

A forte influência das orientações adoptadas nas instâncias da União Europeia na vida política, económica, social e cultural, em Portugal, impõe que aquelas sejam seguidas com particular atenção e empenho pela Assembleia da República e reclama um novo posicionamento do governo português no plano comunitário.

À Assembleia da República, enquanto órgão legislativo por excelência, determinante na formação do Governo e fiscalizador político da actividade por este desenvolvida, cabe, assim - com vista a assegurar o progresso do País e o bem-estar dos portugueses e a garantir uma efectiva participação dos cidadãos -, um papel fundamental no acompanhamento do processo de decisão comunitário, em particular, da acção do Governo no contexto da União Europeia.

Os actuais contornos da construção europeia - orientados, no plano institucional, para um modelo federalizador; alicerçados no âmbito económico e social por um neoliberalismo sem peias e incapaz de responder às necessidades do Homem; e perspectivado, no plano externo, para uma completa subordinação aos desígnios norte-americanos, através da NATO, reclamam uma intervenção permanente e firme de Portugal, no sentido de imprimir à construção europeia um novo rumo, respeitador da vontade dos povos, solidário, de justiça social e de paz e, em particular, respeitador dos interesses, vontades e direitos de Portugal no quadro da integração europeia.

Aquelas orientações comunitárias, determinadas em larga medida, durante os últimos anos, por governos de maioria conservadora, em nada se alteraram com o

facto de socialistas e sociais-democratas terem passado, entretanto, a integrar treze e serem maioritários em onze dos quinze governos dos países da União Europeia.

A convergência de posições entre essas duas correntes políticas sobre a direcção a imprimir à construção europeia tem-se revelado, de resto, uma constante e encontra natural sequência, em Portugal, na profunda identidade de posições do PS e do PSD e dos respectivos governos.

Alterar tal situação pressupõe, assim, uma Assembleia da República com maior e melhor capacidade e vontade de intervenção no plano

comunitário e reclama um governo com atitudes e políticas diferentes.

A importância das questões que se perspectivam no quadro europeu, a sua complexidade e os riscos que apresentam poderão, entretanto, determinar dificuldades acrescidas para Portugal.

Assim acontece em quatro domínios fundamentais: reformas institucionais, concretização definitiva do euro, alargamento e negociações no âmbito da Organização Mundial do Comércio.

Neste quadro, o PCP considera e propõe como princípios, orientações e medidas o respeito pela soberania e pelos interesses, valores e especificidades de cada Estado.

E uma Europa de cooperação que, nomeadamente ponha fim à governamentalização dos assuntos europeus, tenha um maior controlo da Comissão e uma maior transparência nos processos de decisão.

Ao mesmo tempo, a defesa dos interesses nacionais, exige uma atitude firme e fundamentada da parte do Governo e uma articulação permanente com as instituições democráticas nacionais e com os agentes económicos, sociais e culturais.

A construção de uma Europa solidária e o respeito efectivo pelos objectivos da coesão económica e social pressupõe, por outro lado, a transferência de meios financeiros suficientes para os países de menor desenvolvimento.

O nivelamento, por cima, das condições de vida e de trabalho ao nível comunitário, o combate ao desemprego e a criação de emprego com direitos e a correcta aplicação dos fundos comunitários, são outras medidas que se inserem na procura de concretização de um desenvolvimento equilibrado de todo o território nacional

As negociações a efectuar no âmbito da Organização Mundial de Comércio vão, entretanto, pôr em causa domínios diversos do comércio, da actividade produtiva e do investimento, pelo que é necessário repensar as bases do seu funcionamento

Por fim, solidária nas relações com países terceiros de menor desenvolvimento, a União Europeia e os Estados que a integram devem empenhar-se numa renovação e valorização da Organização de Segurança e Cooperação Europeia, enquanto organização da Nações Unidas, numa perspectiva de organização de todo o continente europeu e de procura de uma paz duradoura no mesmo.



■ Rui Paz

A democracia-cristã e o "suhartismo" sem Suharto

NA última emissão do programa televisivo da ARD, «Monitor», o jornalista Klaus Bednarz constatava que, se as grandes potências estivessem neste momento a seguir a lógica da «defesa dos direitos humanos» aplicada aos Balcãs pelo Chanceler Schröder, o ministro dos Negócios Estrangeiros Fischer e o ministro da Defesa Scharping, já há muito que teriam bombardeado Jacarta.

Não devemos no entanto esquecer que, na guerra contra a Jugoslávia, a implantação do Novo Conceito Estratégico da NATO originou uma rápida aliança «ecuménica» e neoliberal entre a catolicíssima democracia-cristã da Alemanha, o luterano Gerhard Schröder, o anglicano Tony Blair, o protestante Bill Clinton e a islamista UCK. Mas é evidente que a luta de libertação que se desenvolve desde há mais de vinte anos em Timor não se presta para tais manobras, na medida em que perturba os esforços de estabilização do poder político e económico acumulado ao longo de décadas de terrível ditadura sob a protecção de Suharto pelas multinacionais sediadas na Alemanha, nos Estados Unidos e no Japão. Só assim se explica este longo torpedear da luta do povo timorense por parte das grandes potências. Debaixo da pressão popular e internacional, o imperialismo está a ser obrigado a rever a sua política em relação a Timor-Leste.

Mas o povo timorense que não se deixe enganar. Qualquer solução apoiada pelos Estados Unidos e Alemanha ficará sempre subordinada à consolidação do poder daquelas duas potências em Jacarta. É o próprio Clinton que define as prioridades ao responder ao seu conselheiro de Defesa, Samuel Berger de que «o facto de termos bombardeado no Kosovo não significa que iremos agir da mesma maneira no caso de Dili».

Para a democracia-cristã da Alemanha, Suharto que – como ainda recentemente documentava o magazine político «Panorama» – chegou ao poder através de um golpe de Estado em que foram assassinados cerca de quinhentos mil comunistas, é um herói.

Para aquele partido confessional do catolicismo alemão os méritos do regime indonésio são tão grandes que se pode bem fechar os olhos perante o incêndio de uma diocese e de algumas igrejas. Não foi João Paulo II a Reims abençoar Chirac alguns dias depois de a polícia francesa ter atacado à machadada a igreja de S. Bernard e expulsado os «sem direitos»? Se Deus é grande e poderoso, o capitalismo não o é menos!

Quer o antigo presidente indonésio quer o actual, Habibie, seu braço direito, ajudaram a Alemanha a transformar-se no maior parceiro comercial da ditadura. Em 1993 o chanceler democrata-cristão Helmut Kohl visitou Suharto no seu «rancho» e designou-o, à semelhança do que fez com Ieltsin por «um bom amigo». Em 1995 foi a vez do então chefe do governo da Baixa-Saxónia, Gerhard Schröder, convidar o ditador a inaugurar a Feira Internacional de Hannover. E em 1996 Kohl voltava a Jacarta em visita oficial para assinar contratos com a indústria alemã no valor de vários milhares de milhões de marcos.

O actual ministro-presidente do Baden-Württemberg, o democrata-cristão Erwin Teufel não podia caracterizar melhor as relações íntimas entre Bona e Jacarta ao afirmar que o actual presidente Habibie «demonstrou ao longo de várias décadas ser um amigo fiel em quem a Alemanha pode confiar». Tanta gratidão e amizade têm sido retribuídas com os esforços ilimitados do Fundo Monetário Internacional para manter o «suhartismo» sem Suharto e consolidar o poder do seu «filho adoptivo» Habibie (*Neues Deutschland*, 9.6.98).

Habibie, o «alemão»

O diário de Düsseldorf «Reinische Post», num artigo intitulado «Alemão» descreve a carreira política do actual chefe de estado da Indonésia da seguinte forma:

«Bacharuddin Jusuf Habibie estudou em Aachen (Aix-la-chapelle) engenharia mecânica e construção aeroespacial. Conhece a Alemanha tão bem como a sua algebeira. Desde então tornou-se o grande especialista de High-Tech na Indonésia e um grande admirador da Alemanha. Com 61 anos viveu quase vinte na República Federal.

«Uma vez acabados os estudos foi para a construção aeroespacial em Hamburgo, mais tarde engolida pelo monopólio armamentista Messerschmidt-Bölkow-Blohm e hoje «Aerospace Airbus S.A.R.L.». Em 1978, Suharto colocou-o em ministro da Tecnologia. O novo presidente do império das três mil ilhas possui uma luxuosa vivenda perto da cidade alemã de Stade e fala correntemente alemão. Os seus dois filhos também estudaram na Alemanha. As ligações entre o «clan» e o rio Elba continuam intactas.

«O muçulmano Habibie, não é uma figura insuspeita. Con-

Wiranto, ministro da Defesa e o actual responsável pelo apoio do exército às milícias pró-indonésias que diariamente massacraram os timorenses respondeu que «continuará fiel ao dever das Forças Armadas de protegerem Suharto e a sua família». A fortuna acumulada pelo ditador em décadas de repressão é calculada em cerca de 30 a 40 mil milhões de dólares. Só a companhia nacional de petróleo «Pertamina» tem cerca de 120 contratos com firmas da família. Quando o Banco Central da Ásia, o maior banco privado da Indonésia que se encontrava nas mãos de dois filhos do ditador, entrou em crise, o Estado acorreu a ajudá-lo, tomou conta do banco e assumiu o pagamento das dívidas.

Mas o general Wiranto não é o único «guarda-costas» da fortuna e da família dos Suhartos. Só em 1998 o ministério alemão da Economia autorizou noventa e dois fornecimentos de armamento à Indonésia no valor de 806 milhões de marcos. A política armamentista e de reforço do aparelho militar praticada pela Alemanha na Turquia ou na Albânia no quadro da NATO repete-se em Jacarta como demonstrou o «Monitor»:

«O general Prabowo Subianto, antigo chefe das unidades especiais do exército indonésio que em Timor-Leste têm espalhado o medo e o terror, recebeu a sua formação em 1981 no quartel das tropas de elite alemãs GSG-9 em Hangelar perto de Bona. Mas as armas daquelas unidades especiais da Indonésia também foram legalmente enviadas pela Alemanha como metralhadoras, cerca de mil espingardas de precisão da marca «Heckler & Koch», o helicóptero da firma MBB, construído sob licença alemã na Indonésia, ou ainda as fragatas das Forças Armadas da ex-RDA.»

E o «Monitor» prossegue:

(...) «Anteontem (10/9/99) a polícia atacou brutalmente em Jacara os manifestantes que protestavam contra a política do governo em relação a Timor-Leste.»

(...) «A uma pergunta do Bundestag de 8 de Fevereiro de 1999 o governo respondeu que neste momento oficiais superiores do exército indonésio recebem treino na polícia alemã em Berlim. O objectivo é a preparação, execução e avaliação de manifestações. O ministério dos Negócios Estrangeiros apoia este projecto com meios financeiros de um fundo especial.»

A situação é tão grave que o juiz australiano John Dowd exigiu a suspensão imediata pelo governo de Bona dos «acordos comerciais e da formação da polícia indonésia»... acrescentando que «temos de compreender que as pessoas são mais importantes do que o lucro».

O risco de ver repetido com as milícias pró-indonésias o escândalo da ajuda militar à Albânia e do controlo da UCK pelos serviços secretos alemães é mais que evidente. É neste contexto que têm de ser entendidas as declarações do general Wiranto de que «as milícias não são bandos de criminosos mas defendem apenas princípios fundamentais» ou a confirmação pelo ministro da Defesa, Scharping, numa reunião de oficiais das Forças Armadas (11/9/99) que «se vier a constituir-se uma força de intervenção em Timor, a Bundeswehr não fará parte desse contingente».

Mas também os Estados Unidos mantêm a sua mão protectora sobre o exército indonésio, apesar das declarações teatrais do Pentágono de cortar relações militares com Jacarta. Segundo o «New York Times» o general Schelton, chefe do estado-maior das Forças Armadas, está em permanente contacto com o general Wiranto.

O correspondente em Nova York do «Neus Deutschland» (10/9/99) constata que «a ligação que se mantém há décadas entre o departamento da Defesa e os generais indonésios dura já desde o tempo da guerra fria. Desde o levantamento em Timor-Leste é o Pentágono quem dirige as operações».



cebeu projectos num valor de vários milhares de milhões que deveriam aproximar a Indonésia do clube dos países industrializados e de tecnologia avançada. A gigantesca fábrica metalúrgica de Krakatu, os projectos de biotecnologia e de um avião supersónico indonésios consumiram enormes somas de dinheiro que acabaram por fazer falta ao desenvolvimento do país.

«Continua sendo um fiel vassalo de Suharto o que não lhe confere um bom cartão de visita. Pelo contrário: foi um dos maiores beneficiários do sistema. Mais de oitenta firmas são controladas pela família Habibie e além disso possui numerosas participações em empresas do antigo ditador. Teve um voo com uma descolagem vertical ao ser nomeado em Março de 1998 vice-presidente em Maio Chefe de Estado.»

O general Wiranto «guarda-costas» dos Suhartos

Quando o líder da oposição Amiens Rais incitou Suharto a restituir ao povo 95 por cento da sua fortuna pessoal, o general

Aço que esmilha

■ Modesto Navarro

Era uma barra mais cara, quase redonda. Comprávamo-la no armazém do Trigo, no cimo da vila. De lá trazíamos outras barras, mas diferentes, de ferro, para o trabalho quotidiano. Dessa barra especial, de aço, fazíamos os ponteiros e as talhadeiras. Tratava-se de uma tarefa complicada e estimulante. Primeiro, preparávamos a parte que haveria de fazer furos, as craveiras, ou o espalmado e afiado cortante. Depois, procedíamos à separação da peça. Quinze ou vinte centímetros de aço eram retirados da barra, cuidadosamente, em cortes operados em cada face. Aí ficava o pedaço do novo ponteiro, ou da nova talhadeira, preso na tenaz, pronto para ser ainda mais trabalhado pelo martelo do forjador, na ponta ou no cortante, bem preparado na medida certa e limado até chegar o momento da têmpera.

Ainda vi os grandes mestres usarem areia fina para conseguirem o ponto sagrado dos veios azuis e brancos a crescerem pelo aço, até serem cristalizados no final da peça, medida na água fria e fumegante e logo retirada, até à imersão total.

De tempos a tempos, acontecia comprarmos uma barra que não era boa matéria. O aço era fino demais e partia a cada passo, depois da têmpera, ou, mais grave ainda, esmilhava em muitas partículas perigosas, que podiam magoar-nos e, até, cegarem quem fosse atingido. Tenho um bocadinho desses ainda guardado no dedo central da mão esquerda...

Perante este aço, após várias experiências de têmperas mais suaves, os mestres acabavam por ficar irritados e eram concisos a retirar as peças feitas e toda a barra do serviço. Daí surgiu aquela frase que eles aplicavam, e nós aplicámos, a quem aparecia na oficina e era muito vivaço e não se calava, sempre a dar sentenças. Se havia pessoa assim, que tudo parecia saber e queria esmagar o próximo com essa sabença, lá vinha, sobretudo quando falhava na previsão ou no acto de fazer, a frase assassina: «És tão fino que até esmilhas!...»

Um deles, com quem privei de perto, foi Miguel Portas. Mas também houve um Ferro Rodrigues, o tão conhecido Fefé, que tinha duas ou três vezes mais fé de revolucionário e nos pregava catalinárias de duas horas, no mínimo, sobre como não ser reformista e fazer a revolução a todo o vapor. Também me lembro de Isabel do Carmo e de um trio de advogados, no tempo, que pediam armas num célebre plenário de 1973, em Odivelas, quando se tratava apenas de decidir se devia ou não o Movimento Democrático, a CDE, ir às urnas.

Poderíamos lembrar Pina Moura, fino operador da revolução, e tantos outros «ponteiros» e «talhadeiras» que passaram, estiveram, ensinaram e andaram, até esmilharem definitivamente, deste ou daquele modo. Uma «talhadeira» dessas eu vi, há tempos, toda laranja, lampeira e moderna, agora uma «tia» caricata, a andar de jipe em acelerado, nas ruas de Lisboa...

Miguel Portas teria doze ou treze anos quando apareceu na Cooperativa Cultural Devir, em Lisboa, e deu logo nas vistas, a fazer discursos entusiásticos e iluminados. Era um jovem a despertar e, como tal, foi acarinhado por tantos e tão poucos, ao longo dos anos. Fui e sou seu amigo e tive muitas vezes, e tenho, perante ele, o olhar e o sentimento que me vinham de dentro, face aos ponteiros e às talhadeiras da forja que partiam e esmilhavam a cada momento.

Aço tão fino que dava e dá pena perder-se assim, em discursos e conversas iluminadas e fugazes. O tempo, esse grande mestre, mostra o aço verdadeiro do trabalho, não o mítico, nem o estalinista, mas aquele que acompanha as coisas e as pessoas, que vai mudando e conhecendo, que abre novos caminhos onde age e observa os outros, a massa que trabalha, sofre e que, nos vários quadrantes e forjas da vida, vai furando e vai cortando, sem perder o tino, sem cometer assim tão grandes erros que não valha a pena ver de novo, avaliar o que é já, ou ainda, avaliável, prosseguir sempre lado a lado com os que também sofrem, trabalham e agem quotidianamente, tantas vezes no mais espesso silêncio e ocultação do que fazem.

Outros aços finos têm-se aguentado e vão reavivando como podem as têmperas do equilíbrio. Há alguns por aqui e por ali. Mas, quanto a certos iluminados que por aí apareceram e aparecem, fez e faz pena vê-los descrever tantas curvas no horizonte das promessas e das demagogias para depois se enterrarem no mar extenso e negro da incapacidade e da ausência de tudo, a começar pelo bom senso.

Quando foi das eleições europeias, se tivesse encontrado algures Miguel Portas, ter-lhe-ia dado uma pequena palmada à transmontana no ombro e ter-lhe-ia dito: «Estás a ver, Miguel, chegou a altura de fazeres o que os outros já fizeram. Deste, deram os que à volta de ti e de outros gravitaram, um deputado ao PSD e ajudaste e ajudaram a tirar ao PCP e ao Parlamento Europeu um deputado valiosíssimo como era Sérgio Ribeiro.»

Esse o pobre destino dos «aços finos» que por aí agora andam, de novo, em Lisboa, em Setúbal, no Porto e noutros lados. São tão finos que esmilham e deixam no rasto, depois de passarem e andarem, partículas de cansaço, de desgosto e de desistência. No fundo estará, nas suas posturas e discursos, aquilo que pode ainda, e sempre, ser chamado como laivos, ou coisas mais sérias, de raiva contra os que são, de facto, trabalhadores e operários da revolução e da resistência ao sistema violento e destruidor em que vivemos.

Esmilham e estragam ânimos onde podem. Espalham o desespero e a desistência nos velhos e novos crédulos, cegos perante o brilho afinal já descendente destas estrelas e cometas. Gente que é, obviamente, enquanto dura e estilha, acarinhada pelos órgãos de comunicação atentos e agradecidos pelos papéis desmobilizadores e confusos que desempenha. Cuidado com as estilhas destes aços que queimam à passagem e se esmilham em hossanas de génio e pesadelo. Um pedacinho de aço tão «fino» pode até cegar, quando não nos precavemos perante o eclipse do sonho revolucionário que trazem nas algibeiras rotas de vaidade e de consumo do ego.



Havia aço excelente, que dava ponteiros e talhadeiras que nos acompanhavam, dia após dia, nas quatro ou cinco horas de forja. De tempos a tempos, era necessário afiar ponteiros que iam cedendo e ficando rombos, ou talhadeiras que deixavam de cortar o ferro em duas ou três pancadas do malho, como se lhes pedia. Lá vinha a têmpera, de novo, na bacia de água, à porta da forja, e os veios percorriam outra vez o aço até ficarem cristalizados onde os queríamos.

Pronto, vem isto à minha memória desde há muitos anos, perante fenómenos idênticos na vida cultural e política. Nós vimos surgir de diversos quadrantes e serem mais finos que o aço mais puro, a saberem tudo antes de todos, a aprenderem o sol e a lua e as ideias dos universos mais longínquos ainda era noite escura para a grande massa. Tornavam-se estrelas e cometas num instante e o mundo nunca mais era o que era.

O que espera de Deus o presidente Fernando Henrique

Vão de mal a pior as coisas no Brasil. A reabertura do Congresso, após as férias de Julho, tornou mais transparente a gravidade de uma crise que o poder central tenta sem êxito mascarar. Nos meses de Junho e Julho, o movimento da Bolsa de São Paulo, a principal da América Latina, caiu 23,5%, um recuo que expressa bem a desconfiança do grande capital e dos especuladores. O desemprego na gigantesca cidade apresenta índices alarmantes. Na indústria, o primeiro semestre do ano foi muito mau e as perspectivas a curto prazo são sombrias. A produção global foi inferior 3,2% em relação à do mesmo período do ano anterior. A queda pode parecer pequena, mas em sectores de importância decisiva como a indústria automóvel e a dos electrodomésticos a produção caiu 18%.

O governo federal patrocina a instalação na Bahia de uma nova fábrica da Ford, apresentada pela propaganda como uma das mais modernas do mundo, no tocante à tecnologia, nomeadamente ao processo modular de produção. O Banco Nacional do Desenvolvimento Económico e Social garante que a empresa está apta para receber um empréstimo de 700 milhões de reais (o dólar está cotado a cerca de 1,85 reais), mas ainda nem sequer recebeu o projecto defi-

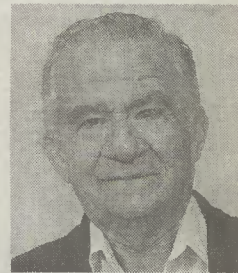
rentabilidade média de 15 dos maiores bancos do país está em 35,3%, «a maior até hoje registada». Esse desempenho excepcional deve-se à desvalorização cambial e aos altos juros. Por outras palavras, a crise foi altamente benéfica para a banca. Enquanto o povo aperta o cinto, os grandes bancos acumulam lucros fabulosos.

Não obstante a sua política ter empurrado o país para uma crise cuja gravidade não pode ser ocultada, o governo de FHC, agora recauchutado, insiste em fazer a apologia das receitas da globalização neoliberal. A defesa de algumas das empresas de serviços que foram privatizadas em sectores nevrálgicos coloca, porém, o governo em posições insustentáveis. É o caso dos telefones. O serviço caiu no caos. Não cabe aqui entrar na análise das responsabilidades. Mas desde que a Telefónica da Espanha tomou conta desse segmento das comunicações, o telefone, pelo menos nos grandes Estados do Sul, tornou-se um desafio e uma tortura para os usuários.

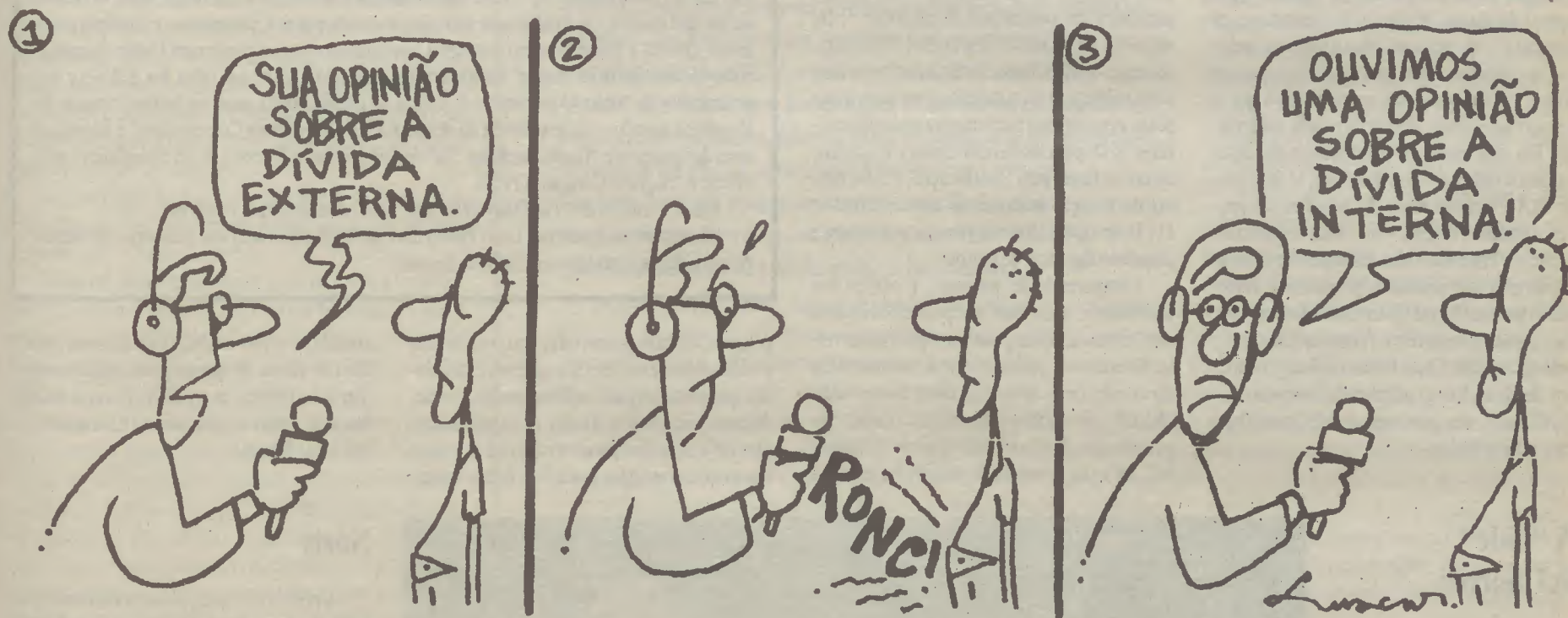
O governo, que na sua propaganda associa a privatização de serviços públicos a uma era de modernidade e eficaz-

Sem Terra emerge como prólogo de outras, maiores, irresistíveis, que na longa duração da história vão destruir a velha ordem. O combate dos Sem Terra começou já a abalar as raízes de um sistema anacrónico, que, sem muita consciência disso, assume e tenta perpetuar a herança colonial.

A história não se repete. Mas o corajoso desafio do MST traz à memória a luta morosa e difícil dos brasileiros que no final do século XIX souberam compreender que era preciso pôr com urgência termo à escravidão. Os apelos à repressão dos modernos latifundistas (quase todos endividados até à medula ou falidos), e das forças obscurantistas que os apoiam, fazem lembrar os senhores do Império que há pouco mais de um século exigiam a intervenção do exército contra os negros foragidos que buscavam refúgio em quilombos semeados pela vastidão do território. Responderam então os generais aos apelos da reacção mais obscurantista da época: «O exército não é capitão do mato» (nome dos capangas que perseguiam os escravos em fuga).



■ Miguel Urbano Rodrigues



nitivo da futura fábrica. Entretanto, tal como informei em artigo anterior, é já uma certeza o encerramento pela Ford da sua fábrica de São Paulo. Falta fixar a data e o montante exacto das indemnizações que a empresa se comprometeu a pagar aos trabalhadores após a greve que eles deflagraram em defesa dos seus direitos.

Quanto à modernidade, a questão é polémica. Segundo o «Financial Times», de Londres, as inovações técnicas não serão impeditivas da terceirização da linha final de montagem na futura fábrica, tal como a Ford procede noutros países do terceiro Mundo.

O aumento do preço dos combustíveis, já decidido, será superior ao que inicialmente se previa. Nas refinarias a gasolina subiu 9%. O motivo do aumento - o quinto do ano - é bem conhecido. O governo tenta cumprir a promessa feita ao FMI de economizar 30 mil milhões de reais para o pagamento de juros da dívida pública. Quem vai pagar a factura, claro, é, mais uma vez, o povo brasileiro. Desde Janeiro os combustíveis registaram um aumento médio de 62,3%, mais de seis vezes superior ao índice da inflação no mesmo período, estimado em 9,96%.

Outro sector que será atingido pela política de redução de gastos públicos imposta pelo FMI será quase certamente o da Educação. O projecto de reforma tributária prevê uma redução acentuada das verbas atribuídas a esse sector estratégico.

Seria uma ingenuidade concluir que essa política de «austeridade» oficial afecta por igual todos as áreas da vida económica. Tal não acontece. A banca privada atravessa uma fase de prosperidade florescente. Segundo um estudo efectuado pela Austin Asis, uma empresa de consultoria, a

cia, cruza os braços perante o descalabro telefónico. Não cumpre o anunciado papel de agente regulador e fiscalizador. Assiste, impotente, ao desastre.

O combate do MST

Não é surpreendente que neste contexto de crise - uma crise que afecta a idiossincrasia de um povo que cultiva como poucos a alegria de viver - os jornais sejam um arquivo de escândalos, de podridão, de crimes. A violência nas grandes metrópoles cresce em progressão geométrica. Em São Paulo o número de assassinios aumentou 42% no último ano. Segundo o comandante da Polícia, esse acréscimo dos crimes de sangue resulta sobretudo do facto de os cidadãos atacados por marginais reagirem cada vez mais aos assaltos, defendendo-se.

Talvez somente na África do Sul a violência atinja hoje níveis comparáveis ao registado em São Paulo e no Rio de Janeiro. O panorama assusta e deprime, por inseparável da miséria, que também cresce de maneira avassaladora. Por si só o espectáculo oferecido pelos milhares de pessoas que, em pleno inverno, dormem nas ruas retrata a escalada do desespero numa sociedade que, segundo a Unesco, é hoje a mais injusta do mundo.

Neste panorama, a luta dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, agrupados no MST, ilumina a escuridão social com um luar de esperança. Nesses dias milhares deles convergiram sobre Brasília numa gigantesca e lenta marcha de protesto e alerta acompanhada com atenção pelo povo brasileiro.

Não estamos - repito o já afirmado noutro artigo - em vésperas de uma revolução. Mas a luta do Movimento dos

O MST - possível embrião de um grande partido político - sabe que a reforma agrária é condição indispensável da democratização real da sociedade brasileira e do progresso neste país-continente.

Luta por esse objectivo, tentando ultrapassar dificuldades enormes resultantes tanto de carências materiais e de organização, como do próprio nível, muito insuficiente, da consciência social da maioria dos seus membros, o grande exército sem armas dos camponeses sem terra.

O estrondo dessa luta assusta cada vez mais o Poder. O Governo desejaria reprimir com dureza as acções do MST. Mas teme iniciar um processo de desfecho imprevisível. Entretanto, contra ventos e marés, as ocupações de terras improdutivas prosseguem. O Movimento entra nas Universidades, participa em debates como o da «Realidade Brasileira», promovido pela Unicamp, em Campinas, sensibiliza não apenas as grandes massas mas conquista o apoio de amplos segmentos da intelectualidade.

O medo do Poder, numa sociedade imperializada, cuja classe dominante, sem autonomia nem imaginação, aplica docilmente as receitas neoliberais que lhe chegam de Washington, aumenta de semana para semana.

É um medo difuso, covarde, que leva já ateus assumidos a voltarem-se farisaicamente para Deus, pelo menos ritualmente, em cerimónias públicas, num alinhamento com a direita ultramontana, na esperança de ajudas miríficas capazes de os ajudar a enfrentar da pior maneira problemas sociais que os assustam. Foi o que aconteceu com o próprio presidente Fernando Henrique, materialista toda a vida, mas agora a fazer, seráfico, o sinal da cruz na catedral de Brasília durante uma missa de homenagem a um político falecido. Que esperará ele do bom Deus?

No Ulster: Perante as propostas de reorganização da polícia

■ Manoel de Lencastre

Os protestantes entram em pânico

Perdição a possibilidade de constituir-se o governo local previsto pelos Acordos de Sexta-feira Santa (1998), em Julho passado, a situação na Irlanda do Norte agravou-se. Mas o país foi para férias e todos os sectores políticos da Grã-Bretanha, do Ulster e da República da Irlanda tiveram tempo para pensar. A “rentrée”, porém, apresenta-se problemática e confusa como sempre.

Depois da agitação criada pelas marchas anuais dos orangistas em celebração das vitórias protestantes de há 300 anos, a realidade chegou com uma incompreensível campanha dos partidos unionistas para a demissão da secretária de Estado, Mo Mowlam. A atmosfera em Belfast está verdadeiramente ao rubro, como é usual dizer-se.

O problema dos protestantes com Mo Mowlam reside no facto de que esta recusou a acusação de ter o IRA violado o cessar-fogo, apesar de alguns incidentes comentados com emoção e o oportunismo. Mas a ministra declarou que não via razão para eliminar o partido Sinn Fein das próximas negociações a que o senador americano, George Mitchell, vai presidir. Em desespero, os unionistas-protestantes exigem o fim da política de libertação de presos do IRA e o afastamento do Sinn Fein do processo político em geral – ou o desarmamento do primeiro. Por outro lado, mostram-se extremamente nervosos perante as propostas de reforma da polícia (Royal Ulster Constabulary) que, na passada quinta-feira, foram apresentadas, pelo seu relator, Chris Patten (último governador de Hong Kong) o chamado ministro mais “civilizado” dos governos de Margaret Thatcher e John Major.

mente, substituídas, para que passe a reflectir-se a neutralidade da nova polícia; 3) Os reservistas a tempo inteiro serão dispensados; 4) A actual “Autoridade para a Polícia”, um organismo de supervisão que também não era neutral, será substituída por uma Direcção-Geral da Polícia em cujo funcionamento o Sinn Fein estará representado; 5) As bandeiras da Grã-Bretanha e as fotografias da rainha, serão retiradas das esquadras; 6) As delegações locais da nova Direcção-Geral incluirão membros dos partidos e das populações respectivas; 7) Os efectivos serão feitos descer de 13 000 para, somente, 8000 polícias; 8) Será instituída uma nova política de recrutamento com vista a que possa atrair-se uma percentagem maior de católicos; 9) Os polícias deverão exibir o respectivo nome, na farda, para identificação; 10) Os centros de detenção de terroristas serão encerrados; 11) Usar-se-ão alternativas que permitam o abandono das balas de plástico.

Compreende-se, portanto, o pânico dos protestantes. a sua base de apoio efectivo para dominar a sociedade pode começar a dissolver-se. Se esta nova polícia chegar a conhecer a luz do dia, deixarão de poder contar com a velha “RUC” cujo catálogo de arbitrariedades não poderia reproduzir-se nestas páginas do “Avante!”, tal a sua extensão. A verdade é que sem a

Nova forma de juramento para a polícia

“Eu... solene e sinceramente, declaro e afirmo que com toda a lealdade cumprirei os meus deveres de polícia e que no desempenho dos mesmos agirei de maneira equilibrada e íntegra, com imparcialidade, na defesa dos direitos humanos fundamentais tratando com igual respeito todos os cidadãos e todas as cidadãs e as suas crenças e tradições.”

Como era de esperar, os protestantes reagiram contra este texto que elimina a fidelidade à rainha e ao Reino Unido. Alguns, disseram que “a Irlanda do Norte seria transformada na Albânia do Norte quando a nova polícia começasse a ser dirigida por terroristas”. Outros, garantiram que o Ulster entraria na “classe dos territórios ingovernáveis querendo dizer, evidentemente, que passará a sê-lo desde que não seja governado por eles, protestantes e fanáticos unionistas. Quanto à forma do novo juramento, recordaram o que se passou em Dublin quando o então “Estado Livre da Irlanda” viu a luz do dia deixando o Ulster nas mãos dos ingleses e dos protestantes do Norte. O juramento da polícia de Dublin, ainda antes do estabelecimento da República quando a polícia deixou de denominar-se “Royal Irish Constabulary” e adoptou a nova designação de “Garda Síochana”, deixava de prestar-se à pessoa do rei de Inglaterra para evocar o “Sagrado Coração” (1923).

Um dos leitores de “The Daily Telegraph”, em carta ao jornal, escreveu:

“O relatório assinado por Chris Patten deve ser visto como uma das mais abjectas formas de rendição ao terrorismo em todos os tempos.”

polícia a seu lado, jamais teria sido possível aos protestantes o exercício dos poderes draconianos que possuem para explorar, roubar, aviltar, diminuir, humilhar e ofender os cidadãos simples do Ulster. Foi para a protecção dos mais fracos e desprotegidos que o IRA entrou na luta

armada. E é por conhecer muitíssimo bem o ódio de classe de que os protestantes sempre têm feito prática, que o IRA recusa a entrega dos seus stocks de armamento e de munições. Era o que faltava!

A “Pide” vai morrer

A “Royal Ulster Constabulary” tem sido o esteio e o sustentáculo do poder dos protestantes no Ulster. Os seus efectivos são constituídos por 90 por cento de homens escolhidos pela sua adesão à causa dos orangistas, unionistas, monárquicos e calvinistas. Só 10 por cento são católicos. E assim se explica que os protestantes tenham desde sempre vivido com as costas quentes para poderem apropriar-se de tudo o que vale a pena explorar na Irlanda do Norte, para monopolizarem os empregos, os negócios, a administração, a indústria, as finanças, deixando aos católicos os trabalhos auxiliares e secundários, a miséria, a vida numa atmosfera de intolerância e repressão.

As propostas de Chris Patten, que estão a ferir o orgulho e os interesses dos protestantes, são as seguintes: 1) desaparece o nome “Royal Ulster Constabulary” que será substituído por “Serviço de Polícia da Irlanda do Norte”; 2) as insígnias, a farda e a forma de juramento que se presta no início da profissão, serão, igual-



Nazis

A polícia do Ulster, na sua forma ainda presente, foi formada há 77 anos e posta a funcionar por decreto do rei George V. As suas funções, dizia-se, consistiam no exercício de actividades policiais normais numa sociedade civilizada. Mas cedo ganhou fama por dedicar-se a acções repressivas, de espionagem, de perseguição aos sectores políticos não unionistas e não protestantes. As agressões a cidadãos indefesos ficaram conhecidas. Tal como a sua-antecessora, a “Royal Irish Constabulary”, dispôs sempre de largos stocks de armas de fogo que utilizou em múltiplas ocasiões, mas sempre na defesa dos protestantes. Num relatório elaborado em 1936 por alguns parlamentares liberais e advogados, e feito publicar pelo “National Council for Civil Liberties”, a “RUC” era acusada de partidarismo, abuso de poderes, práticas de acções de busca e perseguição, e interrogatórios ilegais. Considerou-se, igualmente, que os actos arbitrários da polícia da Irlanda do Norte colocavam sobre a Constituição do Estado britânico a sombra permanente daquilo a que podia chamar-se uma autêntica máquina ditatorial.

Em 1969, quando a guerra começou a atingir proporções alarmantes, surgiram nas ruas de Belfast e das outras principais cidades do Ulster, os famosos “B Specials”, os tais reservistas profissionais, que espalharam terror e morte nas ruas e nos bairros católicos mostrando, claramente, que o poder dos protestantes nunca recuará diante de medidas drásticas e assassinas próprias dos nazis, para defender o seu poder e os seus privilégios. O pânico de agora, em Setembro de 1999, compreende-se.

■ Carlos Amaro

O Desenvolvimento Rural no âmbito da reforma da PAC/Agenda 2000

O encerramento do *dossier* Desenvolvimento Rural no âmbito da Agenda 2000, com a fixação dos montantes financeiros destinados ao chamado 2.º pilar da PAC (40 milhões de contos/ano), é manifestamente negativo para a agricultura e os agricultores portugueses, e culmina o rotundo fracasso do Governo do PS no processo de revisão da PAC, face aos seus próprios objectivos.

No plano financeiro permanece o gritante desequilíbrio entre Estados membros, entre regiões e entre explorações, com a exclusão das medidas de modulação e plafonamento das ajudas.

No plano da produção, os sectores que o Governo considerou, e bem, prioritários (culturas mediterrânicas), foram praticamente excluídos da reforma da PAC e continuam a ser discriminados nos apoios financeiros, avaliação esta que não pode ser iludida com os limitados aumentos de área do olival e da vinha obtidos. Relativamente aos cereais, o aumento de área de trigo duro não pode iludir o absurdo da aceitação do aumento de 60 mil hectares de regadio com o limite de produtividade fixado para a produção de sequeiro.

As dotações financeiras, que agora se conhecem, afectadas ao Desenvolvimento Rural completam definitivamente a derrota do Governo.

Mas, tal como em relação à revisão das Organizações Comuns de Mercado (COM), o Ministro da Agricultura procura ocultar a realidade e envereda por um discurso mistificador da opinião pública e, sobretudo, dos agricultores.

Proclama vitórias, comparando os montantes obtidos agora com os montantes obtidos em 1992. Em primeiro lugar, os montantes consagrados ao Desenvolvimento Rural na revisão da PAC de 1992 não constituem termo de referência. Em 1992 as medidas que se incluem no âmbito do Desenvolvimento Rural eram medidas complementares e, na reforma actual, assumiram outro estatuto, sendo consideradas o 2.º pilar da Reforma da PAC/2000. Em segundo lugar, independentemente desta dimensão, qualitativamente nova, que se procurou conferir ao Desenvolvimento Rural, os montantes que seriam comparáveis, se a situação não se tivesse alterado, não seriam os da Reforma da PAC/1992 com os da Reforma da PAC/2000, mas sim estes com os montantes resultantes do aumento das ajudas às medidas agro-ambientais obtidas a partir da proposta de 1998, do anterior ministro da Agricultura.

Ora, a situação alterou-se. A redução de preços resultantes do objectivo de crescimento ilimitado da competitividade, que o modelo produtivista impõe, cria um crivo ainda mais selectivo da sobrevivência dos agricultores no mercado agro-alimentar, alargando assim o universo dos potencialmente interessados nas medidas que se inserem nas políticas de Desenvolvimento Rural.

Acresce também que este universo é ainda alargado porque o critério de elegibilidade para acesso a estas ajudas, com excepção apenas da reforma antecipada, passou dos agricultores a tempo principal para todos os agricultores.

É neste quadro de referência que os resultados obtidos no âmbito do Desenvolvimento Rural terão de ser considerados gravemente lesivos dos interesses da agricultura e dos agricultores portugueses, constituindo mesmo um retrocesso relativamente à situação anterior. Também neste plano, o País saiu prejudicado pois, em muitas regiões, as políticas de Desenvolvimento Rural são de capital importância para os equilíbrios ecológicos, demográficos e espaciais do território, nos quais a preservação do tecido social e produtivo agrícola constitui um factor reestruturante.



Imprensa Nacional Casa da Moeda Futuro a prazo?

Sem ouvir nada nem ninguém e com diversos atropelos à legislação em vigor, o Governo decidiu avançar com a transformação da Imprensa Nacional Casa da Moeda (INCM), até agora empresa pública, numa sociedade anónima. Os objectivos desta medida suscitam sérias preocupações aos trabalhadores da INCM, cujos representantes não foram ouvidos, tanto mais que pouco antes da alteração do estatuto da empresa foi publicada uma portaria cedendo, a título definitivo, os prédios da INCM para instalações dos seus serviços. Em texto enviado oportunamente à nossa Redacção, que a seguir se reproduz, os trabalhadores interrogam-se quanto ao seu futuro e ao da própria instituição.

«A INCM, com o estatuto de uma empresa pública, sólida e de particular interesse, não só pelas edições e funções públicas que exerce mas também pela qualidade daquilo em que se envolve, é uma instituição com profundo sentido de responsabilidade. O pessoal por ela formado tem definido padrão de profissionalismo. Este profissionalismo tem sido vital para a chave do «negócio» e aceitação, com grande mérito, a nível nacional e internacional.

«O Governo, e apenas a consenso político, determina que não vale a pena manter esta estrutura onde o rigor e determinação predominam. Ultrapassam-se todas as éticas com uma presunção e poder que põem de lado todos os que ainda tentam acreditar em honestidade e brio político. Esta imposição, para além de fraudulenta e arrogante, não aproveita sequer o que já tínhamos e sentíamos como património, sendo esse o único garante de um futuro seguro e próspero.

«O ministro das Finanças, no despacho n.º 15833/98, 2.ª Série, de 5 de Setembro, lançou as orientações estratégicas para a passagem da empresa a sociedade anónima. Despacho longo, confuso e contraditório, a definir as alterações até ao ano 2001.

«Não nos bastaram as audiências tidas com os partidos com assento na Assembleia da República, ministro das Finanças e Conselho de Administração para tirarmos ilações do pretendido. Ninguém deu resposta às nossas dúvidas.

«Passados meses continuamos a aguardar a promessa de esclarecimento do representante do partido do Governo, o deputado Gonçalo Velho, que nos diria algo logo «no dia seguinte». O PSD e o CDS também se prontificaram a questionar o Governo sobre as nossas preocupações, mas até hoje nada confirmaram. O único partido que se prontificou a requerer ao Governo informação sobre as nossas dúvidas foi o PCP, na pessoa de Alexandrino Saldanha. Assim o fez, já pela segunda vez, mas também sem obter resposta.

«Sem ouvir nada nem ninguém, mesmo sem ligar às leis em que se insere, o Governo avança com um decreto-lei que passa a INCM, EP para INCM, AS.

«Nos atropelos à lei atrás referidos conta-se, por exemplo, o final do preâmbulo do decreto-lei dizendo que «Foi ouvida a Comissão de Trabalhadores da INCM, EP».

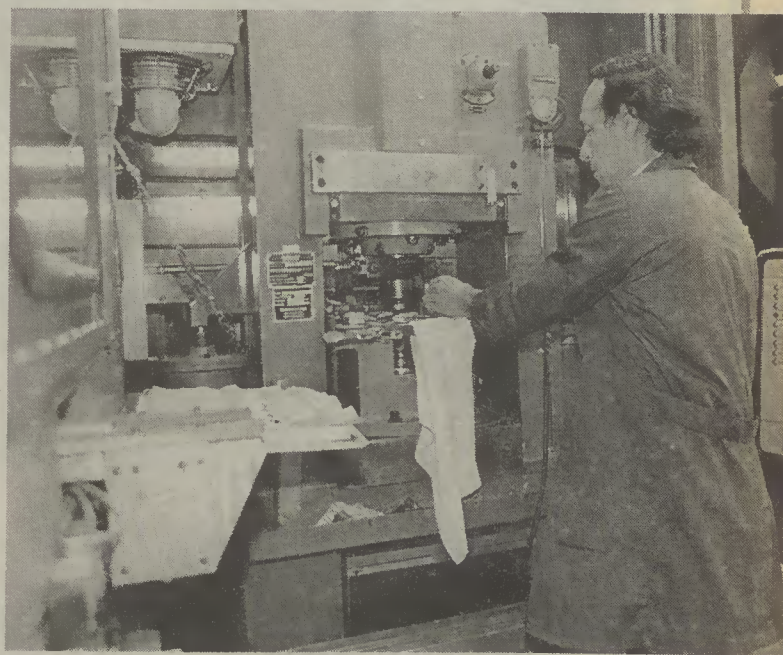
«Gostaríamos que o parecer a que a lei obriga fosse tornado público para sabermos quem foi que o deu. Da Comissão de Trabalhadores não saiu decerto.

«Bem perto da previsão da dita passagem de estatuto da empresa sai a portaria n.º 295/98, no Diário da República, 2.ª Série, de 23 de Dezembro, a ceder, a título definitivo, os prédios urbanos da Casa da Moeda e Imprensa Nacional para instalações dos seus serviços. Com isto, o património desta empresa passa a ter outro valor. Valor esse que enquanto a empresa for exclusivamente do Estado não vem mal ao mundo ter sido doado. A pensar na privatização, o caso já muda de figura.

«O património histórico, embora grande, não seria o aliciante suficiente para os grandes investidores da nossa praça. Com o espaço físico, o assunto é outro. Vale a pena fazer meia dúzia de

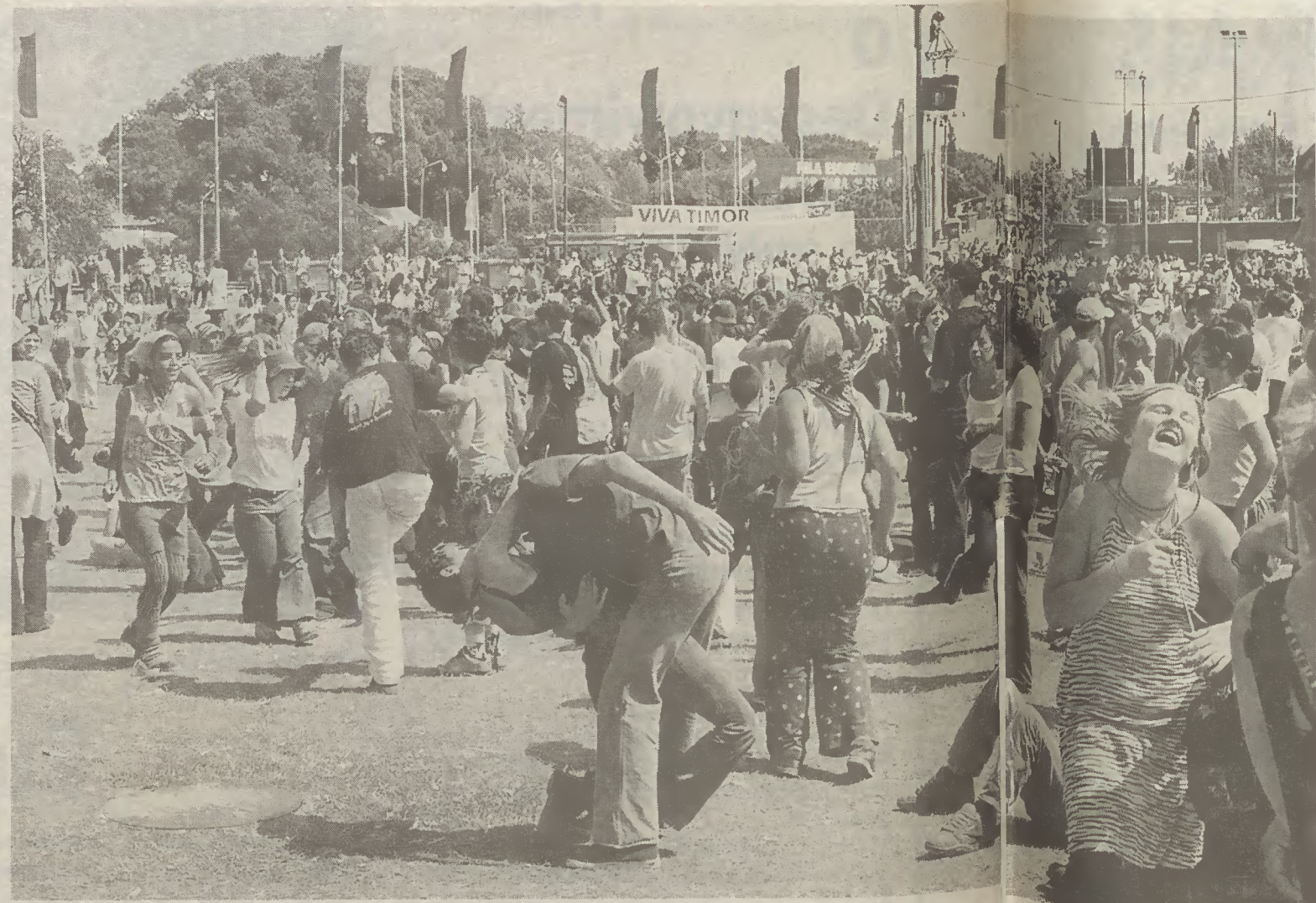
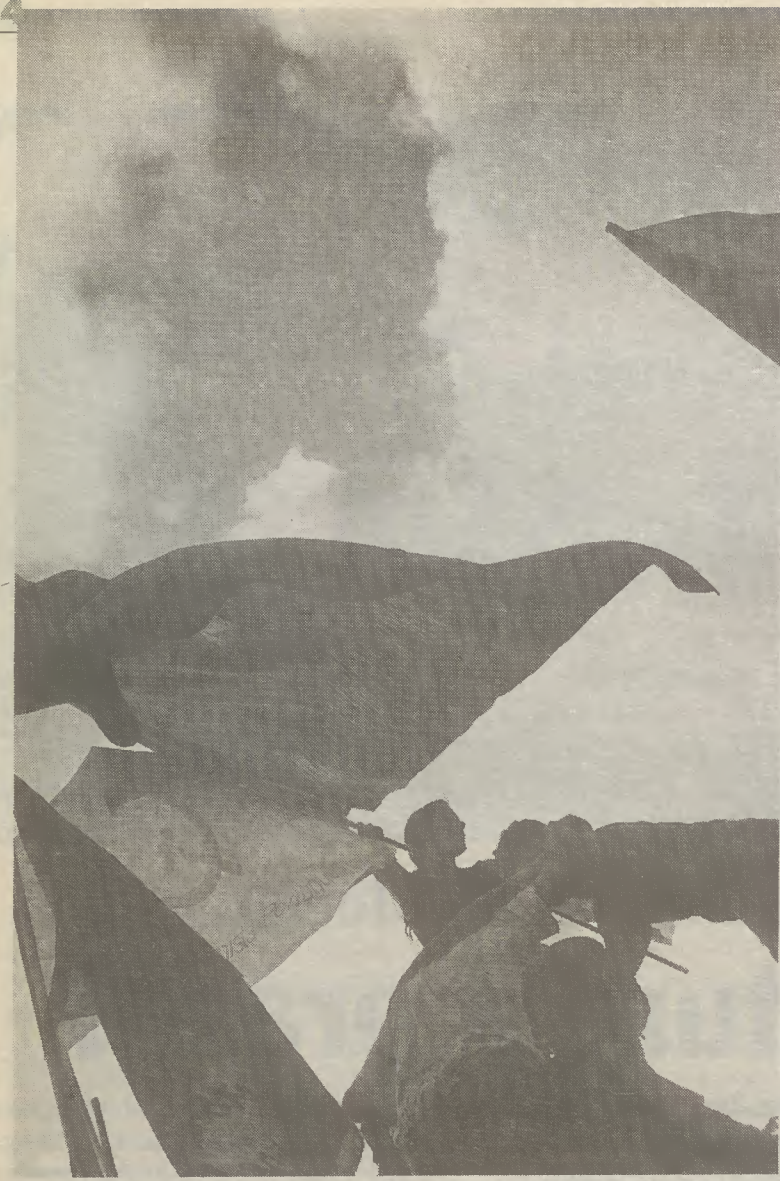
tropelias, iludindo até os trabalhadores dizendo que os absorvem, e os edifícios, que valem uns milhões, serão absorvidos também. A troco de nada delapidada-se o património público. Sim, porque nada destas modificações faz com que sejam melhoradas as condições dos trabalhadores, os serviços se alterem para melhor ou passe a haver mais fiabilidade na qualidade. Pelo menos não nos foi provado isso e daí as nossas interrogações.

«Não será uma etapa com vista a preparar o terreno para posterior privatização dos sectores mais rendíveis desta empresa, com consequências negativas para os seus trabalhadores, lesando os seus direitos e o seu vínculo?



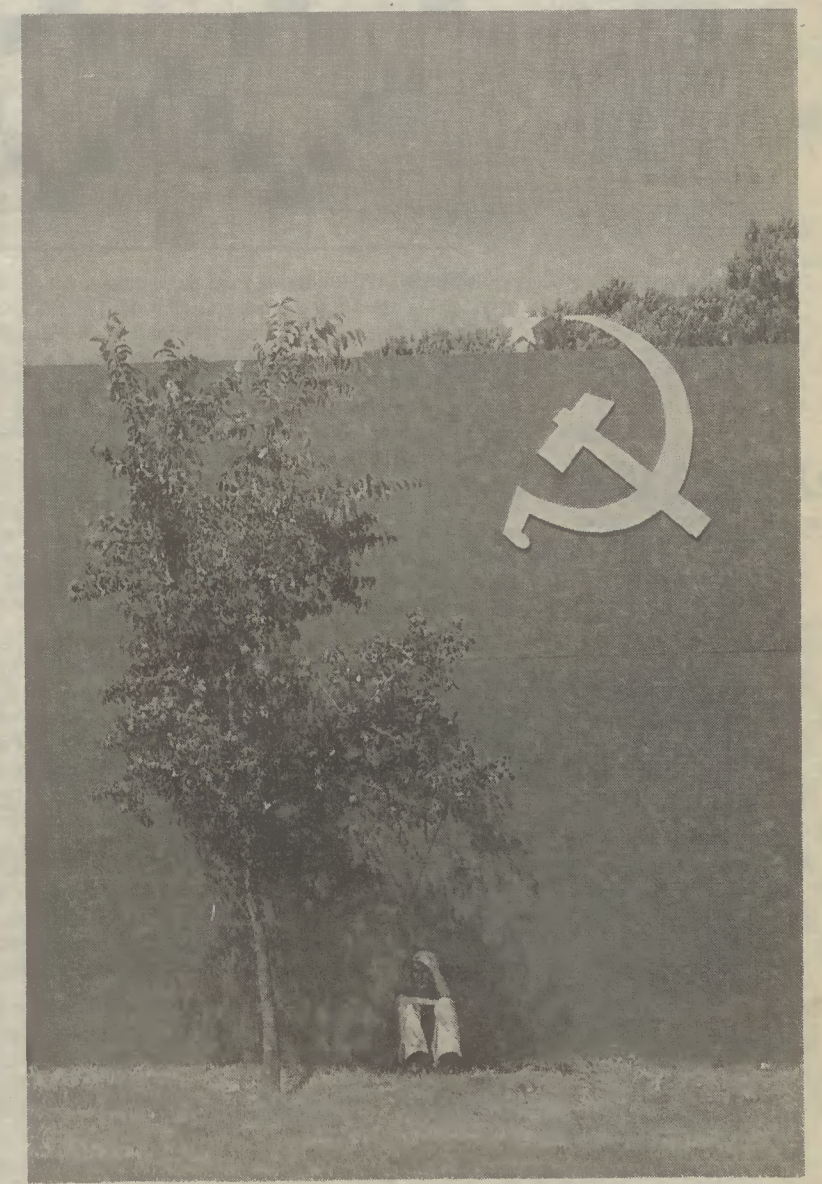
«Nunca nos opusemos à modernização e à reestruturação da INCM. Sempre defendemos a qualidade dos seus trabalhos e a exclusividade de alguns dos seus serviços, assim como a salvaguarda da sua dimensão social. Não queremos o desmantelamento nem a destruição de uma empresa que deve continuar a pertencer ao erário público e a prestar serviços ao mesmo.»

* Aquando da recente visita de Jorge Sampaio à Casa Moeda, a propósito da cunhagem da moeda comemorativa do 25.º aniversário do 25 de Abril, a Comissão de Trabalhadores da INCM deu conta das suas preocupações ao Presidente da República, que prometeu dar a atenção devida a este assunto.



As fotos da Festa

de Jorge Caria
Jorge Cabral
Sérgio Morais
Gonçalo Pereira
Eduardo Gageiro
Teresa Lacerda
e Carlos Nabais



AGENDA

Legislativas '99

FARO

Quinta-feira, 16 – Debate sobre a Ria Formosa, no auditório municipal de **Olhão**, às 21.30 horas, com Carlos Luís Figueira, Carlos Cabrita, Alvaro Pereira e José Marques.

Sexta-feira, 17 – Visita de candidatos a **Alcoutim**, pelas 18 horas, com Carlos Luís Figueira, Mário Sousa, António Goulart e Carina Infante.

– Sessão em **Portimão**, pelas 18 horas, sobre a Ria de Alvor, com Margarida Tengarrinha, Carlos Cabrita e Maria Brites.

LISBOA

Quinta-feira, 16 – Encontro de Luís Sá, Paula Borges e outros candidatos de Lisboa, com os órgãos de comunicação social, às 10.30 horas, no café do Mercado Municipal de **Rio de Mouro**. Seguem-se contactos com trabalhadores e população no **Cacém**, (Melka) **Algueirão Mem Martins** (Samsung).

– Encontro com reformados no **CURPIO-Odivelas**, às 15 horas, com Marília Vilaverde Cabral.

Sexta-feira 17 – Jantar CDU, com António Andrez, às 19.30 horas, no restaurante «A Lagoa», no **Cadaval**. – Concerto Rock, em **Porto Salvo**, SIMPS, às 20 horas.

Domingo, 19 – Debate sobre questões de saúde, às 16 horas, na Quinta da Piedade, na **Póvoa de Santa Iria**.

Segunda-feira, 20 – Apresentação do Manifesto de Intelectuais de apoio à CDU, às 21 horas, no **Palácio Galveias**, com Luís Sá.

– Debate com Odete Santos, no salão paroquial da Igreja do **Monte Abraão**.

Terça-feira, 21 – Apresentação pública do manifesto da CDU do concelho de Odivelas, às 18 horas, no restaurante Mímena, na **Póvoa de St.º Adrião**.

Quarta-feira, 22 – Convívio CDU com trabalhadores do concelho de Odivelas, às 18 horas, no restaurante «Cabaça»

Quinta-feira, 23 – Jantar do Sector da Função Pública, no **CT Vitória**, às 20 horas, com Jerónimo de Sousa.

PORTALEGRE

Domingo, 19 – Almoço Convívio, pelas 13 horas, com Joaquim Miranda, no Salão do Grupo Desportivo de **Foros de Arrão**, seguido de tarde cultural.

PORTO

Quinta-feira, 16 – João Amaral, Honório Novo e Cândida Viana encontram-se com os trabalhadores do Hospital Conde Ferreira e, pelas 11 horas, com os Corpos Gerentes dos Trabalhadores da Função Pública.

Sábado, 18 – Almoço-convívio no **CT da Boavista** com trabalhadores da PT e dos CTT. Esta iniciativa é precedida de um debate com candidatos da CDU, entre as 11.30 e as 13 horas.

– Contacto com agricultores na Feira de **Paredes**, pelas 10 horas, com João Amaral, Honório Novo e Cristiano Ribeiro.

Domingo, 19 – Sessão sobre «Igualdade para as mulheres – uma condição de progresso, no **Parque da Cidade** às 16 horas, (junto ao Lago pela entrada da Av. da Boavista). Participam João Amaral, Honório Novo, Ana Maria Mesquita e as candidatas do Círculo do Porto e ainda Ilda Figueiredo, deputada do PE.



Inauguração da sede da Juventude CDU no Seixal

Sexta-feira, 17, às 21 horas
Praceta Cândido dos Reis

Encontro com ministro cubano

A Associação de Amizade Portugal-Cuba promove, no sábado dia 18, no Hotel Roma, entre as 18 e as 20 horas, um encontro com o ministro cubano dos Negócios Estrangeiros, Filipe Peres Roc.

Iniciativas com Carlos Carolhas

Quinta-feira, 16

– Encontro com jovens agricultores, às 12 horas, na sede regional da CNA de **Vila Real**. – Encontro com a Direcção da Casa do Douro, pelas 15 horas, em **Peso da Régua**.

– Debate com empresários, pelas 17.30 horas, no **NERVIR**, em **Vila Real**.

– Jantar-convívio de activistas e apoiantes da CDU, pelas 20.00 horas, em **Mirandela**, na Escola Secundária. Intervenções dos cabeças de lista de Bragança e Vila Real, e de Carlos Carolhas.

Sexta-feira, 17

– Jantar CDU com apoiantes e activistas do concelho de Cascais, no **GIMBRE** (rua Feliciano Moreira), **Rebelva**, às 20 horas, em **S. Domingos de Rana**.

– Comício em **Alverca**, às 21.30 horas, na Praça de S. Pedro.

Sábado, 18

– Mega-jantar em **Azeitão**, às 20 horas, no Pavilhão das Exposições da ARSET. (Inscrições até sexta-feira, nos centros de trabalho do PCP no distrito de Setúbal).

Domingo, 19

– Carlos Carolhas participa no encerramento do XI Congresso sobre o Alentejo, às 12 horas, no Pavilhão Municipal dos Desportos de **Santiago do Cacém**.

Segunda-feira, 20

– Encontro com os trabalhadores e população no **Tortosendo**, às 17 horas, junto à Fábrica do Ribeiro, na Av. Viriato;

– Jantar da CDU, às 20 horas, no restaurante Pólo Norte, **Guarda**;

– Comício-Festa, na **Covilhã**, às 22 horas, na Praça do Pelourinho, com intervenções de Carlos Carolhas e Luís Garra. (Participação do Grupo Meninos da Avó).

Quarta-feira, 22

– Arruada na **Marinha Grande**, pelas 17.30 horas com partida do CT do PCP.

– Jantar da CDU, pelas 20.30 horas, no Centro Cénico de **Alcobaça**.

Reuniões e plenários

BRAGA – **Quinta-feira, 16** – Reunião da Comissão Concelhia de Esposende, às 21.30 horas, sede do PCP (frente à Caixa Geral de Depósitos).

Sexta-feira, 17 – Plenário de activistas da CDU, em **Amares**, às 21.30 horas, no Edifício dos Bombeiros.

Sábado, dia 18 – Reunião da Comissão de Freguesia de **Vieira do Minho**, às 21.30 horas, nas instalações da Junta de Freguesia.

Domingo, 19 – Plenário de activistas da CDU, em **Fafe**, às 9.30, na Sede do PCP.

SETÚBAL – **Sexta-feira, 17** – Plenário descentralizado de militantes – Fogueteiro – da Célula dos trabalhadores da CM do Seixal, no refeitório dos Serviços Sociais, com Francisco Lopes.

LEIRIA – **Sexta-feira, 17** – Plenário de militantes, pelas 21.30 horas, na **Marinha Grande**, com José Casanova.

LISBOA – **Quinta-feira, 16** – Plenário de militantes da organização dos trabalhadores das estruturas sindicais, às 18.30 horas, no **CT Vitória**, com José Casanova.

– Plenário de militantes da Carris, às 18.30 horas, no **CT Vitória**.

– Plenário de militantes do sector bancários, às 17.30 horas, com Vítor Dias, no **CT Vitória**.

– Plenário de militantes da CM de Lisboa, às 19 horas, no **CT Vitória**.

– Plenários de militantes das organizações de S. Brás e da Venteira, pelas 21 horas, no **CT da Amadora**.

– Reunião alargada do Organismo de empresas de Alenquer, às 17.30 horas, no **CT de Alenquer**.

– Plenário de militantes do Lumiar, às 21 horas, no **CT do Lumiar**.

Sexta-feira, 17

– Plenário de militantes da Cidade de **Queluz**, no **CT local**, pelas 21.30 horas

– Plenário de militantes das freguesias de Madalena, Socorro, St.ª Justa, S. Cristóvão/S. Lourenço e S. Nicolau, às 15 horas, na Junta de Freguesia de **Santa Justa**.

– Plenário de militantes da Charneca, às 21 horas, no **CT do Lumiar**

– Plenário de militantes de **Marvila**, às 21 horas, na CM da Zona I, com António Andrés.

Sábado, 18 – Plenário de militantes do **Beato**, às 13.30 horas, na Junta de Freguesia, com Martinho Baptista.

– Plenário de militantes do **Olivais**, às 15.30, na SFUCO, junto às piscinas, com Luís Fernandes.

– Plenário de militantes da Freguesia de **S. João**, às 15 horas, no Salão da Junta de Freguesia, com Alexandre Teixeira.

– Plenário de militantes de Colina da Graça, às 16 horas, no **CT da Graça**, com Marília Vilaverde Cabral.

– No **CT da Amadora**, realiza-se, pelas 21 horas, um plenário de militantes da Mina.

– Plenário de militantes, das 18 às 20.30 horas, no **CT de Algés**, com Júlio Filipe.

– Plenário de militantes de **Belas**, às 15.30 horas, no Salão de **Belas**.

– Plenário de militantes de **Alhandra**, às 16 horas, no **CT local**.

Terça-feira, 21 – Plenário de militantes das freguesias do Castelo, Santiago e Sé, às 21.30 horas, na Junta de Freguesia de **Santiago**.

Quinta-feira, 23 – Plenário de militantes da TAP, às 18.30 horas, no **CT Vitória**, com Francisco Lopes.

Comício em Alverca

com

Carlos Carolhas

Sexta-feira, às 21.30 horas, na Praça de S. Pedro

...★...

Mega-jantar em Azeitão

com

Carlos Carolhas

Sábado, 20 horas, Pavilhão das Exposições da ARSET, em Azeitão

...★...

Comício-Festa na Covilhã

com

Carlos Carolhas

Segunda-feira, 22 horas, na Praça do Pelourinho (grupo Meninos da Avó)

Debates televisivos

SIC

Sexta-feira, 17, debate com **Carlos Carolhas** e **Paulo Portas**;

Domingo, 19, debate com **Carlos Carolhas** e **Durão Barroso**;

Terça-feira, 21, debate com **Carlos Carolhas** e **António Guterres**.

RTP

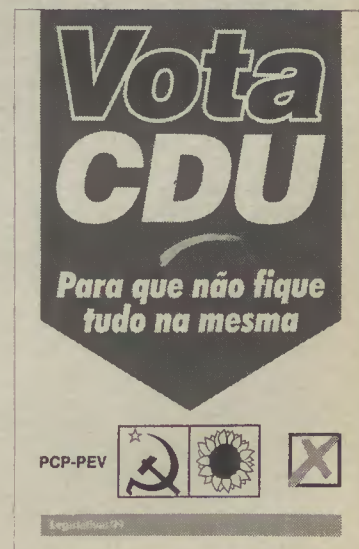
Quinta-feira, 23, debate com **Carlos Carolhas** e demais líderes partidários.

...★...

Carlos Carolhas

no Fórum TSF

Quarta-feira, 22



TELEVISÃO

Quinta, 16

RTP 1

08.00 Infantil
09.15 Malha de Intrigas
10.00 Praça da Alegria
11.40 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Nico d' Obra
14.15 Consultório
15.15 Nas Asas do Destino
16.15 Lições do Tonecas
16.50 Amigo Público
18.15 País, País
18.55 País Regiões
19.15 A Lenda da Garça
20.00 Telejornal
21.00 As Lições do Tonecas
21.40 Docas 2
22.45 Programa de Informação
00.20 Pós de Bem Querer
01.20 24 Horas
02.10 Desporto
02.40 Testemunha Especial
(de Douglas Jackson, EUA/1998, com Nancy Butler, Tony Calabreta. «Thriller»)

RTP 2

14.30 Informação Gestual
15.00 Volta a Espanha em Bicicleta
16.00 Desastre no Espaço
17.05 Euronews
17.30 Documentário
18.00 A Fé dos Homens
18.40 Meia de Música
19.00 Caderno Diário / Juvenil
20.30 Riscos
21.00 3º Calhou a Contar do Sol

Sexta, 17

RTP 1

08.00 Infantil
09.15 Malha de Intrigas
10.00 Praça da Alegria
11.40 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Nico d' Obra
14.15 Consultório
15.15 Nas Asas do Destino
16.15 Lições do Tonecas
16.50 Amigo Público
18.15 País, País
18.55 País Regiões
19.15 A Lenda da Garça
20.00 Telejornal
21.00 Noites de Verão
22.45 Metro
(de Thomas Carter, EUA/1996, com Eddie Murphy, Michael Rapaport, Michael Wincott, Carmen Ejogo. Comédia / Policial)
01.00 24 Horas
02.00 Desporto
02.30 Páginas Negras de Patricia Higsmitz
03.30 Negócio Arriscado
(Paul Brickman, EUA/1983, com Tom Cruise, Rebecca de Mornay, Joe Pantoliano, Nicholas Pryor. Comédia dramática)

RTP 2

14.30 Informação Gestual
15.00 Volta a Espanha em Bicicleta
16.00 Desastre no Espaço
17.05 Euronews
17.30 Documentário
18.00 A Fé dos Homens
18.40 Meia de Música
19.00 Caderno Diário / Juvenil
20.30 Riscos
21.00 3º Calhou a Contar do Sol

Sábado, 18

RTP 1

08.00 Infantil/Juvenil
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Top +
15.00 Pesos Pesados
(de Steven Brill, EUA/1995, com Ben Stiller, Tom McGowan, Aaron Meara. Comédia)
16.45 Estrada Viva
17.15 Que Vida Esta
18.05 Sexto Sentido
18.55 Futebol: 4ª Jornada do Campeonato Nacional
21.00 Telejornal
22.00 Santa Casa
23.50 Hotel Bon Séjour
00.50 Nash Bridges
01.45 24 Horas
02.25 Desporto
03.00 Puppet Masters: Extraterrestres
(de Stuart Orme, EUA/1994, com Donald Sutherland, Eric Thal, Julie Warner, Keith David. «Thriller» / Ficção Científica)
05.00 Angle - A Próxima Vítima
(de George Axmith, EUA/1994, com Darlene Vogel, Shane Fraser, Sam Phillips, Roddy McDowall. «Thriller»)

RTP 2

09.00 Universidade Aberta
12.00 Juvenil
13.15 Dinheiro Vivo
14.00 O Prazer de Criar
14.30 Desporto 2
18.40 2001

Domingo, 19

RTP 1

08.00 Infantil / Juvenil
13.00 Jornal da Tarde
13.40 Made in Portugal
15.05 Solteiros
15.40 Heróis em Acção
16.35 Heróis de Palmo e Meio
(de Duwayne Dunham, EUA/1994, com Rick Moranis, Sharna Waldron, Ed O'Neill, Mathew McCurley. Comédia)
18.45 Destinos de Sofia
19.30 Domingo Desportivo
20.00 Telejornal
20.50 Os Principais
22.20 Jet Set
23.00 Domingo Desportivo
00.45 O Conde de Monte Cristo
02.40 24 Horas
03.20 As Aventuras de Brisco County Jr.
(de Bryan Spicer, EUA/1994, com Bruce Campbell, Juluis Carry, Dan Gerrity, Billy Drago. Aventuras)

RTP 2

09.00 Programa Religioso
10.30 Missa
11.20 Infantil / Juvenil
13.00 Quem Sai aos Seus
13.30 Saber & Fazer
14.00 Jornal d' África
14.30 Rotações
15.00 Desporto 2
19.30 Bom Bordo
20.05 Artes e Letras: Bauhaus
21.00 Jonathan Creek
22.00 Jornal 2
22.35 Horizontes da Memória
23.15 O Fugitivo da Selva
(de Peter Markle, EUA/1988, com Gene Hackman, Danny Glover, Jerry Reed, David Marshall. Drama. Ver destaque)

SIC

08.00 Super Buêré
12.00 BBC - Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal

"Rômulo de Carvalho e o seu amigo Antônio Gedeão"

13.50 Amigas para Sempre
(de Leslie Linka Glatter, EUA/1996, com Melanie Griffith, Demi Moore, Rosie O' Donnell, Rita Wilson. Drama)
15.45 Vip
16.45 Rex, O Cão Polícia
17.45 007 - O Amanhã não Morre
(de Roger Spottiswoode, EUA/1997, com Pierce Brosnan, Jonathan Pryce, Michelle Yeoh, Teri Hatcher. Aventuras)
20.00 Jornal da Noite
21.00 Imagens Reais
22.00 Um Sarilho Chamado Marina
22.40 O Fura-Vidas
23.00 Tin Cup
(de Ron Shelton, EUA/1995, com Kevin Costner, Rene Russo, Don Johnson. Comédia)
01.30 Último Jornal
02.05 Médicos sem Fronteiras
03.05 Portugal Radical

TVI

09.00 Animação
11.00 Programa Religioso
11.50 Missa
13.00 Regresso da Guerra
(de Franklin Shaffner, EUA/1994, com Sam Waterston, Kris Kristofferson, Jobeth Williams, Brian Keith. Drama)
15.00 Caras Lindas
17.30 O Segredo das Estrelas
19.00 Yankee Zulu
(de Gray Hofmeyer, EUA/1995, com Leon Schuster, John Watschikiza, Wilson Dunster. Comédia)
21.00 Directo XXI
21.40 Causa Justa
22.30 Dilema de Morte
(de John Cosgrove, EUA/1997, com Natalja Nogulich, Jeffrey Nordling, Hillary Swarrk. Drama)
00.30 O Lunático
(de Lol Creme, EUA, com Juliet T. Wallace, Paul Campbell. Comédia)
02.20 Crepúsculo dos Deuses

Segunda, 20

RTP 1

08.00 Infantil
09.15 Malha de Intrigas
10.00 Praça da Alegria
11.40 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Nico d' Obra
14.15 Consultório
15.15 Nas Asas do Destino
16.30 Lições do Tonecas
16.50 Amigo Público
18.15 País, País
18.55 País Regiões
19.15 A Lenda da Garça
20.00 Telejornal
21.00 Nós, os Ricos
21.35 Allô, Allô
22.10 Jogo Falado
24.00 A Procura da Vingança
(de John Flynn, EUA/1991, com Steven Seagal, William Forsythe, Jerry Orbach. Acção)
02.45 24 Horas
03.35 Desporto
03.50 Gente da Cidade
04.45 Máquinas

RTP 2

14.30 Informação Gestual
15.00 Volta a Espanha
16.00 Novas Aventuras de Robin Hood
17.00 Euronews
17.30 Açores
18.00 Informação Religiosa
18.30 Universidade Aberta
19.00 Caderno Diário / Juvenil
20.00 Meia de Música
20.30 Riscos
21.00 3º Calhou a Contar do Sol
22.00 Jornal 2
22.40 Acontece
22.55 A Coroa e o País
23.30 Perigo Eminente
24.00 Retratos: «Rômulo de Carvalho, Amigo de Antônio Gedeão»
01.30 Meia de Música

SIC

08.00 Buêré
10.00 Sic 10 Horas
12.00 Zázá
12.30 Malucos do Riso
13.30 Primeiro Jornal
14.00 O Juiz Decide
15.00 Você Decide
15.40 Fátima Lopes
18.00 A Força de um Desejo
19.00 Andando nas Nuvens
20.00 Futebol: Benfica-Setúbal
21.15 Jornal da Noite
23.00 Roda de Milhões
00.40 O Expresso dos Malditos
(de Peter Hyams, EUA/1990, com Gene Hackman, Anne Archer. «Thriller»)
02.40 Último Jornal
03.15 A Paixão de Joana d' Arc
(de Carl Th. Dreyer, com Renée Falconetti, Eugene Sylvain, Antonin Artaud. Drama. Ver destaque)
05.00 Portugal Radical

TVI

09.00 Animação
14.40 Pérola Negra
12.20 Estrela de Fogo
13.30 TVI Jornal
14.00 Sangue do Meu Sangue
14.30 Samantha
16.00 Animação
19.00 Asas nos Pés
20.00 Marés Vivas
21.00 Directo XXI
21.40 Directo XXI
22.40 Ficheiros Secretos
23.40 Miragem
(de Paul Williams, EUA/1996, Sean Young, Edward James Olmos, James Andronica. Terror)
01.40 Aventura no Pacífico
02.30 Tal Pai, Tal Filho
03.00 A Balada de Hill Street
04.00 Mulher Perigosa

Terça, 21

RTP 1

08.00 Infantil
09.15 Malha de Intrigas
10.00 Praça da Alegria
11.40 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Nico d' Obra
14.15 Consultório
15.15 Nas Asas do Destino
16.30 Lições do Tonecas
16.50 Amigo Público
18.15 País, País
18.55 País Regiões
19.15 A Lenda da Garça
20.00 Telejornal
21.00 Mr. Bean
21.40 Herman Enciclopédia
23.05 Jess
23.40 Liga dos Campeões
00.45 24 Horas
01.50 Seaquest, Brigada Submarina
02.45 Complicações Amorosas
(de Alan Rudolph, EUA/1989, com Tom Berenger, Elizabeth Perkins, Anne Archer, Kate Capshaw. Comédia)

RTP 2

15.00 Informação Gestual
15.30 Volta a Espanha
16.00 Derrick
17.00 Meia de Música
17.30 Euronews
18.00 Informação Religiosa
18.30 Caderno Diário / Juvenil
20.30 Riscos
21.00 3º Calhou a Contar do Sol
21.30 Remate
22.00 Jornal 2
22.40 Acontece
23.00 Bonnie e Clyde
(de Arthur Penn, EUA/1967, com Warren Beatty, Faye Dunaway, Gene Hackman, Gene Wilder. Drama. Ver destaque)
01.05 Documentário (Vida Animal)
02.00 Meia de Música

SIC

08.00 Buêré
10.00 Sic 10 Horas
12.00 Zázá
12.30 Malucos do Riso
13.30 Primeiro Jornal
14.00 O Juiz Decide
15.00 Você Decide
15.40 Fátima Lopes
18.00 A Força de um Desejo
19.00 Andando nas Nuvens
20.00 Jornal da Noite
21.00 Médico de Família
22.00 Suave Veneno
23.00 Casos de Polícia
24.00 O Justiciero da Noite
(de Michael Winner, com Charles Bronson, Hope Lange, Vincent Gardenia. Acção)
02.00 Último Jornal
02.35 Cidade Escaldante
03.35 Portugal Radical

TVI

09.00 Animação
14.40 Pérola Negra
12.20 Estrela de Fogo
13.30 TVI Jornal
14.00 Sangue do Meu Sangue
14.30 Samantha
16.00 Animação
19.00 Asas nos Pés
20.00 Marés Vivas
21.00 Directo XXI
21.40 Templo Solar (1º Epis.)
01.15 O Planeta do Amor
(de John Ryman, EUA/1993, com Dwyer Brown, Karen Medak, Kelsey Gramer. Drama)
03.00 Aventuras no Pacífico
03.50 Tal Pai, Tal Filho
04.20 Desporto
04.50 A Balada de Hill Street
05.45 Mulher Perigosa

Quarta, 22

RTP 1

08.00 Infantil
09.15 Malha de Intrigas
10.00 Praça da Alegria
11.40 Culinária
13.00 Jornal da Tarde
13.45 Nico d' Obra
14.15 Consultório
15.15 Nas Asas do Destino
16.30 Lições do Tonecas
16.50 Amigo Público
18.15 País, País
18.55 A Lenda da Garça
19.35 Futebol (Jogo da Liga dos Campeões)
21.40 Telejornal
22.50 Programa não designado
23.50 Liga dos Campeões (Resumo)
01.00 Polícias
02.05 24 Horas
02.55 Desporto

RTP 2

14.30 Informação Gestual
15.00 Volta a Espanha
16.00 O Caminho das Estrelas
17.05 Meia de Música
17.30 Euronews
18.00 Informação Religiosa
18.35 Caderno Diário / Juvenil
20.30 Riscos
21.00 3º Calhou a Contar do Sol
21.30 Remate
22.00 Jornal 2
22.40 Acontece
23.00 Sinais do Tempo ou Zoom
24.00 Ópera: «Manon Lescaut»
02.10 «Journey Into the Cosmos»
03.10 Meia de Música

SIC

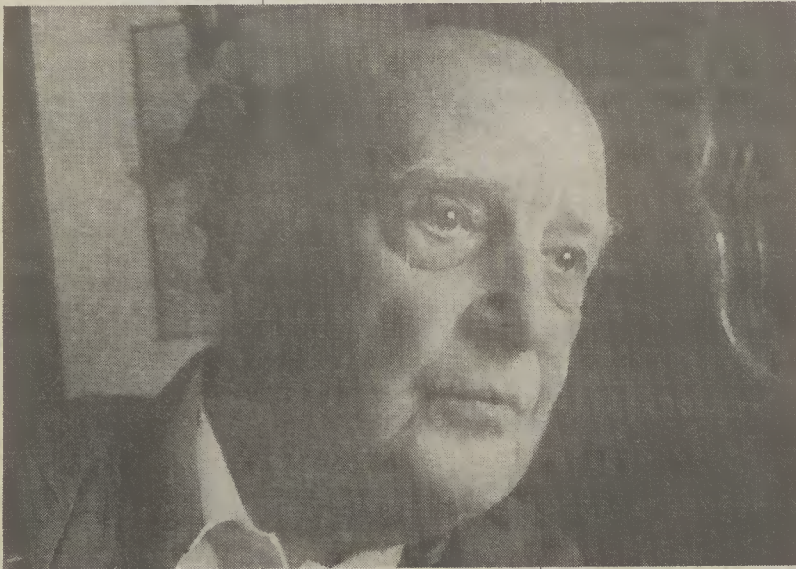
08.00 Buêré
10.00 Sic 10 Horas
12.00 Zázá
12.30 Malucos do Riso
13.30 Primeiro Jornal
14.00 O Juiz Decide
15.00 Você Decide
15.40 Fátima Lopes
18.00 A Força de um Desejo
19.00 Andando nas Nuvens
20.00 Jornal da Noite
21.00 A Vida das Aves
22.20 Suave Veneno
24.00 Amor e Sangue
(de Paul Verhoeven, EUA/1985, com Rutger Hauer, Jennifer Jason Leigh, Jack Thompson. «Thriller»)
02.00 Último Jornal
02.35 Toda a Verdade
03.55 O Sexo e a Cidade
04.25 Portugal Radical

TVI

09.00 Animação
12.20 Estrela de Fogo
13.30 TVI Jornal
14.00 Sangue do Meu Sangue
14.30 Samantha
16.00 Animação
19.00 Asas nos Pés
20.00 Marés Vivas
21.00 Directo XXI
21.40 Quero Justificação!
22.40 Um Homem Inocente
(de Peter Yates, EUA/1989, com David Rasche, F. Murray Abraham, Laila Robins, Tom Selleck, Richard Young. «Thriller»)
00.45 Will & Grace
01.15 O Corvo
02.15 Aventuras no Pacífico
03.15 A Balada de Hill Street
04.15 Mulher Perigosa

Nota:

A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.



21.30 Remate
22.00 Jornal 2
22.40 Acontece
23.00 A Sangue Frio
24.00 Lara
01.30 Meia de Música

SIC

08.00 Buêré
10.00 Sic 10 Horas
12.00 Zázá
12.30 Malucos do Riso
13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Juiz Decide
15.00 Você Decide
15.40 Fátima Lopes
18.00 A Força de um Desejo
19.00 Andando nas Nuvens
20.00 Jornal da Noite
21.15 Futebol: Benfica-Dinamo de Bucareste
23.15 Suave Veneno
00.15 O Regresso de Henry
(de Mike Nichols, EUA/1991, com Harrison Ford, Annette Bening, Bill Nunn. Drama. Ver destaque)
02.15 Último Jornal
02.50 Dra. Quinn
03.50 Portugal Radical

TVI

09.00 Animação
14.40 Pérola Negra
12.20 Estrela de Fogo
13.30 TVI Jornal
14.00 Sangue do Meu Sangue
14.30 Samantha
16.00 Animação
19.00 Asas nos Pés
20.00 Marés Vivas
21.00 Directo XXI
21.40 Especial TVI
23.15 A Bola É Nossa
01.00 Coração de Tigre
(de George Chamchoum, EUA/1995, com Jennifer Lions, Robert Lasardo, Rance Howard. Comédia)
02.50 Tal Pai, Tal Filho
03.30 Aventuras no Pacífico

18.00 Programa Religioso
19.00 Caderno Diário / Juvenil
20.30 Riscos
21.00 3º Calhou a Contar do Sol
21.30 Remate
22.00 Jornal 2
22.40 "A Mind to Kill"
00.20 O Corpo Humano
01.15 Meia de Música
01.45 Amigos

SIC

08.00 Rally da Finlândia
08.30 Buêré
10.00 Sic 10 Horas
12.00 Zázá
12.30 Malucos do Riso
13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Juiz Decide
15.00 Você Decide
15.40 Fátima Lopes
18.00 A Força de um Desejo
19.00 Andando nas Nuvens
20.00 Jornal da Noite
21.00 Ponto de Encontro
22.40 Suave Veneno
23.40 Jogo Limpo
02.00 Último Jornal
02.35 Dupla Traição
(de Roger Young, EUA/1991, com Dennis Hopper, Robert Carradine, Adrienne Barbeau. «Thriller»)
04.35 Portugal Radical
05.00 Vibrações

TVI

09.00 Animação
14.40 Pérola Negra
12.20 Estrela de Fogo
13.30 TVI Jornal
14.00 Sangue do Meu Sangue
14.30 Samantha
16.00 Animação
19.00 Asas nos Pés
20.00 Marés Vivas
21.00 Directo XXI
21.40 Os Reis da Música Nacional
00.30 Crime em Boston
(de Jerrold Freedman, EUA, com B. D. Wong, Ken Olin, Margaret Colin. Policial.)
02.15 Tal Pai, Tal Filho
02.40 Aventuras no Pacífico

19.10 Onda Curta
(Saudações aos Cubanos, realização de Agnès Varda, narração de Michel Piccoli, França/1963. Curta Metragem. Ver destaque)
19.40 Os Transatlânticos
20.40 Departamento de Homicídios
22.00 Jornal 2
22.40 Passo da Fama
23.40 O Lugar da História
00.40 Allô, Allô!
01.10 Jogo da Vida
01.40 Smith and Jones
02.10 Pequenos Crimes Entre Amigos
(de Danny Boyle, G. Bret/1994, com Kerry Fox, Chris Eccleston, Ewan McGregor. Comédia Negra)

SIC

08.00 Super Buêré
11.55 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Jumanji
(de Joe Johnston, EUA/1995, com Robin Williams, Bonnie Hunt, Kirsten Dunst. Fantasia / Juvenil)
16.00 Big Show Sic
20.00 Jornal da Noite
21.00 Mundo VIP
22.20 Pequenos e Terríveis
23.20 Presumível Inocente
(de Alan J. Pakula, EUA/1990, com Harrison Ford, Brian Dennehy, Raul Julia, Greta Scacchi. «Thriller». Ver destaque)
01.45 Afrodísia
02.45 Último Jornal
03.20 Portugal Radical

TVI

09.00 Animação
12.20 Top Rock
13.30 Contra-Ataque
14.30 Caras Lindas
16.00 Diagnóstico do Destino
(de Randa Haines, EUA/1991, com William Hurt, Elizabeth Perkins, Christine Lahti, Mandi Patinkin. Drama. Ver destaque)
19.00 Anjo, Mas Pouco
(de Michael Switzer, EUA/1996, com Allison Mack, Dolly Parton, Brian Kerwin, Roddy McDowall. Comédia)
21.00 Directo XXI
22.00 Tourada (da Praça de Santarém)
01.20 Um Mundo de Ódio
(de Leora Barish, EUA/1995, com Meredith Salenger, Morgan Fairchild, Costas Mandylor. «Thriller» / Ficção Científica)
03.00 Histórias Fantásticas

TELEVISÃO

Por isto e por aquilo...**O Regresso de Henry***(Quinta-feira, 24.00 horas, SIC)*

Realizado com segurança por Mike Nichols em 1991, este filme não será nenhuma obra-prima. Nem é a primeira vez que passa num canal de televisão português. Destacar nesta página um filme, entretanto, é obra, na profusão de «cinema» que os canais propõem e entre os muitos de que nem vale a pena falar. Por isso, assinalar este regresso é mais uma forma de chamar a atenção para a interpretação de **Harrison Ford**, desta vez não no papel aventureiro de *Indiana*, mas assumindo a pele de um advogado arrogante que, tendo sido atingido por um tiro durante um assalto, perde a memória. A descoberta de si mesmo e a alteração de personalidade que sofreu é uma verdadeira aventura e dá para 107 minutos de agradável espectáculo.

Diagnóstico do Destino*(Sábado, 16.00, TVI)*

Já aqui se escreveu sobre este filme e se lhe colocaram as reservas de poder ser encarado como obra que visa criticar gratuitamente a classe médica a partir de posições que poderão ser legítimas, dadas as queixas dos pacientes de muita e variada doença. No entanto, esta história, que também já visionámos na TV, debruça-se com humanidade sobre a frieza profissional de quem tem de «trabalhar» com o sofrimento e de súbito se vê do outro lado do drama - um médico que quotidianamente trata da doença e é confrontado com ela dentro de si. Uma interpretação, sempre acima da média, de **William Hurt**, ajuda a ver este drama que, para alguns telespectadores será insuportável.



Joana D'Arc, uma imagem de 1928, num filme de Dreyer



Bonnie e Clyde, um tempo de violência

Saudações aos Cubanos*(Sábado, 19.10, RTP2)*

Trata-se aqui de uma curta metragem, integrada no programa *Onda Curta*, da RTP2 e sobre a qual se diz pouco. No entanto, o facto de ter sido realizada em 1963, por **Agnès Varda**, cineasta francesa que então subia aos píncaros da fama; de muita gente, por esses anos, na Europa, apoiar sinceramente Cuba e a sua revolução ameaçada, pode dar-nos a oportunidade de ver um documento valioso - e necessário para a compreensão do que foi desde então a história da Ilha da Liberdade. Esta curta metragem, construída a partir de 1 800 fotografias que a autora fez em Cuba, apresenta-se como uma «homenagem calorosa e apaixonada da Revolução». A ver vamos.

Presumível Inocente*(Sábado, 23.20, SIC)*

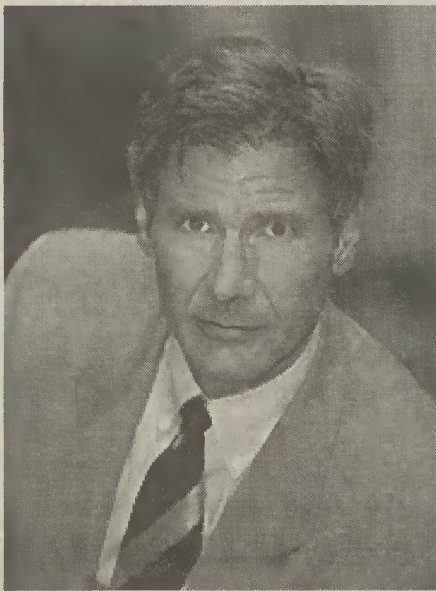
Dois nomes - **Allan Pakula**, o realizador; **Harrison Ford**, o actor principal, dão-nos o motivo da curiosidade perante esta obra, apresentada como «emocionante filme de suspense» e que conta a história de um delegado do Ministério Público encarregado de investigar uma funcionária que se descobre ser sua amante. O investigador passa a acusado e passa o tempo do filme numa corrida para provar a sua inocência. Como ingredientes de aventura não está mal. Resta saber se o filme é oportunidade de um serão divertido ou se se trata de mais um para tapar buracos.

O Fugitivo da Selva*(Domingo, 23.15, RTP2)*

Há filmes que retornam à programação sem que lhes dêem tempo para respirar. Este *Fugitivo* é um deles e já por várias vezes foi aqui assinalado, pela sua qualidade - que fica a dever-se em larga medida à história escrita por **William C. Anderson** e **George Gordon**, à realização de **Peter Markle** e à interpretação de **Gene Hackman**, o militar americano cujo trabalho era «apenas» a observação, mas cujo avião, ao despenhar-se na selva do Vietname, lhe dá a oportunidade de ver a guerra de outro ângulo, muito mais verdadeiro e horrível. Quem não viu não fique à espera de encontrar ali alguma solidariedade para com a luta dos guerrilheiros. No entanto, para os americanos - tirando as raridades como *Francis Ford Coppola* - já é muito não encontrarmos nas imagens o ódio e a hipocrisia anticomunistas de *Bóinas Verdes*...

A Paixão de Joana d'Arc*(Segunda-feira, 03.15, SIC)*

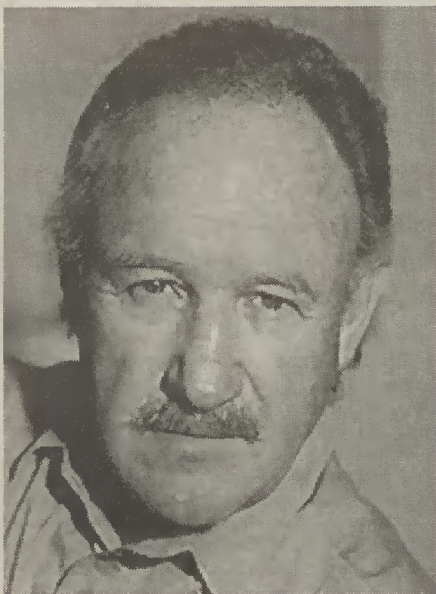
Depois de termos visto, muito americanamente, uma versão nova - mais uma - da história de *Joana d'Arc*, vem muito a propósito limpar os olhos e aprestarmo-nos para ver esta, realizada em 1928 por **Carl Dreyer**. A preto e branco, sim, senho-



Harrison Ford, sempre intrépido, mesmo quando não é Indiana



William Hurt, um médico do lado de lá do drama



O Fugitivo da Selva é Gene Hackman, a ver a guerra do ângulo mais baixo

res. E mudo. Mas o cinema, quando é grande, bem prescinde. Trata-se «provavelmente, do mais belo filme consagrado a Joana d'Arc», escreveu em tempos o conhecedor **Jean Tulard**, que a coloca acima das versões de Bresson, Rossellini, Preminger ou DeMille. Para além da estilização das imagens, que assinala, J.T. fala-nos da interpretação de **Falconetti**, a actriz que encarna a mártir francesa. A versão que nos vão apresentar será provavelmente a que foi reconstituída em 1985, já com o acompanhamento musical introduzido em 1952. O negativo original ardeu, como não será de admirar. Talvez as chamas da fogueira que queimaram Joana se tenham vingado na beleza deste filme...

Mais uma vez se lamenta o facto de um filme como este se apresente a desoras.

Bonnie e Clyde*(Terça-feira, 23.00, RTP2)*

Não podíamos deixar - uma vez mais - de destacar nesta página a passagem do filme de **Arthur Penn**, realizado nos idos de 1967. *Bonnie e Clyde*, que mesmo em Portugal fez furor e suscitou então na imprensa apaixonados artigos contraditórios, vigiados de perto pela censura, é um clássico dos filmes de *gangsters*. Abordando a vida dos bandidos americanos não apenas pelo lado aventureiro ou moral, mas como fenómeno social e psicológico que irrompe na América das oportunidades para todos de que só alguns aproveitam, criando mitos e desgraças, este filme é protagonizado pelos «monstros» **Warren Beatty** (que também é o produtor), **Faye Dunaway**, e **Gene Hackman** - e por muitos outros nomes, todos ainda longe da fama. Biografia romaneada de um par de *gangsters*, esta realização de **Penn** é um dos primeiros filmes em que a violência sangrenta - depois tão trivializada - «explode» literalmente no ecrã, salpicando o espectador. A não perder.

Aquele povo

Foram dias em que, na televisão, a tragédia de Timor-Leste era tudo, o resto quase nada. Foi um país inteiro a solidarizar-se com o sofrimento dos que, longe sofriam e muitas vezes morriam. Não quero lembrar-me de que talvez essa angústia de dimensão nacional tenha tido uma componente interna de equívocos a cimentarem uma unanimidade de superfície: entre os que ainda sentem que «Timor é Portugal» e os que sabem que estar solidário com os timorenses é, mais uma vez e antes de tudo o mais, estar ao lado de vítimas do superpoder americano, há uma distância nada irrelevante que é vantajoso não esquecer.

Vale a pena emocionarmo-nos, mas não vale a pena deixarmos de entender as coisas por dentro, pois, como escreveu o poeta, «por dentro das coisas é que as coisas são». Em contrapartida, quero lembrar-me, sim, de que os carrascos estão em vias de perder esta partida, embora tendo cobrado um preço altíssimo que ainda não se esgotou, e que a sua derrota veio dizer-nos que até neste caso que nada tinha de promissor a esperança parece ter tido razão uma vez mais. Será, então, uma outra e acrescida lição que ficamos a dever ao povo de Timor-Leste. Sendo que talvez muitos de nós estivessem a precisar dela, e muito.

Fiquemo-nos, pois, pela tão ampla convergência de portugueses vindos de várias origens e com diversas razões, e regozigemo-nos com ela sem excessivas indagações quanto à sua solidez mas também sem ilusões. E notemos que essa convergência se estendeu também aos diversos canais portugueses de TV, o que não espanta mas aqui especialmente interessa, nem é preciso explicar porquê. Na verdade, a televisão voltou a ser, manifestamente, o que de facto é a cada dia que passa sem que nos demos muito por isso: a grande informadora, motivadora, das gentes deste nosso país. Nem será de mais dizer que foi, como aliás sempre, a grande manipuladora. Desta vez para uma boa e justa causa, o que, por desgraça, não se pode dizer sempre.

E, muitas vezes, com específicos efeitos à escala individual. Como a seguir se exemplifica.

Votar e depois

Por mim, enquanto ao longo dos dias ia vendo a televisão a falar-me de Timor-Leste, ia lembrando aquele povo e recapitulando o trágico «filme» por ele protagonizado. Décadas de mortes, de opressões, de medos. De não haver espaço nem tempo para uma respiração tranquila. De não haver nesga por onde pudesse passar a esperança num futuro próximo.

Até que, um dia, vieram dizer-lhe que iam chegar a ONU e a possibilidade de usar o voto, isto é, a vontade livre, para a escolha do futuro. Vieram dizer-lho, e aquele povo acreditou. Contra o medo sempre emboscado, foi a votos e disse o que queria. Os da ONU e os doutores designados por «observadores internacionais» disseram que sim, senhores, que a votação havia sido livre e democrática, que seriam de acatar os resultados.

Como é natural, aquele povo ficou à espera do futuro enfim pacífico e promissor que haveria de seguir-se.

Não seguiu. O que se seguiu foi o regresso da morte e da destruição, do medo e do êxodo para longe das povoações que eram potenciaadoras do risco. O que se seguiu foram o pavor e a fome, os velhos e as crianças dizimados pelos caminhos. Foi o inferno. E até a ONU, a dos «observadores internacionais», decidiu também partir quando verificou que o risco era excessivo para os seus hábitos.

Na verdade, o que se seguiu ao voto e à esperança foi a espantosa amargura das promessas traídas.

Por isso, o que me aconteceu, e espero que não apenas a mim, enquanto a televisão me trazia as notícias terríveis de Timor, foi lembrar-me, dia após dia, hora após hora, daquele povo. Do povo de Angola, que foi votar já nem sei há quantos anos e depois disso foi traído e abandonado. Sem que tenha havido, que eu saiba, um só trapo de luto pelos seus mortos.

TVISTO

■ Correia da Fonseca

Penso em Timor

VARIANTES

■ Carlos Brito

Ouçó palavras
dos senhores do mundo
exaltar os direitos humanos
e penso em Timor
onde deixaram afogar
em sangue e cinzas
todos os direitos
os mais elementares
e os mais sagrados
como o direito à vida

Ouçó palavras
dos senhores do mundo
advogar a ingerência humanitária
e penso em Timor
onde não quiseram intervir
abandonando o povo mártir
aos algozes indonésios
como atirado às feras
à catástrofe humanitária

Ouçó palavras
dos senhores do mundo
estigmatizar o genocídio
e penso em Timor
onde hipócritas o permitiram
ao franquearem o território
às milícias da morte
lavando as mãos
sujas da traição

Ouçó palavras
dos senhores do mundo
denunciar criminosos de guerra
e penso em Timor
onde os deixaram à solta
amestrados na crueldade
impunes e impudentes
assinalando nas espingardas
o número das suas vítimas

Ouçó as palavras
dos senhores do mundo
anunciar a nova ordem internacional
e penso em Timor
alarmado e esclarecido

Penso em Timor
como lição
coragem no desespero
a ganhar pelo mundo
mais amigos
contra os senhores
a refazer a esperança



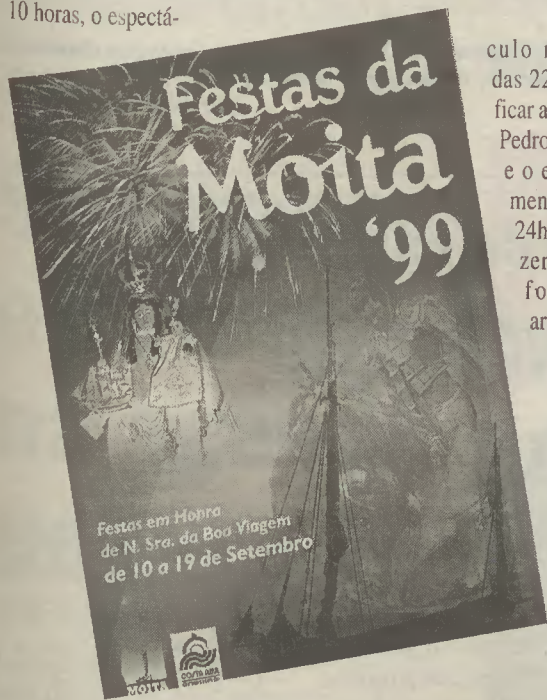
ESCAPARATE

FESTAS

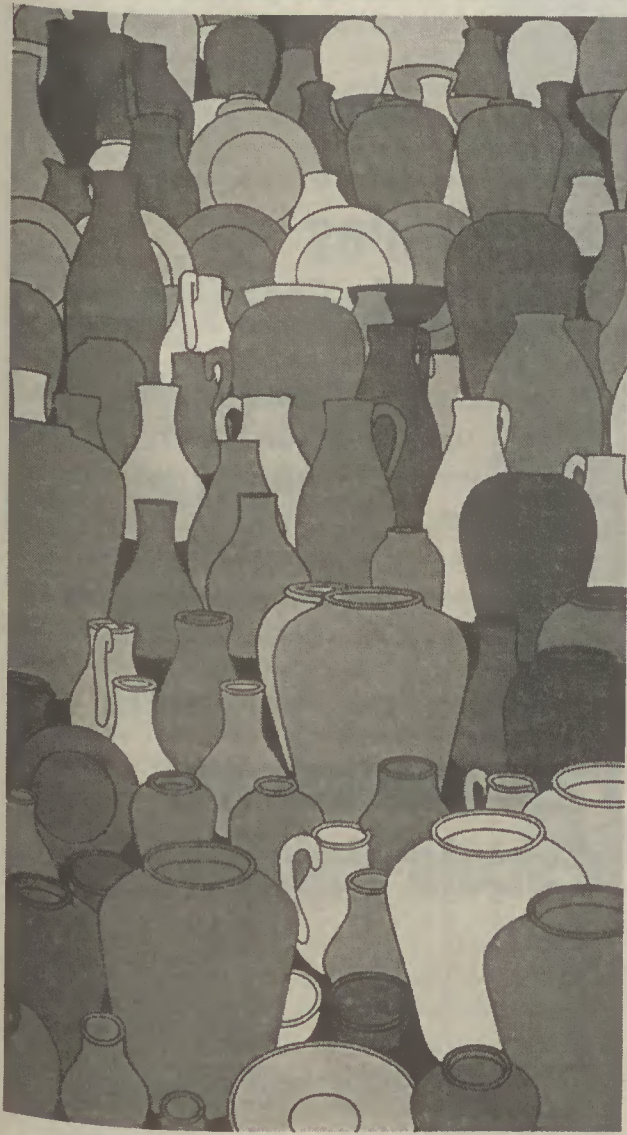
Festas da Moita '99

Continuam até ao próximo dia 19 as Festas da Moita '99, com programas diariamente repletos: hoje, **dia 16**, a jornada começa com uma largada de toiros (10 horas), desporto (kick boxing) às 16h00, abertura da Feira Comercial e Industrial às 21h00, espectáculo com os *Navegante* às 22h00 e animação com o Grupo dos Gaiteros da Margem Sul às 24h00, abrindo pelo meio uma Exposição Documental e outra Fotográfica, programa que se repete no **dia 17**, acrescentado de outra largada de toiros às 24h00, viagens em balão de ar quente a partir das 21 horas e um espectáculo musical com Luís Filipe Reis, às 22h00; no **sábado, dia 18**, a largada de toiros é às 17 horas e o espectáculo musical está a cargo da Banda Íris, às 22 horas, além da repetição de toda a programação do dia anterior; no **domingo, dia 19**, continua o mesmo programa, mas com a largada de toiros a voltar ao horário das 10 horas, o espectá-

culo musical das 22 horas a ficar a cargo de Pedro Miguéis e o encerramento, pelas 24h00, a fazer-se com fogo de artifício.



PINTURA



Pintura na Gulbenkian

Continuam patentes na Gulbenkian, em Lisboa, as exposições temporárias de pintura de **Patrick Caulfield** e de **Teresa Magalhães**. A primeira estará na Galeria de Exposições Temporárias da Sede - Piso 0 até ao próximo dia 26 de Setembro (abriu a 2 de Julho) e integra-se numa retrospectiva da obra deste pintor frequentemente conotado com a vanguarda da *pop art* britânica, embora o próprio Patrick Caulfield situe a

sua obra «numa relação actualizada e crítica com a tradição da arte moderna e com alguma francesa», reivindicando ainda «uma forte influência do cubista Juan Gris». Quanto à exposição de Teresa Magalhães, encontra-se no Piso 1 da mesma Galeria desde 25 de Agosto, donde sairá a 3 de Outubro, apresentando uma série de nove pinturas de grandes dimensões realizadas nos anos de 1994 e 1995.

TEATRO



TEP prepara peça de Molière

O Teatro Experimental do Porto - TEP já tem em ensaios a peça *As Preciosas Ridículas*, de **Molière**, que estreará a 27 de Setembro no Auditório de Vila Nova de Gaia em versão e encenação de Norberto Barroca, director artístico da Companhia, com cenografia e figurinos de Mário Dias Garcia, coreografia e assistência de direcção de Rubens Marks, desenho de luzes de Eduardo Brandão e interpretações por Alexandra Ferreira, Alexandre Falcão, Augusto Martins, David Cardo-

so, José Brás, José Pinto, Manuela Martinez e Sofia Machado e ainda alguns elementos das colectividades de Gaia. Afirmo o TEP que «com esta peça, Molière parodiava as vaidosas e ridículas, que se pavoneavam à volta de Madame de Rambouillet, como hoje tantas outras se pavoneiam na nossa cultura e na nossa sociedade em volta de outras «madies» igualmente preciosas no seu ridículo gosto de exprimir o disparate e um fingimento aldrabão e maldoso».

AMASCULTURA em Setembro

Destaques na programação da AMASCULTURA para este mês de Setembro: a peça *A Boda dos Pequenos Burgueses*, de **Bertolt Brecht**, pelo CDIAG/Teatro Malaposta, com encenação de José Peixoto e apresentação no Ateneu Artístico Vilafranquense nos dias 24, 25 e 26 de Setembro; a peça *É Urgente o Amor*, de **Luiz Francisco Rebello**, pelo Teatro Arcénico, com encenação de Pedro Wilson e apresentação no

Centro Cultural Malaposta nos dias 16, 17, 18 e 22, 23, 24, 25 de Setembro; a peça de teatro infantil *Corre, Corre, Cabacinha e os Segredos da Avozinha*, para crianças dos 3 aos 10 anos, pelo Grupo Papa-Léguas e apresentação no Centro Cultural Malaposta nos dias 25, 26 de Setembro (Sáb. e Dom.) às 16h00 e 28, 29, 30 Set. e 1 Out. às 11h00 e às 14h00 (escolas) e 2, 3 de Out. (Sáb. e Dom.) às 16h00.

CINEMA



Anna Magnani no Instituto Italiano

O Instituto Italiano de Cultura em Portugal promove este mês uma homenagem à actriz **Anna Magnani**, com a apresentação de quatro filmes por si protagonizados: *Roma città aperta* (27 de Setembro, 19h00), *L'Onorevole Angelina* (28 de Setembro, 19h00), *L'Amore* (30 de Setembro, 19h00) e *Mamma Roma* (1 de Outubro, 19h00). Anna Magnani nasceu em Roma em 1908 e morreu na mesma cidade em 1973. Estreou-se no cinema em 1941 com *Teresa Venerdì*, de Vittorio de Sica, alcançando-se ao estrelato de grande actriz dramática em 1945 com o fabuloso *Roma città aperta* (*Roma cidade aberta*, na tradução portuguesa), de Roberto Rossellini, filme inspirado num acontecimento real - o fuzilamento de um padre, Don Morosini, pertencente à Resistência antifascista - que apresenta como pano de fundo a cidade de Roma ocupada em 1944 pelas tropas nazis e habitada pelo medo e a miséria moral e material dos seus protagonistas, arrastados pela crueldade da guerra e a bestialidade nazi-fascista.

REVISTAS

O Militante

Na Festa esteve já à venda o último número de *O Militante*, referente aos meses de Setembro/Outubro. Com uma bela capa mostrando uma serigrafia do pintor comunista **Rogério Ribeiro**, e uma contracapa a falar-nos da Solidariedade que percorreu toda a Festa do «Avante!», este número é todo ele actualidade, até na divulgação que faz do livro de **Álvaro Cunhal**, *A Verdade e a Mentira na Revolução de Abril* (A contra-revolução confessa-se).

Abrindo com um texto sobre o voto útil para a esquerda que é a CDU - «É o voto na CDU que pode contrariar a política de direita imposta pelo PS, o PSD e o CDS/PP» -, a questão das próximas eleições legislativas vem bem marcada nesta edição, que continua com um artigo a chamar a atenção para a necessidade da organização - **A organização é fundamental para elevar o número de votos.**

Sobre organização ainda, desta vez partidária, é o texto de **Vicente Merendas**, membro do Comité Central. **Reforçar o Partido nos locais de trabalho**, torna a um tema essencial na luta dos comunistas, afirmando que «as células de empresa são a condição para a transformação da consciência social dos trabalhadores em consciência política e a via mais segura para os aproximar do Partido».

Depois, variados artigos abordam questões variadas, todas de interesse e actualidade. **Graciete Cruz** escreve sobre a importância de **Votar na CDU para construir a igualdade**; **Jaime Félix**, do CC, sobre **Os reformados e as eleições de 10**

O Militante



de Outubro; **Octávio Teixeira**, da Comissão Política, sobre os **Quatro anos de trabalho responsável**, desenvolvido pelo grupo parlamentar do PCP.

Seguem-se dois artigos relativos a temas juvenis - sobre associativismo escreve **Miguel Madeira**; sobre as eleições, **Bernardino Soares**. Uma entrevista com o **coronel Barão da Cunha**, militar de Abril, recorda eventos do processo revolucionário. Um processo que se mantém nas páginas seguintes, com um artigo a lembrar o terrorismo bombista, um texto de **Jaime Serra** sobre o 28 de Setembro. **Manuel Gusmão** recorda depois o papel da literatura portuguesa ligado ao 25 de Abril.

Mas este número, como já dissemos, saiu na Festa do «Avante!», na sua 23.ª edição. Um artigo de **Ruben de Carvalho**, do Comité Central, assinala os traços essenciais de um evento que atravessa os anos, mudando como muda a sociedade e mantendo os seus traços essenciais.

Por fim, dois artigos relacionados com a União Europeia - um de **Sérgio Ribeiro**, sobre a **Repartição de rendimentos em Portugal e na UE**, assinalando, no nosso país, «o agravamento dos desequilíbrios sociais significativamente mais pronunciado que no conjunto dos países de que é Estado-membro»; outro de **Pedro Guerreiro**, sobre o **actual Parlamento Europeu** e a composição política saída dos resultados das recentes eleições para o PE.

Este número de *O Militante*, cuja leitura aconselhamos vivamente, termina com as habituais **Notas e comentários**.

A TALHE DE FOICE

Não sei

Não sei quantos timorenses vão ser assassinados nas 24 horas que separam estas palavras da sua publicação.

Sei que vão ser assassinados e sei que serão muitos. Não sei quantos timorenses vão ser assassinados nas 24 horas que se seguem à publicação destas palavras, nem nas 24 horas sobre 24 horas que se lhes seguirão. Sei que vão ser assassinados e sei que serão muitos. Não sei quantas 24 horas sobre 24 horas serão necessárias para assassinar todos os timorenses que se encontram em Timor-Leste.

Sei que não hão-de ser muitas, perante o selvático empenho com que os infames de Jacarta organizaram e estão a executar o extermínio do povo maubere. Estes horrores que eu sei, sabe-os Portugal e o mundo inteiro por relatos, testemunhos e provas irrefutáveis registados e difundidos em tempo real, em directo e ao ritmo da tragédia.

Estes horrores, que todos sabemos e a que assistimos numa agonia de pesadelo, são igualmente conhecidos por quem tem o poder de travar o holocausto, sob o pormenor de o saberem com o privilégio da informação total - a tal que, produzida da terra ao espaço com recursos técnicos e humanos incomensuráveis, a todos vigia e a que ninguém escapa, por muita camuflagem que use ou se acoberte na noite.

Portanto, eu sei e todos sabemos que os dirigentes dos cinco países do Conselho de Segurança da ONU - com destaque para os EUA, que sobre todos domina ou se impõe - conhecem melhor que ninguém a progressão da tragédia, o sofrimento das vítimas, o empilhar dos mortos, as armas, os meios, os métodos e os próprios rostos dos assassinos.

E que demoraram a decidir pôr termo à monstruosidade.

O que eu sei e todos sabemos - na crueza dos factos e quer se goste, quer não - é que os EUA de Bill Clinton são a chave da decisão pelo ascendente que detêm na região e no mundo, seja através do potencial bélico de que dispõem, seja, sobretudo, pelo domínio político-económico que possuem e exercem no planeta.

Também sei e todos sabemos - mais uma vez na crueza dos factos - que, ainda recentemente, Bill Clinton não hesitou em despejar novas chacinhas sobre o Iraque para se escapular de um escândalo sexual, tal como não hesitou em destruir a Jugoslávia e chacinhar os seus povos para estender o império americano aos Balcãs.

Sabemos, igualmente, que nos dois casos o pretexto foi a defesa dos direitos humanos e o impedimento de uma alegada limpeza étnica.

*Por isso não sei, nem sabemos, como é que um genocídio perpetrado fria e planificadamente aos olhos de todo o mundo segregou a interminável hesitação de Bill Clinton e do governo dos EUA. Uma hesitação que pareceu alimentar-se de si própria, mesmo após a aquiescência da Indonésia para a entrada de uma força internacional no território - aquiescência, aliás, incredivelmente definida como condição *sine qua non* para que a «comunidade internacional» reagisse.*

Mas sei e sabemos que os timorenses que estão a ser assassinados neste momento e em todos os momentos que aí vêm, já não são, nem serão, apenas vítimas da barbárie do regime indonésio.

São igualmente mártires do abjecto cinismo em que refocila a actual liderança da chamada civilização cristã e ocidental, que se prepara para festejar a passagem do seu querido milénio com a cumplicidade na chacina de um povo inteiro.

■ Henrique Custódio



PCP-PEV



MaisCDU

A Esquerda que não imita a direita

Com toda a força política do seu slogan, pode agora ver-se nas ruas um novo outdoor da CDU, com a fotografia de Carlos Carvalhas, cabeça de lista por Lisboa. De grande qualidade gráfica, este é o terceiro outdoor de campanha lançado pela CDU, que está a preparar para muito breve a emissão de novos materiais

CDU/Porto divulga acções de campanha

Uma intervenção pela positiva

A campanha eleitoral da CDU/Porto vai apostar numa «intervenção pela positiva», com «propostas políticas concretas e não de chicana ou espectáculo», afirmou na segunda-feira, no Porto, o candidato comunista João Amaral.

Falando durante a apresentação do programa de campanha, o cabeça de lista pela CDU reconheceu que «os dramáticos acontecimentos de Timor condicionam certamente a actividade eleitoral». No

entanto, garantiu, os candidatos comunistas saberão sempre «separar as actividades de campanha e de divulgação da CDU das relacionadas com o drama de Timor».

A campanha incidirá sobre-

tudo, disse João Amaral, sobre «os problemas concretos do distrito do Porto» e decorrerá «em todos os concelhos e zonas, apresentando propostas para todos os sectores e camadas sociais».

No quadro das iniciativas, destaque para a visita de autocarro realizada ontem a indústrias em dificuldades ou abandonadas, a que se seguirá um

encontro sobre os problemas da mulher, no próximo domingo, e um outro sobre questões sindicais, no dia 28.

Um grande comício terá lugar no Vale do Ave a 4 de Outubro, em Vilarinho (Santo Tirso), seguindo-se no feriado de 5 de Outubro um comício no Porto, com Carlos Carvalhas, encerrando a campanha dia 8, com uma «Monumental Arruada».

CDU de Aveiro ouve agricultores

O primeiro candidato da CDU pelo distrito de Aveiro, Joaquim Almeida, reuniu segunda-feira com uma delegação da Associação da Lavoura do Distrito de Aveiro (ALDA), encabeçada pelo seu Presidente, Albino Silva.

O cabeça de lista da CDU, que estava acompanhado de António Salavessa, mandatário distrital, ouviu os representantes daquela Associação, filiada na CNA, que apresentaram uma pormenorizada exposição referente aos problemas e aspirações dos agricultores da região, a braços com uma significativa e continuada quebra de rendimentos que afecta profundamente o mundo rural e tem provocado o abandono da actividade de inúmeras explorações.

Entre as causas desta situação, para além das questões mais gerais decorrentes da Política Agrícola Comum, os agricultores referiram a falta de escoamento e/ou os baixos preços pagos na produção de alguns produtos como a carne, o leite, a batata, sem que esses baixos preços tenham qualquer reflexo nos preços pagos pelos consumidores.

Em resultado da quebra de

rendimentos, segundo os dirigentes da ALDA, são cada vez maiores as dificuldades de financiamento da actividade agrícola, chegando ao ponto de ser difícil o pagamento das contribuições para a Segurança Social, registando-se a saída do sistema por parte de muitos agricultores.

Tendo reconhecido a colaboração que tem existido, ao longo dos anos, entre os deputados do Grupo Parlamentar do PCP e a ALDA, Albino Silva transmitiu também a preocupação das estruturas dos agricultores face a uma hipotética maioria absoluta, fosse de quem fosse, facto que, a acontecer, seria prejudicial aos interesses de quem trabalha a terra.

Joaquim Almeida, depois de ter anotado as questões colocadas pelos dirigentes da ALDA, comprometeu-se a ser porta voz das preocupações dos agricultores nos debates que venha a ter com outros candidatos, reiterando simultaneamente o propósito de as acolher no programa distrital da CDU e de, uma vez eleito, pugnar pela resolução dos seus problemas no quadro das competências da Assembleia da República.

Escritores com Timor

Uma delegação composta por Teresa Horta, João de Melo, Lídia Jorge, Maria Velho da Costa e Urbano Tavares Rodrigues entregou na passada segunda-feira, na representação da ONU em Lisboa, um texto de apoio e solidariedade com o povo de Timor, subscrito por cerca de 100 escritores.

Amanhã, na Arrentela Pais inauguram «Escola-Paixão»

A Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Básica de Nuno Álvares, na Arrentela, Seixal, promove amanhã, dia 17, um acto por ela própria considerado inédito. Trata-se da inauguração de uma «Escola de Madeira, provisória há 13 anos».

Na base desta iniciativa, como sublinham em comunicado aos órgãos de comunicação social, está o facto de quatro anos de «paixão pelo ensino» não terem sido suficientes para que o Governo procedesse à construção de uma nova escola.

Uma necessidade absoluta, observam, face aos vários problemas que atingem o dia-a-dia daquele estabelecimento de ensino. De entre eles, recordam, está o convívio forçado dos alunos «com ratazanas de esgoto,

com exércitos de baratas e carraças de ervas».

A ter em conta, frisam, está igualmente a circunstância de as instalações serem «frias» de Inverno e «escaldantes» no Verão, a que se junta o facto de a escola ser de madeira, mas não ter qualquer boca de incêndio.

Para os pais e encarregados de educação outro dado a reter prende-se com a área de convívio ao dispor dos estudantes nos intervalos - um metro quadrado por aluno, aproximadamente -, o que para «Escola-Paixão» não está mal...



5 603199 000445

25999